

Revitalização Social através da Requalificação Urbana Diagnóstico em Cantar-Galo e Vila do Carvalho

João José Augusto Quelhas Gaspar
Versão final apos defesa

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
Mestrado Integrado

Orientador: Professora Doutora Ana Lúcia Moreira Machado Santos das Virtudes
Coorientador: Arquiteto Luís Vítor Silva Dias Alçada Baptista

Dezembro de 2020

Dedicatória

Aos que estiveram sempre comigo e que me incentivaram a não desistir, a esses que gostam de mim e que o meu sucesso é o seu, que a minha alegria é a sua... esses que pensam em mim como sendo único e fundamental nas suas vidas com todas as coisas boas, mas sobretudo, mesmo com os meus erros e defeitos.

Pois uma curva pode ser a soma de várias retas!

João Gaspar

Agradecimentos

À família, pois, dizem que ela é o pilar que sustenta a nossa vida, onde as minhas filhas, Rita Carlota e Joana Inês, que estão antes de tudo, pois elas de forma inexplicável com a sua vida deram, dão e darão sempre sentido à minha, as minhas filhas são tudo o que preciso para ser feliz, viver bem e completo.

À minha esposa, meu amor, amiga e companheira, Rosália Isabel, com ela eu tenho um motivo para me esforçar em superar-me todos os dias.

Ao meu avô, Ribas, que foi para mim o melhor que um avô pode ser, muito do que sou devo-lhe a ele e sei que esteja ele onde estiver que está sempre comigo e a torcer por mim, eu sinto e sei. Muitas vezes o ouvi em mim em todo este percurso dizendo-me, “só mais um sibinho meu filho, só falta mais um sibinho...”

Aos meus pais José António Quelhas Gaspar e Áurea Augusto que me deram a vida e me acompanharam sempre, no gatinhar, no palrar, nos primeiros passos, nas primeiras palavras, no conseguir já caminhar, na primeira pergunta, no primeiro sonho partilhado, no cheiro acolhedor do abraço da mãe, no olhar e palavra certa direta ao coração do pai, sempre por essa vida fora...

Aos meus cinco irmãos, Inês, Zé, Catarina, Marco e Susana que apesar da vida de cada um nos ter levado para locais geograficamente, mais ou menos distantes, sei que pensam sempre em mim como eu neles!

Aos meus sogros e cunhados, Dona Rosa, Sr. João, Regina e Sérgio, que tudo fizeram sempre do que estava ao seu alcance para me ajudar, orientar e aconselhar com a sua sabedoria, empenho e dedicação, para comigo.

Aos meus afilhados, Diana e Diogo, a Diana foi e é uma inspiração na vontade de saber e aprender sempre mais, o Diogo ainda muito pequenino, mas já me mostrou que a força não se mede aos palmos.

A todos os meus amigos que me acompanharam ao longo de toda esta jornada, no princípio meio e fim.

À minha orientadora, Professora Ana Lúcia Virtudes, pelos ensinamentos, perseverança, prestabilidade e sabedoria que me passou e por me ter ajudado e orientado a dar este grande passo, que se concretizou na entrega desta dissertação, foi para mim um enorme gosto e orgulho poder ter virado esta página junto com alguém que consegue fomentar o melhor que há nos outros.

Ao meu amigo Arquiteto Luís Alçada Baptista, pela ponderação, pelas palavras certas e muito sábias e todo o exemplo de profissionalismo e perfeccionismo, características dos melhores arquitetos.

Por fim agradeço à Radio Comercial e especialmente a todos mesmos todos do programa da manhã, que me acompanharam durante este ano em busca deste objetivo final, o de conseguir fazer o Mestrado em Arquitetura, nos momentos de maior tensão, ouvir a Rádio Comercial era o elixir da tranquilidade, da descontração e galhofa, capaz de tirar a tensão a um enfartado.

A todos os que enumerei e aos que por algum motivo me esqueci o meu grande, GRANDE BEM HAJA!

Resumo

Há décadas que, de um modo geral e de forma crescente, tem vindo a registar-se o abandono de zonas urbanas de baixa densidade, no Interior de Portugal, com o decréscimo acentuado da população residente e o seu envelhecimento. Este facto tem vindo a ter consequências quase irreversíveis para esses lugares e para quem neles continua a habitar de forma quase heroica. Tais transformações manifestam-se na perda de equipamentos de cariz social e consequentemente, na desqualificação da malha urbana. Também as alterações no paradigma social e familiar tradicional, com o envelhecimento dos que aí permanecem não é alheio a este facto. Assim, são necessárias políticas e estratégias para a revitalização social destes lugares, promotoras da fixação da população e das atividades económicas, como é o caso da União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho nos subúrbios da cidade da Covilhã. Como se analisa nesta dissertação, tais estratégias poderão passar, entre outras medidas, pela requalificação urbanística, como mote para a revitalização social. Tornar estes lugares mais qualificados, quer ao nível da habitação, quer dos espaços coletivos, atribuindo-lhes novas valências, contribuirá para promover um maior nível de serviços “essenciais” aos desafios e exigências da vida contemporânea.

Entre outras considerações, concluiu-se que Cantar-Galo e Vila do Carvalho registam populações envelhecidas da ordem dos 13% a 17%, respetivamente. Os tecidos urbanos incluem grande diversidade de equipamentos e instituições sociais que, contudo, estão de um modo geral, degradadas, desaproveitadas ou com funções obsoletas face às necessidades atuais. Os 4102 edifícios habitáveis (Censos 2011) correspondem a uma média de 3 fogos por família na Vila do Carvalho e de 2 fogos por família em Cantar-Galo. Apenas 4,2% estão em ruínas, pelo que não têm uma repercussão negativa na imagem urbana. Contudo, aspetos como a falta ou desadequação dos passeios, frequentemente em ruas centrais, com larguras inferiores a 1 metro (como na Rua 30 de junho) prejudicam a vivência do local e a mobilidade dos cidadãos, requerendo destaque prioritário em futuras intervenções urbanísticas.

Palavras-chave

Revitalização social; Requalificação urbana; Diagnóstico; União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho.

Abstract

For decades, in a general and growing way, depopulation has been registering in low-density urban areas of the Interior of Portugal, as a sharp decimation of the resident population and its growth. This fact feared the irreversible consequences for these places and for them, to continue to live almost heroically. These changes are manifested in the loss of social equipment motto for social revitalization. Qualifying these places, wanting the level of the room, the two collective spaces, assigning the new values, will contribute to promote a higher level of "essential" services to the challenges and demands of contemporary life, and, consequently, in the disqualification of urban evil. Changes are also not the traditional social and family paradigm, as a development that still persists. In addition, policies and strategies for social revitalization of these places are needed, promoting the settlement of the population and economic activities, as is the case of the União de Freguesias de Cantar-Galo and Vila do Carvalho in the suburbs of the city of Covilhã. As analyzed in this discussion, these strategies may pass, among other measures, through urban planning requirements, as among other considerations.

Ensure that Cantar-Galo and Vila do Carvalho register aged populations give order of 13% to 17% respectively. Urban fabrics include a wide variety of equipment and social institutions that, too, are generally degraded, underutilized or with functions obsolete with current needs. The 4102 housing buildings (2011 Census) correspond to an average of 3 dwellings per family in Vila do Carvalho and 2 dwellings per family in Cantar-Galo. Only 4.2% are in ruins, hair that has no negative impact on the urban image. However, aspects such as the lack or inadequacy of two stretches, often on central roads, with lengths less than 1 meter (such as Rua 30 de Junho) impair the local experience and mobility of two cities, requiring priority emphasis in future urban interventions.

Keywords

Social revitalization; Urban requalification; Diagnosis; União de freguesias of Cantar-Galo and Vila do Carvalho.

Índice

Capítulo 1: Introdução	1
1.1 Objetivos	2
1.2- Metodologia	4
1.3 Estrutura da dissertação	5
Parte I - Enquadramento Teórico	7
Capítulo 2: A Arquitectura da Cidade, o Urbanismo e a Paisagem Urbana	7
2.1 Breve referência à importância da arquitetura na sociedade	7
2.2 O que é a Arquitetura?	9
2.3 Referências à imagem e forma urbanas	13
2.3.1 A Forma e a Imagem de um lugar	14
2.3.2 O conceito de “Paisagem” de Gordon Cullen	19
2.3.3 A Imagem da Cidade ou Cidade Utopia	21
2.3.4 Definir a cidade pela sua Imagem: Lynch VS Cullen	21
2.4- Os Elementos da Cidade	26
2.4.1 Vias ou Caminhos (paths)	27
2.4.2 Limites (<i>edges</i>)	28
2.4.3 Bairros (<i>districts</i>)	28
2.4.4 Cruzamentos	29
2.4.5 Elementos marcantes	29
2.5 Síntese	30
Parte II - União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho	31
Capítulo 3: Enquadramento no concelho da Covilhã	31
3.1 Situação demográfica	33
3.1.1 O contexto nacional	33
3.1.2 Covilhã: cidade média do Interior	39
3.1.3 Covilhã: o concelho, localização e morfologia	40
3.2 Breve Referência Histórica da cidade: Covilhã, do passado ao presente	44
3.3 Covilhã, turismo, atividade económica e distribuição da população pelo concelho	46
3.4 Síntese	47
Capítulo 4: Despovoamento, Equipamentos e Instituições Sociais	49
4.1 Locais de referência da freguesia	50
4.2 Freguesia de Vila do Carvalho	55
4.2.1 Caracterização	55
4.2.2 Evolução demográfica	59

4.2.3 Principais instituições e coletividades	61
4.3- Freguesia de Cantar-Galo	63
4.3.1 Caracterização	63
4.3.3 Principais instituições e coletividades	67
4.4 Síntese	68
Capítulo 5: Revitalização social através da requalificação urbana	71
5.1 Requalificação social e urbanística	71
5.2 Diagnóstico das intervenções a realizar no Espaço Público	72
5.3 Elementos urbanos	88
5.3.1 Edificações e Vias de Comunicação	88
5.3.2 Piscinas, infraestruturas, edifícios administrativos e monumentos	114
5.3.3 Espaços de cultura e lazer	124
5.3.4 Serviços de apoio	127
5.3.5 Edifícios de Culto	131
5.3.6 Espaços Verdes e naturais	134
5.4 Síntese	140
Capítulo 6: Conclusão	143
Referências Bibliográficas	151

A. Lista de Imagens

Imagem 1: Cidade da Covilhã - Fonte Google	32
Imagem 2: Vista da cidade da Covilhã - Fonte Google	41
Imagem 3: Fotografia da Praça do Município da Covilhã no presente - Fonte Google	39
Imagem 4- Fotografia de parte da Universidade da Beira Interior enquadrada na cidade - Fonte Google	44
Imagem 5 - Mapa Concelho da Covilhã, saliente Freguesia Cantar Galo e Vila do Carvalho - Fonte Google	49
Imagem 6: Igreja matriz Imaculado Coração de Maria (Igreja nova)- Fonte Google	50
Imagem 7: Igreja Imaculada Conceição. (Igreja velha) - Fonte Google	50
Imagem 8: Capela de São Domingos de Vila do Carvalho	51
Imagem 9: Parque infantil da EB e JI de Vila do carvalho	51
Imagem 10 e 11: Miradouro da Escola em Vila do Carvalho e miradouro do Cemitério de Vila do Carvalho	51
Imagem 12: Padaria e forno “Amílcar” (parte antiga da freguesia)	51
Imagem 13: Cruzeiro- marco importante de referência e da história de Vila do Carvalho	52
Imagem 14: Fonte do Ouron, construída em 1947 e remodelada em 2005	52
Imagem 15: “Banco dos reformados” junto à fonte do Ouron	52
Imagem 16: Mercado e Polidesportivo de Vila do Carvalho, sediado na antiga “Fábrica dos Fazendas”	53
Imagem 17: Lapa das Cachopa - Fonte Google	53
Imagem 18: Fraga Grande - Fonte Google	53
Imagem 19: Ribeira da Lapa (“Poço amarelo”)	54
Imagem 20: Ribeira da Lapa (“Poço das cambalhotas”)	54
Imagem 21: Ribeira da Lapa (“Poço das cambalhotas”)	55
Imagem 22: Prédio com 5 andares construído em 2007 (o mais recente)	57
Imagem 23: Estátua alusiva ao evento Mysteria e foto tirada durante o evento e atrás uma das antigas fábricas de têxteis	58
Imagem 24: Fotografia tirada durante o evento “Mysteria” - Fonte Google	58
Imagem 25: Intervenção artística num prédio degradado numa das ruas centrais da parte antiga de Vila do Carvalho	59
Imagem 26: Edifício da Filarmónica Recreativa Carvalhense	62
Imagem 27: Campo Futsal CFC - Fonte Google	62
Imagem 28: Centro Social de Nossa Senhora da Conceição	63
Imagem 29: EB São Domingos inaugurada em 1995 - Fonte Google	64
Imagem 30: Complexo de fábricas pertencentes à antiga “Lanofabril’	65
Imagem 31: Via principal de ligação entre Covilhã- União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho	65

Imagem 32: Centro cívico e parque de lazer na Rua da Fonte (via principal de acesso entre Cantar-Galo e Vila do Carvalho).....	66
Imagem 33: Edifício da Junta de Freguesia de Cantar-Galo, situado na Rua da Fonte	66
Imagem 34: Sede do Sport Clube Estrela da Pousadinha	67
Imagem 35: Campo de futsal da Pousadinha	68
Imagem 36: Localização geográfica da Freguesia de Cantar Galo e Vila do Carvalho, 40°18'03.6"N 7°29'52.5"W (Fonte: Google Maps)	75
Imagem 37: Fotografia da rua principal que atravessa a Freguesia de Cantar Galo em direção Vila do Carvalho-Covilhã	88
Imagem 38: Fotografia demonstrativa de um dos caminho pedestres da Freguesia em direção à fonte Pserra.	89
Imagem 39: Fotografia de casa em ruína, junto à estrada na via principal da Freguesia, na Rua de S. Domingos-Cantar Galo	91
Imagem 40: Fotografia de casa em ruína, junto à estrada na via principal da Freguesia, na Rua do Cruzeiro-Vila do Carvalho	92
Imagem 41: Fotografia de casa em ruína, dentro do núcleo urbano, na Rua do Espírito Santo-Vila do Carvalho	94
Imagem 42: Fotografia de casa em ruína, junto à estrada na via principal da Freguesia, na Rua 30 de Junho-Cantar Galo	95
Imagem 43: Fotografia de uma “barraca” junto à via principal, na Rua da Indústria-Cantar Galo	97
Imagem 44: Fotografia de casa em ruína, junto à estrada na via principal, na Av. Filarmónica-Vila do Carvalho	97
Imagem 45: Fotografia uma “barraca”, junto à estrada na via principal, na Av. Filarmónica-Vila do Carvalho.....	98
Imagem 46: Fotografia de edificações habitáveis, junto à estrada na via principal, na Rua 30 de Junhos-Cantar Galo.....	101
Imagem 47: Fotografia de um Anexo, junto à estrada na via principal, na Av. Filarmónica-Vila do Carvalho.....	103
Imagem 48: Fotografia de um Armazém, localizado na Rua Centro Cívico-Vila do Carvalho.....	105
Imagem 49: Fotografia de um Edifício Industrial, junto à estrada na via principal, na Rua da Indústria-Cantar Galo	107
Imagem 50: Fotografia de um Edifício Industrial, junto à estrada na via principal, na Rua da Indústria-Cantar Galo	108
Imagem 51: Fotografia de uma estufa, junto à estrada na via principal, Estudante Municipal O Carvalho Canhoso-Vila do Carvalho.....	109
Imagem 52: Fotografia de um par de garagens, junto à estrada na via principal, Av. da Filarmónica Recreativa Carvalhense-Vila do Carvalho.....	110

Imagem 53: Fotografia de dois muros de suporte, inferior e posterior, junto à estrada na, Rua do Cruzeiro-Vila do Carvalho.....	112
Imagem 54: Fotografia de passeio, junto à estrada na, Rua do Cruzeiro-Vila do Carvalho - fonte: google maps.....	113
Imagem 55: Fotografia de ausência de passeio, junto à estrada na via principal, Rua 30 de Junho-Cantar Galo - fonte: google maps.....	113
Imagem 56: Fotografia Aérea de 5 das 51 piscinas legalizadas. - fonte: google maps.....	115
Imagem 57: Fotografia da sede da Junta de Freguesia situada na Vila do Carvalho no, Largo do Centro Cívico-Vila do Carvalho.....	119
Imagem 58: Fotografia da sede da Junta de Freguesia situada na Vila do Carvalho na, Rua 30 de Junho-Cantar Galo.....	120
Imagem 59: Fotografia de estátua situada junto à ribeira na, Rua 30 de Junho-Cantar Galo.....	121
Imagem 60: Fotografia de estátua situada junto à ribeira na, Rua Professor Salcedas Pais-Vila do Carvalho.....	122
Imagem 61: Fotografia do Mercado Municipal situado na Vila do Carvalho na, Rua do Centro Cívico-Vila do Carvalho.....	123
Imagem 62: Fotografia do Gimnodesportivo situado, na Rua do Centro Cívico-Vila do Carvalho.....	123
Imagem 63: Fotografia de, Campo de Futebol situado, na Rua do Sítio da Quinta de Formiguinha-Vila do Carvalho.....	125
Imagem 64: Fotografia de, Campo de Futebol situado, na Rua Primeiro de Maio-Cantar Galo.....	126
Imagem 65: Fotografia de, Centro Social Nossa Senhora da Conceição, situado na, Rua Júlio Morgado Durão Gomes-Vila do Carvalho.....	127
Imagem 66: Fotografia da Pré-escola, situado na, Rua Professor Salcedas Pais-Vila do Carvalho.....	128
Imagem 67: Fotografia da Escola Primária, situado na, Rua Professor Salcedas Pais-Vila do Carvalho.....	130
Imagem 68: Fotografia da Igreja Nova, situado na, Rua Professor Salcedas Pais-Vila do Carvalho.....	131
Imagem 69: Fotografia da Capela de São Domingos, situado na, Rua de São Domingos-Cantar Galo.....	132
Imagem 70: Fotografia do miradouro junto ao Cemitério, situado na, Rua Maria Rosa Carvoeira-Cantar Galo.....	133

B. Lista de Gráficos

Gráfico 1: Índice de envelhecimento (retirada do Relatório <i>A sustentabilidade demográfica do território</i>).....	35
Gráfico 2: Densidade populacional (dados INE)	36
Gráfico 3: Crescimento económico em 2014(dados INE)	37
Gráfico 4: Níveis de escolaridade entre população jovem, com ensino superior dados INE)	38
Gráfico 5: Taxa de crescimento da população com mais de 65 anos de idade- Fonte Google.....	43
Gráfico 6: População residente por faixa etária segundo dados (Censos 2011)	61
Gráfico 7: Comparação entre o número de ruínas e o total de edifícios	92
Gráfico 8: Comparação entre freguesias, número de famílias e edifícios habitáveis.....	102
Gráfico 9: Comparação entre o número de anexos e o total de edifícios.....	104

C. Lista de Tabelas

Tabela 1: Distribuição da População nas freguesias mais próximas da cidade (dados INE)	47
Tabela 2: Evolução da população da freguesia entre 1864 e 2011 (dados INE)	59
Tabela 3: Evolução da população na freguesia de Cantar-Galo desde 1991 a 2011 (Dados INE)	67
Tabela 4 : Conforto (1) (Alves: 2003: 271)	76
Tabela 5 : Relaxação (2) (Alves: 2003: 272)	77
Tabela 6: Envolvimento Ativo (3) (Alves: 2003: 273)	78
Tabela 7: Envolvimento Passivo e Descoberta (Alves: 2003: 274)	79
Tabela 8: Acesso (1) (Alves: 2003: 275)	80
Tabela 9: Liberdade de Ação (2) e Fruição (3) (Alves: 2003: 276)	81
Tabela 10: Mudança/Transformação(4) e Clareza de leitura(1) (Alves: 2003: 277)	82
Tabela 11: Relevância(2) e Ligações individuais e em grupo(3)(Alves: 2003: 278)	83
Tabela12: Ligações Biológicas e Psicológicas(4) e Programação(1)(Alves: 2003: 279)	84
Tabela 13: Meios Humanos e Tecnológicos(2) e Materiais(3) (Alves: 2003: 280)	85
Tabela 14: Plantio, irrigação e drenagem (4) (Alves: 2003: 281)	86
Tabela 15: Síntese de dados do número de edifícios por uso e número de famílias por Local.....	142

D. Lista de Plantas

a)Planta 1: Principal via de comunicação automóvel e pedestre.	88
b)Planta 2: Representação dos Caminhos Pedestres	89
c)Planta 3: Edifícios em Ruínas, dentro e em torno do núcleo urbano da União de Freguesias.....	91
d)Planta 4: Pormenor de ruínas dentro do núcleo Urbano de Vila do Carvalho	94
e)Planta 5: Pormenor de ruínas dentro do núcleo Urbano de Cantar Galo	95
f)Planta 6: “Barracas” da União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho.....	96
g)Planta 7: Edificações existentes habitáveis	101
h)Planta 8: Anexos e arrecadações existentes	103
i)Planta 9: Armazéns	105
j)Planta 10: Edifícios em Construção até Agosto de 2020	106
k)Planta 11: Edifícios Industriais.....	107
l)Planta 12: Estufas	109
m)Planta 13: Garagens independentes das habitações.....	110
n)Planta 14 : Muros de apoio, suporte ou vedação	111
o)Planta 15: Passeios.....	113
a)Planta 16: Piscinas legalizadas	115
b)Planta 17: Postes de iluminação	116
c)Planta 18: Postes de telecomunicações	117
d)Planta 19: Postes de eletricidade e postos de transformação (PTs).....	118
e)Planta 20: Edifícios Administrativos, Juntas de Freguesia.....	119
f)Planta 21: Estátuas Existentes.....	121
g)Planta 22: Mercado da Freguesia e Gimnodesportivo.....	122
a)Planta 23: Campos de futebol.....	125
a) Planta 24: IPSS ou Centro para Idosos.....	127
b)Planta 25: Infantário/Pré Escola.....	128
c)Planta 26: Escolas	129
a)Planta 27: Capelas e igrejas.....	131
b)Planta 28: Cemitério.....	133
a)Planta 29 : Áreas florestais contíguas ao espaço urbano.....	134
b)Planta 30: Árvores de embelezamento urbano.....	135
c)Planta 31 : Mato em torno da malha Urbana da Freguesia.....	136
d)Planta 32 : Linhas de água, “aduas” existentes.....	136
e)Planta 33 : Regadio de hortas.....	137

f)Planta 35 : Ribeiras (conhecidas como).....	138
g)Planta 36 : Olivais.....	139
h)Planta 37 : Zonas de pastos e culturas.....	139

E. Lista de Acrónimos

UBI	Universidade da Beira Interior
PDM	Plano Diretor Municipal
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
PUGC	Plano Urbanístico Grande Covilhã

*O lugar é muito mais do que uma localização geográfica,
representando valores culturais que sintetizam e caracterizam o meio
envolvente.*

Arq. Norberg Schulz

Capítulo 1: Introdução

1.1 Objetivos

Com a presente dissertação, pretende-se compreender qual a importância do planeamento urbano e da reabilitação urbana nas freguesias rurais, a fim de potenciar o seu desenvolvimento social, económico e cultural, e a sua adaptação à sociedade contemporânea. Face ao contexto português, o despovoamento e a desertificação no Interior do País são uma realidade que afeta toda a região das Beiras, nomeadamente o concelho da Covilhã.

Deste modo, este trabalho desenvolver-se-á no âmbito da dissertação de mestrado em Arquitetura acerca da “Revitalização Social através da Requalificação urbanística: o papel da arquitetura no povoamento ou despovoamento de um local”, tendo como objeto de estudo a União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho.

O referido local em estudo foi escolhido pelo facto de ser uma localidade, muito próxima da sede de concelho, e que tem algumas peculiaridades sociais, históricas e culturais interessantes de se analisarem e pelo facto de as duas freguesias em análise terem vindo a perder população, de forma considerável, sobretudo nas duas últimas décadas.

Por conseguinte, pretende-se refletir acerca do papel da Arquitetura no embelezamento estético, na reorganização do espaço e na reabilitação do património das freguesias de Vila do Carvalho e de Cantar-Galo, de forma a melhorar alguns aspetos da vida da população residente, melhorando a sua qualidade de vida e a tornar-se a

União de freguesias num lugar mais aprazível, capaz de atrair mais pessoas a residir nela, a investir e a visitá-la, contribuindo, desta forma, para o seu desenvolvimento económico.

Nesta reflexão dar-se-á especial atenção às teorias de Kevin Lynch, nomeadamente à Teoria da Cidade e à Teoria da Imageabilidade, à Teoria da Paisagem Urbana de Gordon Cullen e às perspetivas sobre a Arquitetura da Cidade, de Aldo Rossi, complementando o estudo com os conceitos de Urbanismo e Planeamento de António Leite Ramalho e de Nuno Portas.

A requalificação urbana visa a melhoria da qualidade de ambiente e de vida nas cidades, vilas, aldeias, enfim, dos lugares e envolve a articulação e integração de diversas componentes como, por exemplo, a habitação, a cultura, a coesão social, a mobilidade, o espaço público.

O Espaço Público terá uma ênfase especial, uma vez que, este, é determinante para gerar a mudança, contornar/alterar as relações sociais, os estilos de vida quotidiana, reorganizar modelos espaciais, ou de trabalho, dependendo estes, sobremaneira, da tomada de decisão política, de estratégias de gestão e manutenção, por vezes, difíceis de controlar, mas que se refletem na “imagem de um lugar”.

Assim, é de esperar que o movimento que a arquitetura ordenada cria, a boa forma dos lugares, a linguagem da arquitetura, textura e redes urbanas, os modelos de urbe e o seu design, as normas

urbanísticas criem uma diversidade tal, que o singular se possa cruzar com o plural, agradando ao máximo número de pessoas.

Será mais desejável uma grande diversidade, onde possam coexistir uma variedade de cenários comportamentais disponíveis, pois tal significa que é mais simples para o indivíduo encontrar alguém ou algo de que gosta e com isso ter vontade de se fixar nesse local. O que torna um lugar atraente, para além da diversidade de opções, aos mais diversos níveis, será, também, o seu oposto, o singular do local, o endógeno, o que o define como sendo um local onde se consegue encontrar de tudo um pouco, e que mantenha uma identidade própria, única.

Não obstante, isso só será possível se esse local for sustentável, seguro, e constante e se mantiver uma ligação profunda entre a forma e o comportamento, que possa ser bem controlado, que seja congruente, responsável e intermitentemente livre e igualitário. Só um lugar assim terá desenvolvimento, no futuro.

Este é o lugar que se pretende explorar, partindo de um lugar considerado, ainda, aquém destas expectativas e que, por isso, está a perder a sua vitalidade e os seus residentes, nos últimos anos.

Esta dissertação tem como objetivo apresentar um conjunto de medidas que contribuam para a Revitalização Social através da Requalificação Urbanística. Trata-se de analisar o papel de Arquitetura no Povoamento ou Despovoamento de um local. Neste caso centra-se na análise da freguesia de Cantar Galo e Vila do Carvalho no concelho da Covilhã.

O que se propõe ao longo desta dissertação é a concretização de uma reabilitação integrada que recupere identidade e cultura mas que concretize um novo modelo espacial, de acordo com as necessidades atuais: um lugar imaginado com a construção de cenários que possibilite atividades de turismo e cultura ou a recuperação do existente e a criação de um museu a céu aberto.

A questão que se colocará, ao longo do estudo, será a de quais os “elementos” presentes na União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho que lhe conferem uma “imagem” “positiva” ou “negativa”, e em quais desses elementos se deve fazer uma intervenção arquitetónica, para com isso contribuir para uma “imageabilidade” positiva e para o melhoramento da paisagem urbana, por forma a atrair pessoas a viver, em sentido amplo, neste lugar, à luz dos conceitos de Lynch, Cullen, Alves, Ramalho e Portas.

1.2- Metodologia

Esta dissertação resulta de uma intensa pesquisa, recolha e tratamento de informação e dados bem como do conhecimento que foi sendo adquirido ao longo do percurso académico.

Esta dissertação compreende quatro etapas metodológicas:

1.^a etapa - Pesquisa bibliográfica

Primeiramente efetuou-se uma profunda pesquisa bibliográfica sobre os assuntos referidos, nomeadamente acerca da Arquitetura e a sua importância na sociedade, no passado e presente das civilizações; sobre o Planeamento Urbano e Políticas urbanas e territoriais; sobre as teorias que poderão auxiliar na reflexão, tais como as teorias da arquitetura de Kevin Lynch, a teoria da Paisagem urbana de Gordon Cullen e outros autores que falam da cidade, sendo que as perspetivas da “sociologia urbana” também se tornam úteis para o presente estudo.

2.^a etapa - recolha de documentos

Posteriormente, fez-se uma pesquisa e recolha de documentos sobre o concelho da Covilhã, e das freguesias de Cantar-Galo e de Vila do Carvalho, junto das entidades institucionais locais, nomeadamente a Câmara Municipal da Covilhã, Junta de freguesia da União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho e outras instituições locais, bem como a pesquisa de dados no portal do Instituto Nacional de Estatística.

3.^a etapa - análise e interpretação da informação

De seguida, fez-se a análise aos dados recolhidos, nomeadamente de Plantas e Plantas cedidas pelo Município da Covilhã, bem como um intensivo estudo e análise de campo, através de observação e questionário informal, realizados no território da União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho.

4.^a etapa - sintetização da informação e resultados

Após analisada e interpretada a cartografia cedida pela Câmara Municipal da Covilhã, elaboraram-se os plantas da união de freguesias, assinalando os locais marcantes e de interesse para o estudo, utilizando o Auto Cad.

Paralelamente, foi, ainda, realizada uma conferência sobre o tema, com o objetivo de auscultar a população da União de freguesias acerca do tema, questionando-se o que a população considerava serem as principais necessidades das freguesias e o que mais as marcavam nelas, tendo sido participada por cerca de 30 pessoas, pertencentes e residentes na União de freguesias, no dia 29 de fevereiro de 2020, pelas 21h, na sala polivalente do Centro Social de Nossa da Conceição de Aldeia do Carvalho. As pessoas que participaram rondavam as faixas etárias dos 30 aos 75 anos. Infelizmente, dado o confinamento obrigatório, causado pelo Estado de Emergência e Calamidade, anunciado pelo Governo de Portugal, após a Pandemia COVID-19, durante um período longo que teve

a duração de 3 meses, não foi possível efetivar um questionário a uma amostra da população da União de freguesias, que completava a investigação, tendo sido esta a maior dificuldade encontrada, na concretização da dissertação, pois, a acontecer este terá de ser um questionário presencial, uma vez que nem todas as pessoas têm acesso a plataformas digitais, ou outros meios de comunicação. Sendo assim, os dados aqui apresentados são aqueles que se tornaram fidedignos e mais conclusivos para fazer a abordagem do assunto, tendo em conta toda a aprendizagem que foi adquirida durante o curso de Arquitetura, na Universidade da Beira Interior.

Por conseguinte, os métodos utilizados foram os de:

- Análise quantitativa de dados;
- Análise qualitativa de dados;
- Observação

1.3 Estrutura da dissertação

A presente dissertação será constituída por duas partes fundamentais: a primeira corresponde a uma análise reflexiva e teórica acerca da Arquitetura e do seu papel no quotidiano da sociedade, em geral, e da importância do Urbanismo e do Planeamento para a (re)organização dos espaços.

Assim, a 1ª parte - Enquadramento Teórico, inclui o Capítulo 2 “A Arquitetura da Cidade, o Urbanismo e a Paisagem Urbana”. Nele, pretende-se definir o papel social que a Arquitetura tem nas civilizações, bem como o Urbanismo e Planeamento. Abordam-se as Teorias da Imagem e da boa forma da cidade de Kevin Lynch e da “Paisagem urbana” de Gordon Cullen, a fim de encontrar os conceitos que vão guiar o diagnóstico relativo ao estudo de caso. Este capítulo, da dissertação dar-nos-á as definições e matéria de reflexão que informam o objeto de estudo, de modo a encontrar soluções para os problemas assinalados, nomeadamente o abandono dos lugares, numa freguesia periurbana do Interior do país.

A 2.ª parte - União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho, inclui o Capítulo 3 intitulado “Enquadramento no concelho da Covilhã”; o Capítulo 4 “Despovoamento, Equipamentos e Instituições Sociais” e o Capítulo 5 “Revitalização social através da requalificação urbana”.

O primeiro destes capítulos aborda o objeto de estudo, sendo que se caracteriza o concelho ao qual pertence a União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho e a sua relação com a cidade da Covilhã. Inclui referências, ainda que breves, ao património físico, social e cultural, para se poder identificar e compreender o que poderá a Arquitetura fazer para manter a identidade do local em estudo. E, conseqüentemente, satisfazer as necessidades encontradas e tornando esse lugar sustentável no futuro. Ora, uma cidade sem pessoas, seria um lugar vazio, quase um “não-lugar”, que é o que se pretende contrariar com esta investigação.

O Capítulo 4 faz uma descrição das freguesias em estudo, aborda a sua história, características principais, dinâmicas sociais e económicas, evolução económica e demográfica e alguns locais de relevância.

Por último o Capítulo 5 “Revitalização social através da requalificação urbana” da União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho”, faz uma análise pormenorizada dos equipamentos, instituições, espaços verdes e coletivos, tecido edificado, organização demográfica da comunidade local. Este diagnóstico pretende identificar em que medida a revitalização social poderá constituir um caminho para a requalificação urbana. Apresenta propostas que devem ser levadas a efeito no futuro de modo a alcançar tal objetivo. Assim, proceder-se-á ao levantamento *in loco* dos elementos urbanos (vias de comunicação, principais instituições políticas, culturais sociais ou outras, espaços naturais e verdes, ou equipamentos de utilização coletiva).

Parte I - Enquadramento Teórico

Capítulo 2: A Arquitectura da Cidade, o Urbanismo e a Paisagem Urbana

2.1 Breve referência à importância da arquitetura na sociedade

A forma dinâmica como um território se desenvolve resultada da sua própria história, sendo que o seu crescimento terá de ser ordenado e não pode, apenas, depender de um planeamento das edificações e da abertura de ruas. Os arquitetos e urbanistas devem considerar a qualidade de vida das pessoas e os possíveis impactos das edificações no futuro. É, por isso, necessário, haver uma conciliação entre o desenvolvimento urbano e o meio ambiente, a natureza, sendo este um dos maiores desafios apresentado ao Homem.

Este segundo capítulo fala do papel da Arquitectura nas nossas vidas, no dia-a-dia e pretende-se com ele clarificar as nossas consciências para a importância do planeamento urbano no desenvolvimento económico e social dos lugares.

Far-se-á a abordagem a alguns autores de arquitetura e das ciências sociais, mas é sobretudo a Teoria da Imagem e da Boa Forma da Cidade de Lynch e a Paisagem Urbana de Cullen, ou a Teoria da Cidade de Aldo Rossi que vão influenciar a nossa análise, ao longo deste trabalho de investigação. Caracterizar-se-á a *polis* como lugar de vivência e quais os aspetos mais relevantes da mesma, enquanto lugar para se habitar. E, definir-se-á aquilo que será a “Imagem ideal” da cidade, de um lugar habitável, à luz dos conceitos trabalhados neste capítulo.

Assim, nesta perspetiva a Arquitectura e o Urbanismo desenvolvem técnicas e princípios que têm por objetivo promover (ou resgatar) a qualidade de vida e o relacionamento saudável entre as pessoas e os seus territórios, quer seja numa cidade, numa vila, ou aldeia.

Em colaboração com outras ciências, a arquitetura deverá minimizar os impactos sociais, económicos e ambientais dos lugares formados, sendo que a previsão do futuro, isto é, a antevisão de como esses sítios possam estar daqui a 10, 30, ou 50 anos se torna fundamental para um bom planeamento- eficaz e eficiente- evitando novos investimentos a curto prazo. Um bom planeamento ajuda a que um território se desenvolva ordenadamente e de forma organizada, melhorando a vida das pessoas, tanto no presente como no futuro.

No presente estudo, ter-se-á no cerne uma zona rural afetada por diversas restrições do PDM (Plano Diretor Municipal), pertencente ao concelho da Covilhã, o que tudo indica que este se torna num entrave a novas edificações habitacionais. O que pode não ser, exatamente, prejudicial, pois as novas edificações acabam sempre por descentralizar as cidades. A Reabilitação deve ser uma alternativa às novas edificações, contribuindo para a coesão territorial e combatendo o abandono do que já se encontra edificado.

Por conseguinte, proceder-se-á a uma definição de alguns conceitos a trabalhar ao longo desta dissertação: Arquitetura e Urbanismo. Fazem parte do nosso dia-a-dia e podem interferir nas escolhas que se efetuam nos diversos níveis das nossas vidas, na vida pessoal, profissional, etc.

Começar-se-á pela definição clássica de arquitetura e que constitui, ainda nos dias de hoje, o maior Tratado de Arquitetura escrito até ao presente.

2.2 O que é a Arquitetura?

‘Na realidade, a architectura consta de: ordenação (ordinatio - ação de pôr em ordem), que em grego se diz taxis, disposição (dispositio-apresentação, representação), à qual os gregos chamam diathesis (distribuição adequada das coisas), euritmia (proporção, harmonia), comensurabilidade (symmetria, configuração, correlação, sistema de medidas), decoro (decor- conveniência, o que fica bem) e distribuição (distributio- repartição, divisão), que em grego dita oeconomia (palavra grega que significa distribuição, administração, organização económica).’

Vitrúvio

Esta definição preliminar do que é e para que serve a Arquitetura, deixada por Marco Vitruvius Polião (século I antes da nossa era), no seu Tratado sobre a Arquitetura, abrange os principais conceitos que a arquitetura deverá desenvolver, para que esta cumpra a sua função na sociedade e na civilização.

O homem sempre teve necessidade de adaptar o meio às suas necessidades, mas não se pode esquecer que a natureza cumpre a sua função, sendo que qualquer que seja a intervenção que lhe é feita, isso resultará em consequências anti natura, que poderão desencadear efeitos negativos no próprio ambiente.

Não obstante, já Vitruvius, há mais de 2000 anos atrás, referiu a ordenação adequada das coisas, a disposição ou apresentação, a configuração, a distribuição comensurável tudo correlacionado de forma “harmoniosa” para que, no final, os homens possam viver e conviver de forma a conseguirem administrar o seu habitat, de forma organizada, pensando na *oeconomia*.

Para Peter Zumthor a Arquitetura “é sempre uma matéria concreta.” Ou seja, ela é real, porque é possível de se ver e vivenciar: ao olhar-se para o nosso quarto, a nossa casa, a nossa rua, a nossa aldeia ou cidade, ou mesmo quando se observa a paisagem. (Zumthor pp. 65-69) Ou seja, a arquitetura está impregnada em tudo aquilo que o homem manipula, em todos os seus artefactos.

A arquitetura, desde sempre acompanhou, o desenvolvimento da sociedade, pois surgiu concomitantemente com a necessidade de organizar os espaços que o homem habitava. Na sua história, a arquitetura surgiu como uma “arte”, na medida em que adorna os espaços e organiza esteticamente os ambientes. No entanto, a arquitetura é uma ciência, e não apenas uma técnica de construção e de “dar forma” às coisas, pois tem uma finalidade e um “saber fazer” necessários ao cumprimento do que se propõe.

O arquiteto modernista Louis Sullivan, afirmou que “a forma segue a função”. No início do século XX, este arquiteto norte-americano trabalhou com Frank Lloyd Wright numa definição funcionalista da arquitetura, sendo que se a “forma segue a função”, então todo o trabalho arquitetônico terá de ser funcional. Também Le Corbusier e o alemão Mies van der Rohe.

Também, nesta abordagem, a arquitetura tem esse lado funcional. Sendo a arquitetura uma arte, e uma ciência, que colabora com outras ciências, tais como a sociologia, que estuda o desenvolvimento e funcionamento das sociedades, a política, a economia, para além de se juntar a muitas outras como a matemática, álgebra, aritmética, para que cumpra a sua função, ela irá contribuir, sumamente, para a formação das sociedades e para os seus desenvolvimentos. Pois, como refere o arquiteto Aldo Rossi, a arquitetura tem um sentido positivo de criação da vida em sociedade, sendo que esta se torna congénita com a formação da civilização: “criação de um ambiente mais propício à cidade e intencionalidade estética são os caracteres estáveis da arquitetura; estes aspetos sobressaem em qualquer pesquisa positiva e iluminam a cidade como criação humana. Mas, para dar forma concreta à sociedade, e sendo intimamente congénita com esta e com a natureza, a arquitetura é diferente, de modo original, de qualquer outra arte e ciência”. (Rossi: 2001: 32-33)

Mas, ao falar-se da cidade está a falar-se do coletivo, onde coexistem esfera pública e esfera privada. Aldo Rossi pergunta, no seu livro “A Arquitetura da cidade”: “o locus urbis, uma vez determinado, de que modo influencia o indivíduo e a coletividade?”, isto é, de que modo o ambiente influencia o indivíduo e a coletividade? E de que modo o homem transforma o seu ambiente? (Rossi: 2001: 162).

Deste modo, poder-se-á afirmar que todos são influenciados por aquilo que se vê, mesmo quando se construi algo novo, está-se sob a influência do que já existe.

A identificação de alguns fatos urbanos e da própria cidade com o estilo da arquitetura está determinada no espaço e no tempo. As definições estilísticas arquitetónicas que existem precisam a natureza dos factos urbanos existentes. Todos os que viajam e visitam uma localidade, são capazes de descrever um “desenho” arquitetónico dos lugares visitados. Em cada localidade existem forças vivas e definidas, pois cada lugar tem uma “alma”, como refere Rossi (Rossi: 2001: 241-2), onde se refletem tradições antigas e de sentimentos vivos, bem como aspirações indecisas, onde existem, também, leis gerais da dinâmica urbana. Atrás do particular estão factos gerais e o crescimento urbano não pode ser espontâneo, pois rege-se pelas tendências naturais dos grupos dispersos nas diversas partes da cidade e que explicam as modificações de estrutura.

Uma outra abordagem é a de Kevin Lynch, que fala acerca da “**Forma da Cidade**” como um fenómeno espacial explicado por três teorias: Teoria do planeamento; Teoria funcional; e Teoria normativa.

1- A **Teoria do planeamento** diz como são, ou como deveriam ser tomadas as complexas decisões públicas relativas ao desenvolvimento da cidade. Sendo que, estes critérios aplicam-se a todos os empreendimentos políticos e económicos complexos, pelo que o domínio desta teoria se estende para além do âmbito do planeamento da cidade, designando-se, por isso, por Teoria da decisão. Esta teoria aborda a natureza do processo de decisão ambiental e como ele deveria ser conduzido.

2- **Teoria funcional**- concentra-se nas cidades e tenta explicar por que razão elas assumem a forma que têm e como é que essa forma funciona. É um ramo teórico muito denso, ainda que não tanto como a teoria da decisão, congregando nele um interesse renovado.

3- **Teoria normativa**- trata das ligações generalizáveis entre os valores humanos e a forma dos aglomerados populacionais, ou de como se pode reconhecer uma “boa cidade”. Esta é a linha seguida por Lynch

Lynch ressalva o facto de nenhuma teoria, sozinha, explicar a génese e a função de uma cidade. A cidade tem, pois, de ser vista pela sua história contínua, pelas relações entre grupos humanos, um espaço de produção e distribuição, um campo de força física, um conjunto de forças interligadas, mas também uma arena de conflitos e interesses distintos. A administração de uma cidade, as decisões políticas, os interesses particulares, todos eles influenciam o desenvolvimento dos acontecimentos:

investidores importantes, técnicos de transportes, grupos étnicos, minorias, líderes políticos, famílias, elites, classes revolucionárias. (Lynch: 2017: 43-44)

Assim, o processo de decisão torna-se fragmentado, plural e marcado por negociações e acordos. Os padrões básicos estabelecidos por todos os intervenientes na “construção da forma” da cidade são compostos pelas ações de outros elementos, em particular pelas decisões de localização das famílias individuais e das empresas de dimensão modesta, pela especulação imobiliária de pequenos promotores e construtores e pelas funções regulamentadoras e de apoio do governo local. Depois, as decisões governamentais vão determinar a qualidade do aglomerado populacional, uma vez que são elas que definem a construção e divisão de zonas, a prestação de serviços públicos, tais como escolas, estradas e espaços abertos, códigos de incêndio, educação, policiamento e saneamento.

Não obstante, os governos não controlam, propriamente, o crescimento da cidade de forma direta e central, pois muitas vezes o seu grande objetivo é aumentar o lucro, gerir o sistema de tributação, apoiar alguns investidores.

Por conseguinte, fazer um planeamento sustentável, no futuro, é muitas vezes impedido por razões de ordem técnica, burocrática e financeira. O Urbanismo é essencial para a organização de um local, quer seja cidade ou vila. Mas, demasiadas vezes as freguesias, sobretudo as rurais, não têm um planeamento ordenado, ou sequer pensado, dos seus territórios. Vamos então tentar perceber como o Urbanismo e, sobretudo, a teoria da Paisagem urbana de Cullen nos poderão ajudar neste estudo. pois, como afirma Gordon Cullen em “Paisagem Urbana”, escrito em 1971: (...) o objetivo fundamental dos urbanistas continua a ser a comunicação com o público, não tanto pela via democrática, como pela via emocional.” (Cullen: 2018: 18)

2.3 Referências à imagem e forma urbanas

A paisagem urbana é, para além de outras coisas, algo para ser apreciado, lembrado e contemplado.

Lynch, in A imagem da Cidade

2.3.1 A Forma e a Imagem de um lugar

Para Aldo Rossi A Cidade marca o contraste entre o particular e o universal, o individual e o coletivo, sendo a forma que alberga a esfera pública e a esfera privada, “no contraste entre a projeção racional da arquitetura urbana e os valores do locus, entre edifícios públicos e edifícios privados”. (Rossi: 2001: 32) deste modo, a cidade é organizada pela sociedade, pelos indivíduos que a formam, criando um ambiente que lhe é próprio. As casas, as ruas, os espaços geram a dinâmica urbana e para Aldo Rossi a “ciência urbana” estudará todos estes fenómenos.

No presente, a exigência coletiva por uma maior qualidade do ambiente urbano, em resposta a novas lógicas de organização e localização do terciário, a reabilitação de áreas degradadas, bem como as carências de uma sociedade com novos padrões culturais são fatores que determinam a forma como o “espaço público” é encarado que induzem à requalificação de espaços já existentes e à criação de novos espaços, numa lógica de harmonizar o todo.

De qualquer modo, como refere António Leite Ramalho, será a “vontade política de fazer a Cidade que produz o “espaço público”, ao exigir a dotação de investimentos consideráveis, ao consubstanciar um modelo de planeamento e gestão para o território, ao implicar uma atitude esclarecida e decidida, (...)” (Ramalho: 2004: 9).

“A cidade e a região, a terra agrícola e os bosques tornam-se a coisa humana porque são um imenso depósito de fadigas, são obra das nossas mãos; mas enquanto pátria artificial e coisa construída elas são também testemunho de valores, são permanência e memória” (Rossi, p.49). Rossi olha para a cidade como uma “obra de arte”, proveniente da arquitetura e da engenharia que cresce com o tempo, mas contesta o funcionalismo ingénuo: “penso que a explicação dos factos urbanos mediante a sua função seja de refutar quando se trate de esclarecer a constituição e a conformação deles; (...)” (Rossi: 2001: 56). “De facto, se se pode admitir classificar os edifícios e as cidades segundo a sua função, como generalização de alguns critérios de evidência, é inconcebível reduzir a estrutura dos factos urbanos a um problema de organização de algumas funções mais ou menos importantes. Foi, efetivamente, esta grave distorção que bloqueou e bloqueia em grande parte um progresso real nos estudos da cidade. E se os factos urbanos são um mero problema de organização, não podem apresentar nem continuidade, nem individualidade; os monumentos e a arquitetura não têm razão de ser, “nada nos dizem”. Posições deste tipo assumem um claro carácter ideológico ao pretenderem objetivar e quantificar os factos urbanos; este, vistos de modo utilitarista, são tomados como produtos de consumo. (...) Em conclusão, pode afirmar-se que um critério funcional de classificação é aceitável como regra prática e contingente em paridade com outros critérios, por exemplo: construtivos, de aproveitamento de terrenos, etc.”. (Rossi: 2001:59-60). Ora, neste aspeto, este estudo concorda com a perspetiva de Rossi, pois em muitas aldeias, vilas, ou cidades as pessoas iam construindo nos terrenos que tinham disponíveis.

Ora porque os tinham comprado, ora porque os tinham herdado. É o que se passa no nosso caso de estudo. Na freguesia de Vila do Carvalho as pessoas começaram por construir numa zona da encosta, que terá sido o sítio, pela sua natureza geográfica e morfológica, onde exerciam a pastorícia e a agricultura. Os terrenos tinham água própria, proveniente da ribeira que atravessa a freguesia e de poços, minas e nascentes. Mais tarde, começaram a construir na zona baixa da aldeia, em volta da igreja-matriz.

No centro da aldeia a escassez de terrenos fez com que as habitações fossem construídas à mercê da disponibilidade de terra. As habitações são, regra geral, prédios com vários andares e com poucos metros quadrados em cada piso (40m²).

Na perspetiva de António Leite Ramalho, a *polis* é o lugar onde se concretiza a democracia, lugar de liberdade, de exponenciais fontes de informação, múltiplas formas de comunicação, absoluta mobilidade e diversidade, de todas as possibilidades sociais, encontros religiosos, culturais, de memórias, ideias, conhecimento e aprendizagem. Por outro lado, a cidade é composta por pessoas que nela habitam, viajam. Cidade é gente, somos nós, mas também “sou eu”. (Ramalho: 2004: 13) Assim, as intervenções urbanísticas nos espaços públicos devem ter em conta o *modus vivendi* de cada local, mas também deve procurar o novo.

Os “espaços públicos” são das responsabilidades dos governantes das localidades e serão todos os lugares com funções sociais importantes de comércio ou reunião social. (Ramalho: 2004: 23) ‘Esses espaços podem ser lugares de encontro privilegiado (praças centrais, por exemplo), encontro fortuito (ruas comerciais, a título de exemplo), passeio ou repouso (parque, marginal).

Já Kevin Lynch afirma que os “planificadores profissionais desempenham muitos papéis diferentes nesta complicada paisagem de decisão. Muitos deles são, porventura, planificadores de projetos que trabalham para um cliente definido, como uma empresa ou uma agência governamental, e preparam uma solução para um problema limitado e bem definido, de acordo com um conjunto explícito de objetivos. (...) Outros planificadores consideram que trabalham para o interesse público. Na medida em que têm de trabalhar na proximidade de algum centro de poder para serem eficientes, são assediados por diversas questões: quem é o cliente? Quem deverá tomar as decisões? Como é que devem ser determinados os objetivos? (...) Muitos planificadores assumem o papel primário de informadores. Criam informações precisas e convenientes para uso público: descrições do atual estado e de como este está a ser alterado, previsões acerca de acontecimentos futuros, e análises dos resultados que se podem esperar desta ou daquela linha de ação. Por fim, alguns profissionais são advogados de uma ideia- como por exemplo novas cidades, caminhos para bicicletas ou casas flutuantes- e nesse caso têm de organizar a sua própria carteira de clientes. São criadores de padrões, que esperam ser eficientes graças à persuasão das suas ideias.” (Lynch: 2010: 49-50)

Deste modo, Lynch resume os planificadores urbanos em “advogados”, “informadores”, “*designers* de projetos” e “planificadores públicos”, sendo que eles desempenham um papel crucial na decisão

ambiental. Mas o que nos faz dizer se uma cidade é “boa” ou “má” para se habitar? Qual a “forma” que esta deverá ter? A estas questões, Lynch responde da seguinte forma:

O ambiente físico é a “forma do aglomerado populacional” e corresponde ao padrão espacial dos objetos físicos grandes, inertes e permanentes numa cidade, contendo os edifícios, ruas, serviços públicos, colinas, rios, talvez mesmo as árvores. A estes objetos estão ligados a residência unifamiliar, projeto de habitação social, campo de milho, colina rochosa, esgotos de dez polegadas, rua movimentada, igreja matriz, etc., uma miscelânea, de termos modificadores, relativos ao seu uso habitual.

A distribuição espacial destes termos é apresentada em Plantas bidimensionais: plantas topográficas, plantas sobre o uso das terras, plantas topográficas com anotações, redes de serviços públicos, plantas das condições das habitações. Sendo que, estas plantas são acompanhados por censos das populações, divididas estas por classes etárias, sexo, rendimentos, raça e ocupação e por outras plantas que mostram a distribuição espacial da população. Além disso, apresentam descrições acerca da quantidade de tráfego das várias artérias principais estatísticas relativas às principais atividades económicas e dados acerca da localização, da capacidade e da condição dos edifícios ou áreas específicas dedicadas a atividades públicas ou semipúblicas, tais como igrejas, escolas, parques, etc.

Para Lynch a dificuldade está em saber em que consiste a forma de um aglomerado humano: será um objeto físico inerte? Ou também inclui os organismos vivos? Quais as atividades que as pessoas desenvolvem? Qual a estrutura social? O sistema económico? E o sistema ecológico? Como se dá o controlo do espaço? E como se apresenta aos sentidos? (Lynch: 2010: 52)

Estas são questões pertinentes, na medida em que as cidades não são estáticas e resultam de fluxos constantes de pessoas e de coisas. Visitar uma cidade no verão é diferente de visitá-la no inverno, por exemplo.

Então, Lynch remata dizendo que “ninguém pode afirmar que a descrição dos seus elementos representa a compreensão de um aglomerado humano na sua totalidade. Tem de se ver um local como um conjunto social, biológico e físico se o quiser compreender completamente.” (Lynch, 2017:53)

As cidades são lugares mutáveis. Para Lynch a “durabilidade” poderia ser um critério de execução para definir uma cidade. Assim, define (Lynch: 2010: 112-13) algumas orientações no programa de planeamento:

- 1- Devem ser características relacionadas com a forma espacial da cidade, tendo em conta a natureza dos seres humanos e das suas culturas.
- 2- As características devem ser tão gerais quanto possível, ainda que possam preservar a sua ligação a aspetos específicos da forma;

- 3- Deve ser possível estabelecer uma ligação entre estas características e os objetivos e valores importantes de qualquer cultura, pelo menos através de uma cadeia de pressupostos razoáveis;
- 4- O conjunto deve incluir os aspetos relevantes da forma do aglomerado populacional que sejam importantes para esses valores básicos;
- 5- Estas características devem assumir a forma de dimensões de execução, nas quais grupos distintos consigam eleger ideais ou limiares “satisfatórios”.
- 6- As localizações devem ser identificáveis e mensuráveis;
- 7- As características devem situar-se, regra geral, ao mesmo nível;
- 8- As características devem ser, tanto quanto possível, independentes umas das outras.
- 9- As medidas nestas dimensões deveriam permitir lidar com qualidades que se podem alterar no tempo.

E, em relação a um modelo “ideal” de cidade Lynch estuda sete aspetos a ter em conta (Lynch: 2010: 263-75):

- 1- **Vitalidade**- este será o grau em que a forma do aglomerado populacional suportará as funções vitais, inclui os aspetos biológicos e a preservação da espécie. É um critério antropocêntrico.
- 2- **Sentido**- é o grau que define um aglomerado populacional relativamente à sua compreensão, e que mentalmente é diferenciado e estruturado, no espaço e no tempo, pelos seus residentes ligando-se a mudanças nos seus valores e conceitos- diz respeito à relação entre o ambiente, a capacidade mental e sensorial e às construções culturais;
- 3- **Adequação**- o grau em que no aglomerado populacional a forma e a capacidade dos espaços, canais e equipamentos correspondem ao padrão e à quantidade de ações em que as pessoas costumam participar;
- 4- **Acesso**- corresponde >à capacidade de alcançar outras pessoas, atividades, recursos, serviços, informações ou locais, incluindo a quantidade e a diversidade dos elementos que podem ser alcançados;
- 5- **Controlo**- grau em que a utilização e o acesso a espaços e atividades, a sua criação, reparação, modificação e gestão são controlados por quem os utiliza, neles trabalha ou reside;
- 6- **Eficiência**- custo da criação ou manutenção do aglomerado populacional, para qualquer dos níveis de concretização das dimensões ambientais, anteriormente referidas.
- 7- **Justiça**- modo como os custos ambientais e os benefícios se encontram distribuídos pelas pessoas. Quem usufrui do quê?

Estes últimos dois critérios Lynch diz serem meta-critérios, pois não têm qualquer significado até que os custos e benefícios sejam definidos através da especificação dos valores básicos prévios e, também, porque cada um deles se envolve com os anteriores, sendo “sub-dimensões” repetitivas de cada uma dessas dimensões.

Deste modo, ao definir estes critérios, Lynch pretende que as pessoas sejam capazes de avaliar, em situações reais, o que é relativamente bom no seu local, e deve passar a ter os critérios necessários para melhorar ou manter o que é bom.

Se me fosse pedido para definir o conceito de paisagem urbana, diria que um edifício é arquitetura, mas dois seriam já paisagem urbana, porque a relação entre dois edifícios próximos é suficiente para libertar a arte da paisagem urbana.

Cullen, 2018

2.3.2 O conceito de “Paisagem” de Gordon Cullen

Paisagem Urbana é um conceito fulcral na obra de Gordon Cullen, numa série de publicações na revista “The Architectural Review que mais tarde compilou numa publicação intitulada “Paisagem Urbana”, editado em 1961 e reeditado em 1971.

A paisagem urbana será, para este autor, tudo o que compõe a cidade: o edificado, o vazio, as vias de circulação, tudo o que a torna habitável por grandes massas e que a define, verdadeiramente, como tal. Espelha a tarefa de tornar coerente e organizados todos estes elementos que fazem parte do ambiente urbano. O ser humano reage perante esta paisagem, podendo fazê-lo de várias formas, o que, concomitantemente, permite definir o seu relacionamento no espaço urbano.

Segundo Gordon Cullen, a nossa relação com os elementos da cidade, relações de **ótica**, **localização** e **conteúdo**, que nos permitem atribuir qualidades aos espaços, definem a Paisagem Urbana. Esta é-nos apresentada segundo diferentes formas e cria diferentes relações e reações nas pessoas. A paisagem urbana pode ser definida segundo a **visão serial** - quando há um percurso pela cidade e os diferentes elementos e ambientes vão surgindo, como se de uma nova descoberta se tratasse.

Há uma sucessão de pontos de vista que vão sendo apresentados e vão criando contrastes na paisagem, e conseqüentemente provocam um sentimento, uma reação por parte do observador. Pode também caracterizar-se segundo a **visão local**, em que o observador reage ao espaço que lhe é apresentado.

Um observador tem reações emotivas perante a posição que ocupa no espaço. Os elementos que compõem a paisagem vão fazer com que este tenha uma determinada relação com determinado espaço. Há espaços que pelas suas características são suscetíveis de ocupação, que reúnem elementos que vão criar um ambiente propício. Como uma mera sombra, um muro para sentar, uma guarda de uma ponte, elementos que definem a vontade do observador de parar ou continuar. No fundo, são estes elementos que definem a fixação e permanência da população, a forma como o espaço vai ser ocupado e utilizado, no presente e, eventualmente, no futuro.

Um fator muito importante com o qual o observador reage é o **desnível**, a **topografia**. Este pode provocar sensações de intimidade, inferioridade, encerramento ou claustrofobia (abaixo do nível) ou, pelo contrário, de euforia, exposição, domínio e superioridade (acima do nível).

Uma cidade com imageabilidade (aparente, legível ou visível), nesse sentido, seria bem formada, distinta, memorável; convidaria os olhos e ouvidos a uma maior atenção e participação.

Lynch, 1960

2.3.3 A Imagem da Cidade ou Cidade Utopia

Antes de mais, convém definir-se o conceito de **cidade** abordado neste estudo, sendo que quando se refere a “cidade” não se fala apenas dos territórios como entidades político-administrativas urbanizadas, com determinada área e número de população. Referimo-nos, sim, a um lugar urbanizado, que poderá ser uma aldeia, vila ou cidade.

Este nosso conceito vai sendo completado com os autores abordados, nomeadamente por Kevin Lynch, que fala sobre a Imagem e Forma da cidade, como já se referiu, anteriormente e Gordon Cullen.

2.3.4 Definir a cidade pela sua Imagem: Lynch VS Cullen

Kevin Lynch é um dos grandes autores mais reconhecidos na área do Urbanismo, sendo responsável por uma das obras mais famosas e mais influentes: **A Imagem da Cidade**. Em 1960, Kevin Lynch procurou as “qualidades físicas da imagem que estejam relacionadas com os atributos da identidade e estrutura da imagem mental” que se faz das cidades. Essa análise recaiu sobre três cidades norte americanas: Boston, Jersey City e Los Angeles. Nela, ele destaca a maneira como se percebe a cidade e as suas partes constituintes, fazendo vários questionários à população acerca das suas perceções sobre a cidade, como estruturavam a imagem que tinham dela e como se localizavam.

A forma, a cor, a disposição são exemplos de aspetos que entre outros ajudam as pessoas a organizar o mundo que as rodeia. São também aspetos que tornam um lugar mais ou menos presente na mente ou, melhor, na memória, nas experiências significativas de uma pessoa. Este estudo foi desenvolvido usando principalmente dois métodos: o inquérito a um pequeno conjunto de cidadãos, tendo em conta a sua imagem mental do seu meio, e o exame sistemático da imagem ambiental evocada por observadores experientes no terreno. O inquérito era composto essencialmente por três etapas: a) pedir às pessoas entrevistadas um esboço da cidade, b) uma descrição detalhada de um determinado número de percursos pela cidade e c) uma curta exposição sobre algumas partes da cidade que estivessem mais vivas na sua memória.

Ora os elementos da imagem urbana passíveis de uma classificação são: vias ou caminhos, limites, bairros, cruzamentos e pontos marcantes.

Nas suas conclusões aferiu, ainda, que essa perceção é feita aos poucos, onde o fator tempo é fundamental, já que é impossível apreender toda a cidade de uma só vez. Além disso, verificou que nada é experimentado individualmente, mas sempre numa relação com alguém ou com algo. Os elementos semelhantes, localizados em contextos diferentes, também adquirem significados diferentes. Cada cidadão, sendo único, retira experiências diferentes, nas mesmas situações. Logo, nem tudo poderá ser generalizado, apesar da aparente universalidade destes cinco elementos identificados por Lynch.

Lynch refere a legibilidade como sendo a facilidade com que cada uma das partes [da cidade] “pode ser reconhecida e organizada num padrão coerente” (Lynch:2017: 10), proveniente dos aspetos visuais da cidade, ou seja, não leva em consideração esquemas não-visuais tais como numeração de ruas ou outros sistemas que podem contribuir para a legibilidade mas não são ligados à imagem da cidade especificamente.

A identificação e estruturação do ambiente é vital para todos os animais que se movem e, por outro lado, a sensação de desorientação é angustiante para quem vivencia a cidade. Um ambiente legível oferece segurança e possibilita uma experiência urbana mais intensa.

Segundo Lynch, a percepção ambiental pode ser analisada segundo três componentes: estrutura, identidade e significado.

- 1- Identidade- corresponde à identificação de um objeto em relação a outras coisas, será o seu reconhecimento como entidade separável, é a individualidade ou particularidade de uma coisa;
- 2- Estrutura- a imagem da cidade deverá incluir o padrão espacial ou a relação do objeto com o observador e com os outros objetos;
- 3- Significado- cada objeto possui um significado para o seu observador, seja ele prático ou emocional, estando este ligado à sua identidade e ao seu papel dentro da estrutura.

Estes três elementos são inseparáveis. No entanto, os significados individuais de uma cidade são muito variados, mesmo que a sua forma seja comunicável. Assim Lynch recorre ao conceito de **imageabilidade**, o que lhe dá uma alta probabilidade de evocar uma imagem forte em qualquer observador. Refere-se à forma, cor ou arranjo que facilitam a formação de imagens mentais do ambiente fortemente identificadas, poderosamente estruturadas e altamente úteis.” (Lynch: 2017: 17) Por outro lado, o conceito de imageabilidade está ligado ao conceito de legibilidade, uma vez que imagens “fortes” aumentam a probabilidade de construir uma visão clara e estruturada da cidade. Uma cidade com imageabilidade (aparente, legível ou visível), nesse sentido, seria bem formada, distinta, memorável; convidaria os olhos e ouvidos a uma maior atenção e participação:

Uma cidade altamente imaginável (aparente, legível ou visível), neste sentido particular, pareceria muito bem formada, distinta, notável; como que convidaria os olhos e os ouvidos a uma maior atenção e participação. O domínio estético de tal ambiente não só se simplificaria como também aumentaria e se tornaria mais profundo. Uma tal cidade poderia ser compreendida para além do tempo como um modelo de grande continuidade, com muitas partes distintas interligadas claramente.

Lynch refere, ainda que dado o desenvolvimento da imagem ser um processo duplo entre observador e observado, será possível reforçar a imagem através de projetos simbólicos, quer seja através do exercício contínuo do recetor, quer seja através de remodelação do ambiente de cada um.(Lynch: 2017:18) Mais à frente, o autor menciona Kilpatrick que descreve o processo da aprendizagem da

percepção, forçando um observador através de estímulos novos que deixaram de estar adaptados a imagens já existentes. (Lynch: 2017: 18)

De igual modo, terem de se aprender a ver as formas ocultas na vasta área das nossas cidades. Ter-se-á, assim, a oportunidade de formar o nosso “novo mundo” com uma paisagem que se considera “ideal”, que seja visível, clara e coerente. Dando novas formas ao meio físico, que sejam bem organizadas, no tempo e no espaço, e que representem a vida urbana atual e as suas aspirações, pode-se criar um ambiente favorável ao desenvolvimento social e à fixação de pessoas que criem novas dinâmicas num lugar.

Contudo, apesar de cada observador criar a sua própria imagem do meio ambiente, é necessário que a cidade como um todo tenha a sua imagem correspondente, capaz de a identificar e distinguir. É esta imagem que a vai definir. Segundo Kevin Lynch, “Parece haver uma imagem pública de qualquer cidade que é a sobreposição de imagens de muitos indivíduos.” (Lynch: 2017:51) Este autor defende também que a forma do meio ambiente é o fator que melhor pode definir e contribuir para a criação da imagem da cidade. Além deste destacam-se também o significado social, a função, a história e até o nome. A forma da cidade é então constituída por vários elementos, tais como vias, limites, bairros, cruzamentos, pontos marcantes, entre outros, que em conjunto vão criar esta imagem. (Lynch: 2017: 51) Nenhum destes funciona isoladamente, há uma ligação e sobreposição constante. Assim, para obter uma imagem forte, estes elementos terão que atuar juntos numa estrutura coerente e reconhecível que torne então aquela imagem particular e única. Essa estrutura pode partir de vários princípios organizacionais, mas é fundamental que esta tenha algo que a torna única e reconhecível através da sua imagem.

Um local notável, seja qual for o motivo que o torne assim, reforça as atividades humanas aí desenvolvidas, os acontecimentos, fazendo com que esse espaço fique gravado na memória. Sendo que a função principal de uma cidade deveria ser facilmente reconhecida por todos, mesmo através da análise da sua planta.

Também para Gordon Cullen, consultor paisagista, “um conjunto de edifícios adquire um poder de atração visual a que dificilmente poderá almejar um edifício isolado”. (Cullen: 2018: 9). Este autor, escreveu o livro “Paisagem Urbana”, em 1971, referindo que a vida em comunidade permite possibilidades e qualidades mais atrativas para se viver. Neste aspeto, os autores que falam sobre “a cidade”, em si” são unânimes. Deste modo, pensar a cidade requer arte, engenho e manutenção, para que as cidades, vilas, aldeias, lugares não se tornem obsoletos e assim percam população.

Cullen estudou, também, a percepção, referindo três aspetos essenciais:

- 1- **ÓTICA**- onde inclui a visão serial e é tudo aquilo que se vê ao andar pela rua e que gera, ou não contraste e são estes contrastes que dão visibilidade aos lugares, num sentido mais profundo. Se uma cidade não apresentar estes contrastes torna-se despercebida, é uma cidade incharacterística e amorfa. Na visão serial há que ter em conta dois pontos de vista: o da imagem existente e o da imagem emergente.

- 2- **LOCAL**- corresponde à nossas reações perante a nossa posição no espaço. Por exemplo, quando se entra numa sala pensa-se “estava lá fora e agora estou cá dentro”. Este tipo de percepção integra-se numa ordem de experiências ligadas às sensações provocadas por espaços abertos e espaços fechados que nas suas manifestações mórbidas se caracterizam por uma sensação de “agorafobia” e “claustrofobia”. Isto acontece porque, naturalmente, as pessoas se relacionam com o meio-ambiente e o sentido de localização entra, forçosamente, na planificação do ambiente. “Estou Aqui, ou vou entrar para Ali, ou ainda “vou sair Daqui”, mostra claramente que ao postular-se a existência de um Aqui se pressupõe automaticamente a de um Além, pois não se pode conceber um sem o outro.” (Cullen: 2018: 12)
- 3- **CONTEÚDO**- diz respeito à própria constituição da cidade, desde a sua cor, textura, escala, natureza, o seu estilo, a sua personalidade e tudo o que a individualiza. Poderá, no entanto, haver uma amálgama de materiais, estilos e de escalas, dependendo de quando foi criada uma cidade. Por exemplo, o caso de cidades antigas, isso é notório.

Para Cullen há, necessariamente, uma reação emocional típica quando se encontra, por exemplo, muito abaixo do nível médio do terreno ou quando se encontra muito a acima. Do mesmo modo, um sítio fechado, enclausurado despoleta uma emoção/reação diferente da que se experimenta quando se está num espaço aberto, como uma praça pública. Assim, ao vaguear-se pela cidade experienciam-se diversas emoções e a cidade passa a ser uma experiência plástica, uma junção de percursos através de zonas de compreensão e de vazio, contraste entre espaços amplos e espaços delimitados, alternância entre situações de tensão e outras de pura tranquilidade. (Cullen: 2018: 12) o mesmo acontece quando se-utiliza um meio de transporte. Tudo isto deve ser pensado quando se fala no espaço público, em todos os espaços que se pode percorrer livremente.

Na ótica de Cullen o sucesso dos urbanistas passa por manter um diálogo ativo e constante com o público e evitar os convencionalismos, envolvendo as pessoas. Para ele o cidadão comum deveria apreciar tanto o trabalho dos urbanistas como de um jogador de futebol.

As transformações na forma espacial ocorrem a par das mudanças das imagens geográficas da cidade, e assim no seu próprio significado. Existem formas subtis e suaves da regulação espacial e social, que reestruturam o imaginário e os modos como este afecta a vida quotidiana na cidade contemporânea. A crescente confusão e sobreposição entre o real e o imaginado, a hiper-realidade de Baudrillard (1983), e as imagens simuladas, que são cada vez mais percebidas como realmente materiais e constituintes da realidade urbana, destacam-se.

Sarmiento, 2003

2.4- Os Elementos da Cidade

Temos na oportunidade de formar o nosso mundo citadino como sendo uma paisagem ideal: visível, coerente e clara.

Lynch, 2017

Kevin Lynch afirmou, no seu livro “A Imagem da Cidade”, que “cada indivíduo tem uma imagem própria, única, do espaço que habita, mas que, de certa forma, se aproxima de uma “imagem pública” que se torna, mais ou menos, predominante. Esta análise tem em conta os elementos físicos perceptíveis, que se referiram, anteriormente, sendo que existem outros fatores que influenciam a imagem da cidade, como o significado social de uma área, a sua função, a sua história e o seu nome. (Lynch: 2017: 51)

Vai-se então classificar cada um destes elementos:

2.4.1 Vias ou Caminhos (paths)

“São canais ao longo dos quais o observador se move, habitual, ocasional ou potencialmente. Podem ser ruas, passeios, faixas de trânsito, canais, caminhos-de-ferro” (Lynch: 2017: 52).

Para algumas pessoas, os caminhos são o elemento principal, pelo facto de perceberem a cidade pelos caminhos que percorrem, os cheiros que vão sentindo, as árvores plantadas, etc.



Alguns caminhos específicos podem adquirir especial relevância na medida em que:

Concentram um tipo especial de uso (ruas intensamente comerciais, por exemplo);

Apresentam qualidades espaciais diferenciadas (muito largo ou muito estreito, por exemplo);

Apresentam um tratamento intenso de vegetação;

Apresentam continuidade;

São visíveis de outras partes da cidade, ou possibilitam amplos visuais para outras partes da cidade;

Apresentam origem e destino bem claros.

Quando os principais caminhos não apresentam identidade, a imagem que se tem de uma cidade fica difusa.

As esquinas das ruas são outros pontos importantes na estrutura da cidade, já que representam uma “decisão”, uma escolha. Nesses pontos a atenção do observador tende a ser redobrada, e por isso os elementos posicionados junto às esquinas podem ser utilizados como “pontos de referência” para quem passa nas ruas.

Também a concentração de um costume ou de atividades especiais numa rua, podem conceder um lugar predominante na mente do observador. Por exemplo, em Vila do Carvalho existe uma rua conotada com a feitura do mercado semanal, que se encontra junto ao edifício do Mercado.

Existem, no entanto, certas qualidades ressalvadas por Lynch que reforçam a imagem das vias, tais como ruas com extremos, quer muito largos, quer muito estreitos. As características espaciais de largueza ou falta de espaço devem parte da sua importância à associação comum entre ruas principais com ruas largas e de ruas secundárias com ruas estreitas. Por exemplo, as ruas principais atraem os comerciantes e, mesmo em localidades rurais, isso é notório.

Outra característica importante, apontada pelo autor, é a de “continuidade”, o atual pavimento deve continuar, uma rua que seja larga e de repente afunile, dá a sensação de que a rua não é a mesma em todo o percurso. (Lynch: 2017: 57).

Não obstante, as ruas podem não apresentar essa continuidade, mas ter qualidades direcionais: “uma direção ao longo de uma linha pode ser facilmente distinguida do inverso. Isto pode ser obtido através de um desnível, uma mudança regular, numa qualidade que cresce progressivamente numa direção, com vista a atingir um máximo.” (Lynch: 2017: 58) por exemplo, uma curva prolongada é uma mudança forte da direção em que se move.

As ruas com princípios e fins bem definidos são melhor identificadas, por exemplo existem ruas em que se identifica o seu início porque têm elementos característicos. Também é importante saber se, se está a meio da rua, no fim, sendo que a orientação numa rua é um fator importante para os observadores.

2.4.2 Limites (*edges*)



São elementos lineares constituídos pelas bordas de duas regiões distintas, configurando quebras lineares na continuidade e funcionam como referências laterais. Os limites mais fortemente percebidos são aqueles contínuos na sua forma e sem permeabilidade à circulação.

Podem ser considerados barreiras (rios, estradas, viadutos, etc.) ou como elementos de ligação (praças lineares, ruas de pedestres, etc.). Podem ter qualidades direcionais, assim como os caminhos. Ao longo de um rio, por exemplo, tem-se a noção da direção percorrida, uma vez que o lado do rio fornece essa orientação.

Outra característica dos limites é que eles podem ter um efeito de segregação nas cidades. Limites numerosos e que atuam mais como barreiras do que como elementos de ligação acabam por desagregar as partes da cidade, e prejudicam a percepção geral do todo. (Lynch: 2017: 69-70)

2.4.3 Bairros (*districts*)



Na conceção de Lynch, bairros são áreas citadinas relativamente grandes em que o observador pode penetrar mentalmente e que têm aspetos comuns. (Lynch: 2017: 70).

Nesse ponto, é importante esclarecer que a tradução para bairros, ou mesmo para distritos, pode gerar confusão. O conceito de Lynch refere-se a uma área percebida como relativamente uniforme em relação ao resto da cidade ou, por apresentar determinadas características em comum, o que permitirá diferenciá-la do resto do tecido urbano. É, portanto, um critério visual, perceptivo e não um conceito meramente administrativo.

As características que determinam os bairros podem ser variadas: texturas, espaços, formas, detalhes, símbolos, tipos de edificação, usos, atividades, habitantes, grau de conservação, topografia, etc. Por exemplo, existem bairros com características muito semelhantes e isso acontece mais dentro das cidades. No caso da união de freguesias em análise, isso ainda não se verifica, dado não existirem bairros inteiros construídos recentemente.

Os bairros desempenham papel importante na legibilidade da cidade, não apenas em termos de orientação, mas também como partes importantes do viver na cidade, e podem apresentar diferentes

tipos de limites. Alguns são precisos, bem definidos. Outros são mais suaves, indefinidos. Da mesma forma, alguns podem ser “introvertidos”; outros, “extrovertidos”.

2.4.4 Cruzamentos



São pontos estratégicos na cidade, as típicas junções de vias onde o observador pode entrar, e que são importantes focos para onde se vai e de onde se vem. Variam em função da escala de análise da imagem da cidade: podem ser esquinas, praças, bairros, ou mesmo uma cidade, caso a análise seja feita em nível regional.

Outro tipo de nós que apareceram frequentemente nas entrevistas são as “concentrações temáticas”, tais como os centros puramente comerciais. Tais locais atuam como **nós** porque atraem muitas pessoas e são utilizadas como referenciais.

Os cruzamentos podem ser introvertidos ou extrovertidos. Introvertidos, se fornecerem pouca orientação direcional, quando se encontram nos seus arredores; extrovertidos será o contrário e permitem definir bem o local onde se encontram. (Lynch: 2017: 79-80)

2.4.5 Elementos marcantes



São pontos de referência considerados, exteriores ao observador, sendo simples elementos físicos variáveis em tamanho. São, na verdade, elementos pontuais nos quais o observador não entra. Podem ser de diversas escalas, tais como torres, domos, edifícios, esculturas, etc. e funcionam como indicações absolutamente seguras do caminho a seguir.

A sua principal característica é a originalidade, ou algum aspeto que é único ou memorável no contexto. Isso pode ser alcançado de duas maneiras: sendo visto a partir de muitos lugares, ou estabelecendo um contraste local com os elementos mais próximos.

Parecem ser mais usados pelas pessoas mais acostumadas à cidade, especialmente aqueles marcos menos proeminentes, menores, mais comuns. À medida que as pessoas se tornam mais conhecedoras da cidade, estas passam a utilizar estes elementos diferenciados, ao invés de se guiar pelas semelhanças, utilizando-se de pequenos elementos referenciais.

A localização em esquinas maximiza a sua importância, e o domínio espacial pode causar elementos marcantes de duas formas: tornando um elemento visível de muitos outros pontos, ou criando um contraste local com os elementos circundantes, ou seja, se for uma variante em altura ou constituição. (Lynch: 2017: 81-84)

Deste modo, será a inter-relação entre estes elementos que definirão a “imagem da cidade”, sendo que todos eles operam em conjunto, num dado contexto.

“A maior parte dos observadores parece agrupar os seus elementos em organizações intermédias, a que se pode chamar **complexos**. O observador entende o complexo como um todo, cujas partes são independentes, e relativamente fixas em relação umas às outras. (...) houve indicações de que a imagem pode ser um campo contínuo, afetando a perturbação de um elemento todos os outros do

conjunto. Até o reconhecimento de um objeto está tão dependente do contexto como da forma do próprio objeto.” (Lynch: 2017: 88)

Assim, o estudo das diversas imagens individuais permitiu concluir que a imagem da cidade é mutável, no sentido em que as imagens obtidas não se limitavam a ser miniaturas precisas da cidade, mas antes modelos pessoais sobre a cidade, isto é, a planta da cidade era reorganizada, distorcida e deturpada, muitas vezes de forma ilógica. As relações que eram retratadas remetiam mais para relações pessoais que os entrevistados estabeleciam com o lugar do que para a fisionomia física da cidade. (Lynch: 2017: 88-89)

As distâncias foram muitas vezes encurtadas ou aumentadas, algumas direções alteradas, muitas vezes elementos da cidade eram eliminados da planta (o que é normal uma vez que para todo o caso se tratava de uma síntese), mas noutros casos eram acrescentados outros elementos à realidade. De forma geral, as plantas não eram construídas num todo, mas numa estruturação das partes. Contudo, “embora distorcida, havia na imagem um forte elemento de constância topológica em relação à realidade” (Lynch: 2010: 91)

Em relação à qualidade da imagem, Lynch concluiu que esta seria tanto mais valiosa quanto mais “densas, rígidas e vivas” forem, ou seja, “as que usam todos os tipos de elementos e características da forma sem concentrações limitadas; as que podem ser organizadas quer hierarquicamente quer continuamente, segundo as exigências do momento” (Lynch, 2017: 90-91). Estas imagens tornam-se, contudo, muito difíceis de obter, uma vez que o indivíduo tem características e também restrições pessoais ou culturais que concorrem para a organização do espaço e das quais não se consegue libertar.

Mas, existem determinadas imagens que se mantêm na mente dos observadores e é a partir dessas imagens que se fará a nossa abordagem à União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho.

2.5 Síntese

Neste capítulo, poder-se-á concluir que para que seja definida uma “imagem” de um lugar, é necessário que alguns elementos se encontrem bem definidos na perceção de quem vive ou passa nesse mesmo lugar. E a perceção que se tem de uma “cidade” é tão, ou mais bem definida, quanto mais marcantes e distintos forem os seus elementos. eles vão formar a “imageabilidade” de um local.

Por conseguinte, os lugares marcam pela positiva, ou pela negativa, atendendo aos elementos definidos por Lynch, a que acresce a composição da “paisagem urbana”, os contrastes nela existente, as texturas, cores e formas.

Constatou-se a importância que tem a Imagem de uma cidade no dia-a-dia e como esta imagem e a boa forma de um lugar são importantes para refletir acerca do Planeamento urbano, sendo que, por vezes, torna-se difícil corrigir aquilo que foi feito e mal pensado (planeado).

Num próximo capítulo caracterizar-se-á, brevemente, a tipologia das cidades portuguesas, dando ênfase à cidade da Covilhã e à União de freguesias em estudo.

Parte II - União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho

Capítulo 3: Enquadramento no concelho da Covilhã

Uma cidade é uma assembleia ou comunhão perfeita e absoluta de muitas povoações numa rua só.

Política, Aristóteles

Há muito tempo que os cabeços e encostas dos subúrbios da Covilhã viam, de manhã, aquelas filas negras de cardadores, penteadores, fiandeiros, urdideiras e tecelões, avançarem para o trabalho, houvesse sol ou chuva, poeira ou lama nos caminhos. Todos os mestres da indústria têxtil da Covilhã tinham ali, a servi-los, dinastias de operários, os pais metendo, em cada geração, os filhos nas fábricas, mal estes iniciavam o trânsito da infância para a adolescência. E os novos pareciam herdar dos velhos, por via do próprio sangue, a arte de transformar em tecidos os novelos das lãs.

Ferreira de Castro, A lã e a neve

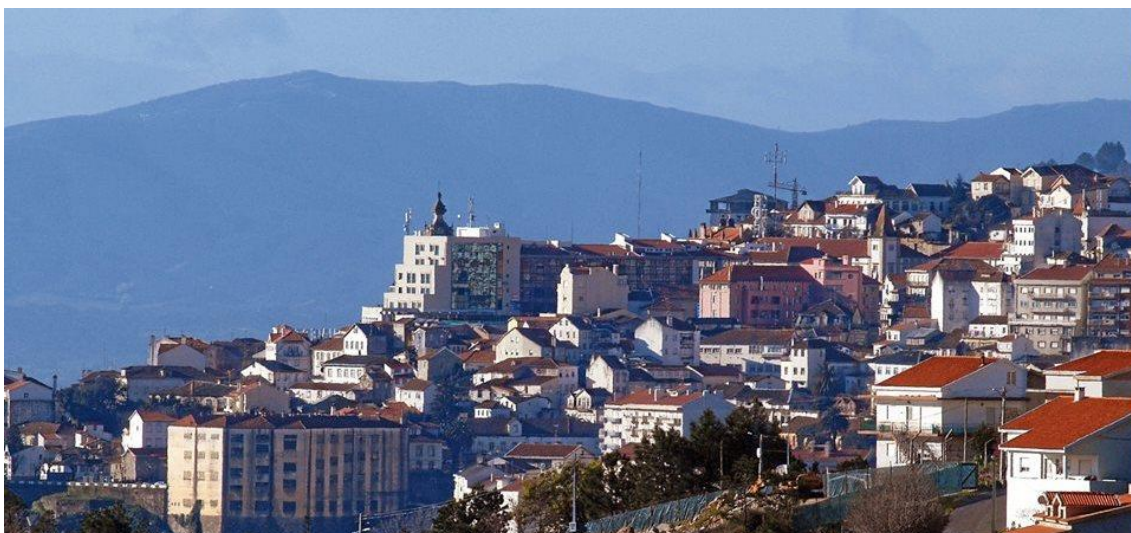


Imagem 1: Cidade da Covilhã - Fonte Google

Iniciar-se-á este capítulo com um breve enquadramento da cidade/ concelho da Covilhã (imagem anterior), no panorama nacional, sendo que esta é uma cidade-média do Interior do País e, caracteristicamente, uma cidade em que as freguesias são rurais.

Não é “à toa” que muitas vezes pessoas que migraram do concelho da Covilhã para outras zonas de Portugal, ou mesmo na literatura, se referem a esta zona das Beiras, como “regresso ao campo”, pois para além de uma vasta área desertificada, que se encontra no interior do País, existem inúmeros campos de cultivo, quintas e herdades que são, efetivamente, “o campo” em contraste com “a cidade cosmopolita” da capital, ou outras cidades maiores, fortemente urbanizadas, habitadas, onde restam escassos resquícios da paisagem natural.

Este não é o caso da Covilhã e das suas freguesias. Situadas na encosta da maior serra portuguesa (no Portugal continental), e na belíssima Cova da Beira, este concelho do Interior está dotado de um património natural inigualável, onde a pureza da Serra da Estrela, do ar, da água, da neve, dos ventos gelados, tem sido, cada vez mais, uma atração turística e não só.

Apenas quem vive nesta localidade reconhece, de facto, as suas potencialidades e sabe o que é acordar com o cheiro da natureza, ouvir as aves ou o uivar dos lobos (ainda existentes em número reduzido) “na serra” das aldeias.

Quando se fala da Covilhã, lembramo-nos da neve, do frio, do “verde” da paisagem, das ribeiras e águas fluidas em qualquer parte, das castanhas no outono. Portugal é, sem dúvida, um país belíssimo, mas nem todo o território, apesar de pequeno, está bem planeado e ordenado, no que à Arquitetura diz respeito. As diferenças entre litoral e interior fazem-se sentir em diversos setores: a começar pelo aspeto, a “forma”, até aos apoios, às políticas de decisão, nomeadamente PDM, etc.

Por isso, neste capítulo vai-se fazer uma breve caracterização das cidades portuguesas, da sua evolução e distribuição populacional, do elevado índice de envelhecimento da população portuguesa,

que poderá afetar o ordenamento do território e a degradação dos lugares, e falar-se-á da Covilhã-concelho, da sua história, do que mais caracteriza a sua “imagem”- Covilhã “cidade-fábrica” e das freguesias de Vila do Carvalho e Cantar-Galo, que constituem a nossa análise, mais específica.

3.1 Situação demográfica

3.1.1 O contexto nacional

O sistema urbano nacional mantém delineamentos herdados do período medieval que diferenciam, notoriamente, a parte norte da parte sul do país. Na primeira predominam as pequenas aldeias e vilas, na segunda os centros urbanos de relativa dimensão. A capital portuguesa é a grande cidade portuguesa desde sempre.

Historicamente, os núcleos populacionais com funções urbanas cresceram a ritmos mais intensos que as zonas rurais desde finais do século XV, embora essas diferenças aumentem em função das conjunturas nacionais e locais. A partir da segunda metade do século XVIII o crescimento demográfico tende a privilegiar os núcleos populacionais do litoral. De início o processo foi lento e favoreceu sobretudo a faixa norte, na sequência da intensificação dos tratos com o continente americano, para em seguida se estender ao demais território e em breve privilegiar as zonas centro e sul. (Moreira, Rodrigues e Henriques: 2009: 83-114)

Mas, as grandes alterações ocorrem na segunda metade do século XIX, embora mantendo as dicotomias norte/sul e litoral/interior, mau grado a existência de polos isolados no interior. O final da década de 70 marcou no país o início de uma fase positiva, que se prolongou até 1911. A população cresceu. Tratou-se de uma época áurea de aumento das zonas de Lisboa, Porto e Covilhã, em resposta ao impacto positivo originado pelo processo de desenvolvimento industrial. (Moreira, Rodrigues e Henriques: 2009: 83-114)

Portugal é ainda considerado um país de escassa urbanização, polarizada entre as duas grandes cidades (Lisboa e Porto), situação que reflete um atraso no contexto europeu e que se acentuou progressivamente. Durante o século XX o crescimento demográfico português foi influenciado pela emigração e pelas migrações internas para áreas mais industrializadas, na sua quase totalidade urbanas. Os principais perdedores neste processo são o norte e o interior norte e centro. Cresceram, contudo, as cidades ao redor de Lisboa e do Porto. (Moreira, Rodrigues e Henriques: 2009: 83-114)

As cidades portuguesas revelam que os seus centros históricos perderam população em prol das periferias. Esta informação sobre o número de cidades e a evolução dos residentes urbanos constam dos Recenseamentos Gerais da População Portuguesa, realizados com periodicidade quase decenal a partir de 1890.

A cidade da Covilhã é considerada uma cidade-média, segundo o programa PROSIURB que tinha como objetivo a valorização das cidades médias (Despachos n.º6/94 de 26 de Janeiro, n.º55/94 de 27 de Maio e n.º84/94, de 16 de Setembro, do Ministério do Planeamento e Administração do Território. A fraca densidade, a condição periférica e as deficiências estruturais com forte dependência económica no setor primário coexistem nas regiões do centro do país e representam, em conjunto, uma barreira cumulativa e substancial ao desenvolvimento.

Em Portugal, os anos mais recentes revelam um país com uma capacidade endógena de renovação geracional comprometida, no essencial devido a níveis baixos de fecundidade, assim como uma menor capacidade de atração de recursos populacionais do exterior suficientes para colmatar os movimentos de saída. Assim, a população portuguesa tem registado um progressivo envelhecimento que não traduz somente alterações na distribuição e configuração piramidal da população, mas que pode também ter um impacto negativo na capacidade de renovação da população e, em particular, da população em idade ativa. (INE)

Assim, a concentração territorial da população, designadamente por via de um processo de litoralização e conseqüente despovoamento do Interior, colocam desafios à sustentabilidade demográfica dos territórios, sendo que a configuração espacial dos territórios de concentração da população portuguesa remete para a dicotomia Litoral/Interior, sendo o Litoral mais urbano e económica e demograficamente mais dinâmico que se diferencia do Interior mais rural, menos desenvolvido e demograficamente diminuto.

Nos últimos anos, o desinvestimento em infraestruturas de transporte e de comunicação, que se repartem pelo território, incluindo o Interior, tem contribuído para um fraco desenvolvimento das cidades do interior centro do país. No entanto, a instituição de ensino superior tem significativamente contribuído para a dinâmica económica e demográfica, nomeadamente nos territórios urbanos, como é o caso da cidade da Covilhã.

Um dos traços mais evidentes na evolução demográfica ocorrida em Portugal, ao longo das últimas décadas, tem sido o envelhecimento da população, devido à regressão da natalidade e fecundidade (natalidade menor significa menos população em idade jovem e, indireta ou relativamente, mais população em idades mais avançadas), e, no topo derivado essencialmente do aumento da esperança de vida. A diferenciação do índice de envelhecimento pela Tipologia de áreas urbanas (TIPAU) mostra um estado de envelhecimento demográfico, em 2016, bastante mais acentuado nas áreas predominantemente rurais (282) do que nas áreas predominantemente urbanas (132) ou nas áreas mediantemente urbanas (165). Em 2016, a assimetria entre territórios urbanos (APU) e rurais (APR) revelava-se mais intensa nas sub-regiões da Beira Baixa.

Índice de envelhecimento, Portugal e NUTS II, 2011 e 2016

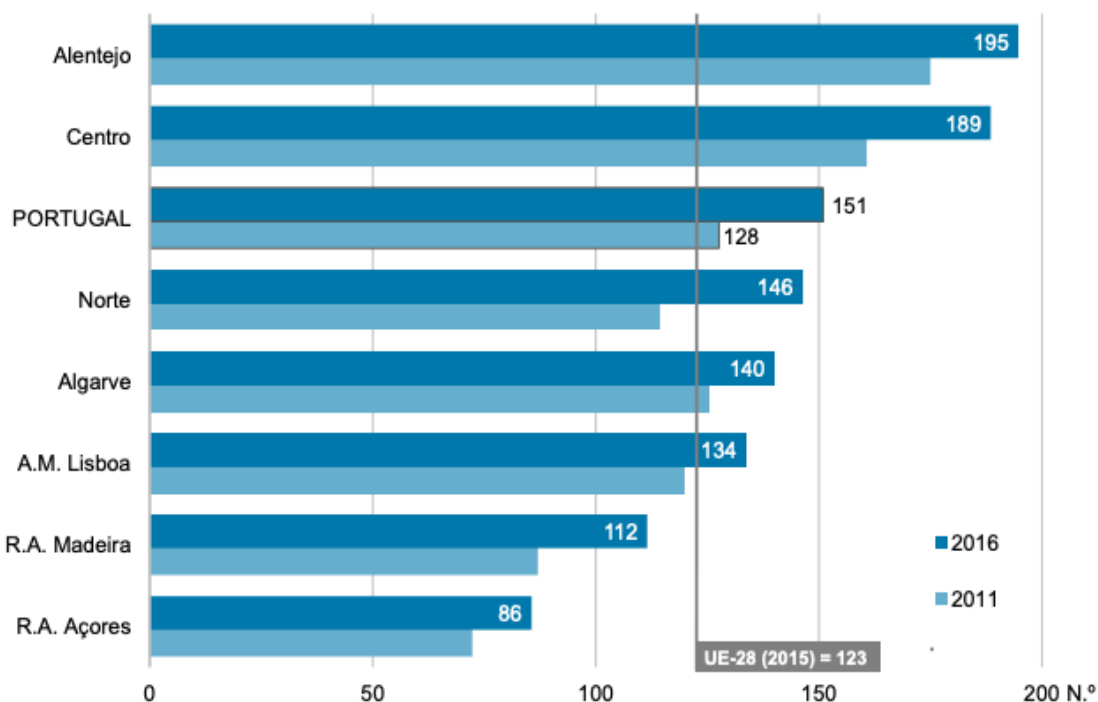


Gráfico 1: Índice de envelhecimento (retirada do Relatório *A sustentabilidade demográfica do território*)

Tendo em conta que o conceito de qualidade de vida surge associado à conquista ou perda de bem-estar, está-se convicto de que para a existência de uma boa qualidade de vida pressupõe a satisfação de um conjunto de condições que se mostram favoráveis ao bem-estar do grupo e à realização pessoal em várias dimensões. Pelo que a fixação de pessoas, ou a sua deslocação para outros lugares, poderá ter que ver com esses fatores, que poderão ser de ordem pessoal, económica, de oportunidade, mas que estarão ligados, também, às infraestruturas existentes num lugar.

Em relação à distribuição das pessoas no Planta português, é notória a separação entre o interior e o litoral, sendo que a maioria das pessoas habitam na parte litoral do território.

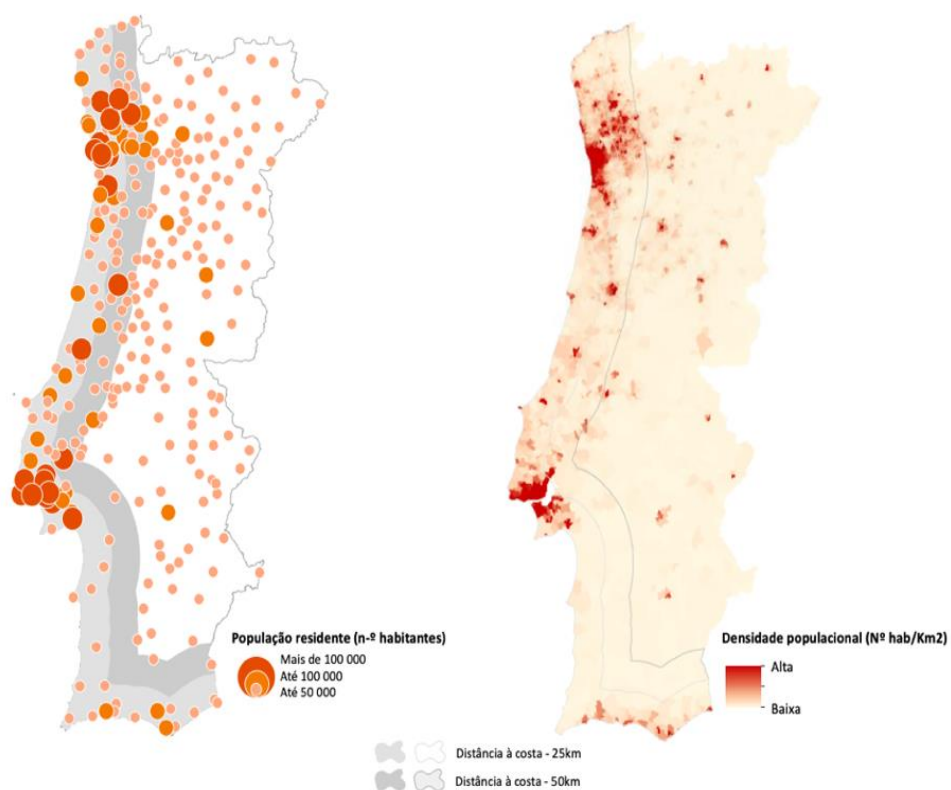


Gráfico 2: Densidade populacional (dados INE)

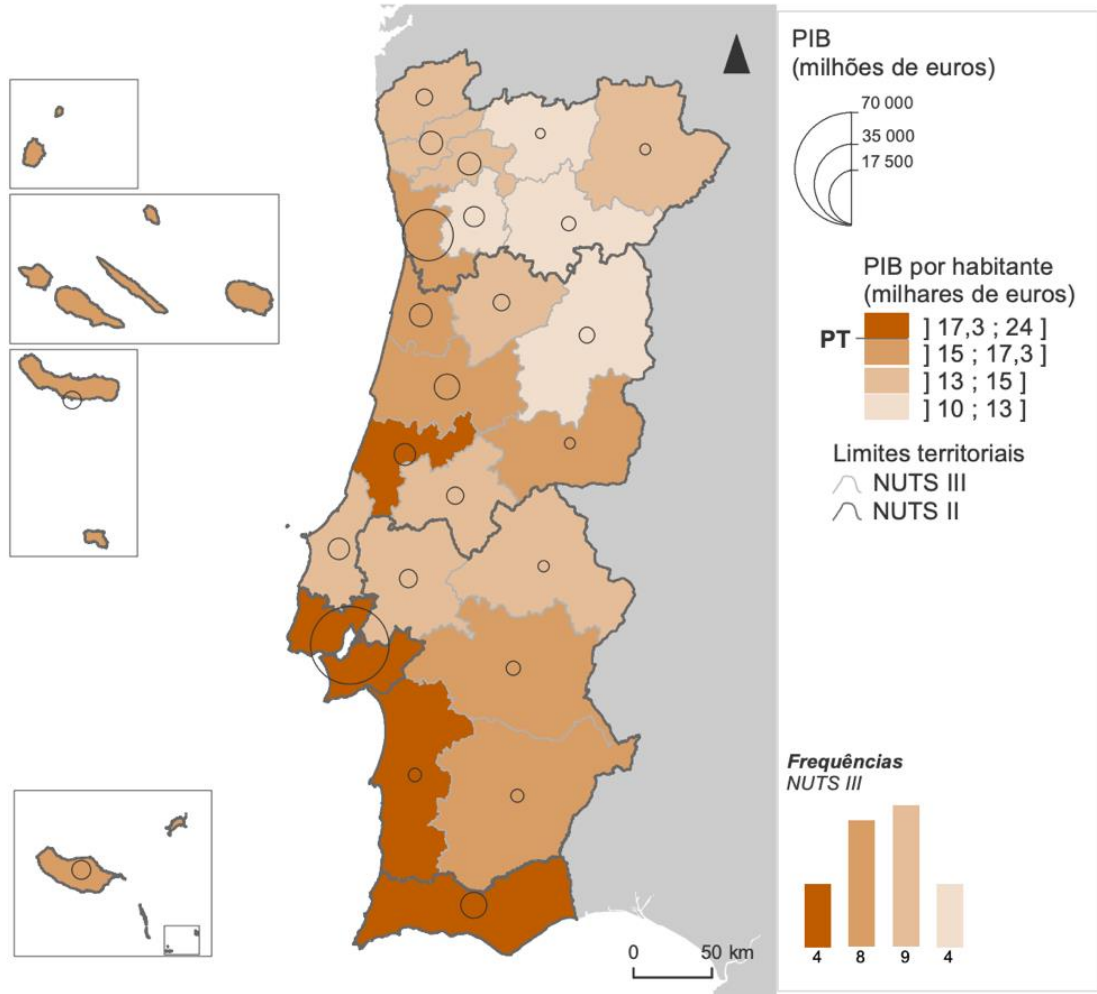
Também o crescimento económico e o PIB são mais elevados na área territorial com mais habitantes.

No entanto, verifica-se que o número de diplomados tem aumentado nas regiões do interior de Portugal, nomeadamente na zona da Beira-Baixa. Este facto pode dever-se à Universidade da Beira Interior. As áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, o Alentejo Central e as sub-regiões contíguas do Interior Norte e Centro (Terras de Trás-os-Montes, Douro, Beiras e Serra da Estrela e Beira Baixa) constituíam as sub-regiões em que o número de diplomados em áreas científicas e tecnológicas por mil habitantes era superior ao valor nacional.

Isto contribui para o aumento de população qualificada, para um aumento do saber e conhecimento nesta zona e para um eventual desenvolvimento económico do concelho da Covilhã. Para além disso, há a referir o facto de a UBI ter o curso de Arquitetura e Engenharia Civil, no que à nossa área diz respeito e, assim, isso poderá ser uma mais valia para a avaliação e desenvolvimento do planeamento urbano da cidade e arredores.

Figura III.2

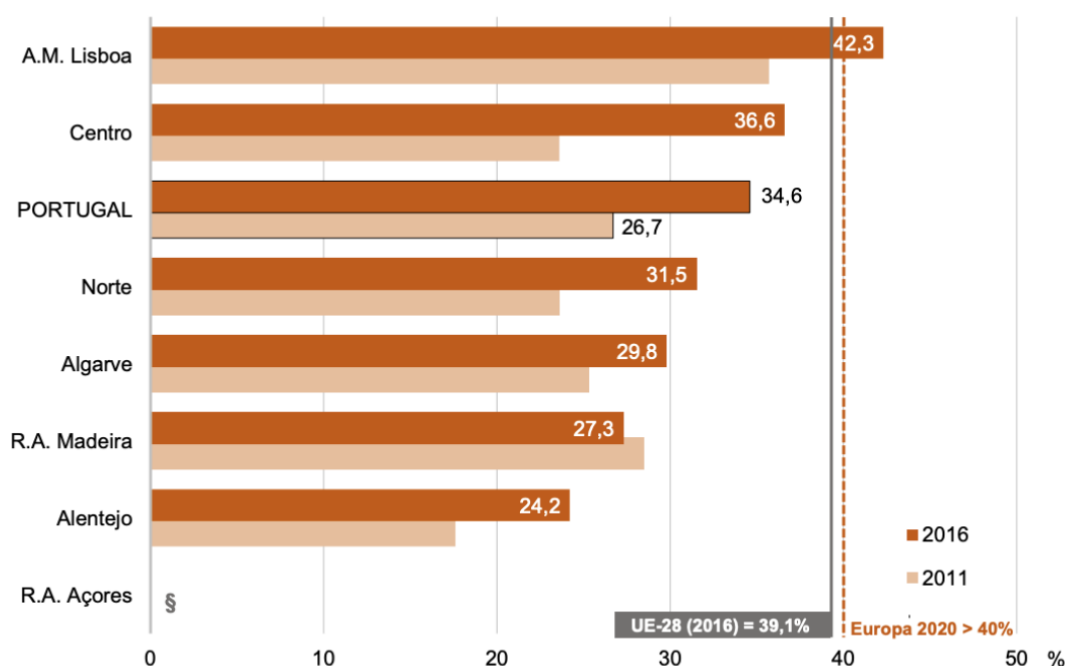
PIB por habitante e PIB por NUTS III, 2015Pe



Fonte: INE, I.P., Contas Regionais (Base 2011).

Gráfico 3: Crescimento económico em 2014(dados INE)

Taxa de escolaridade de nível superior (30-34), Portugal e NUTS II¹, 2011 e 2016



Fonte: INE, I.P., Inquérito ao Emprego, série 2011. Eurostat.

Gráfico 4: Níveis de escolaridade entre população jovem, com ensino superior dados INE)

De facto, poder-se-á concluir que, na zona centro de Portugal existe uma população com acelerado crescimento do envelhecimento, sendo que as zonas do Interior são menos habitadas e têm menos população do que o Litoral do País. E como é de prever, o PIB também se revela maior nas zonas do Litoral.

Isto afetará o desenvolvimento económico da região, o poder de compra, a capacidade de construção ou remodelação dos edifícios e os municípios ficam, também, com uma margem de investimento mais reduzida, em relação a municípios maiores, com maior densidade populacional e com PIB mais elevados.

Vai-se, então, caracterizar, mais a fundo o concelho ao qual pertencem as freguesias que se vai estudar.

3.1.2 Covilhã: cidade média do Interior



Imagem 2: Vista da cidade da Covilhã - Fonte Google

A 20 de outubro de 1870, a Covilhã é elevada a categoria de cidade, por decreto de D. Luís, dado o seu grande desenvolvimento a nível da indústria nacional. A Câmara da Covilhã era, então, presidida por José Tomás Mendes Megre Restier.

A Covilhã, tinha, na altura, cerca de 30 mil habitantes.

História da Covilhã, datas, figuras e factos, VOL I, Covilhã cidade

3.1.3 Covilhã: o concelho, localização e morfologia

O concelho da Covilhã situa-se na Cova da Beira (NUT III), Beira Baixa, distrito de Castelo Branco, no centro de Portugal. Geograficamente o distrito é caracterizado pelas várias serras que o atravessam, nomeadamente: Serra da Estrela, da Lousã, da Gardunha, da Malcata, de Alvelos e Muradal. A Covilhã limita a norte com a sub-região Cova da Beira e a Beira Interior Norte, a leste com a Espanha, a sul com a Espanha e o Alto Alentejo e a oeste com o Pinhal Interior Sul. Situa-se na encosta sudoeste da Serra da Estrela, com uma área de 555 km² e com 21 freguesias ocupa uma posição central no eixo de desenvolvimento marcado pelos polos mais importantes da região, que envolvem o distrito da Guarda e de Castelo Branco,

Área: 555,6 km²

População: 51.797

Freguesias: 21

Distrito: Castelo Branco, sub-região da Cova da Beira

População ativa: 23.040

Poder de Compra: 84.58%

A cidade da Covilhã é uma cidade que se pode considerar, no seio da sociedade portuguesa, como uma cidade de dimensões médias. Ocupava em 2001, segundo os dados censitários do INE, a 28.^a posição no ranking populacional das cidades portuguesas com 54.505 residentes. Em 2011 tem uma população de 51 797 habitantes.

Uma cidade média está definida através da sua condição intermédia e intermediária: polarizações urbanas que desempenham papéis de equilíbrio do sistema urbano, face à tendência hegemónica de crescimento das grandes metrópoles. “A sua importância nas políticas urbanas e regionais advém-lhes desta capacidade de se constituírem como âncoras de estruturação dos territórios nacionais e regionais, ameaçados por duas tendências opostas: a metropolização, por um lado, e o esvaziamento demográfico e a rarefação urbana de vastas regiões afastadas das grandes manchas e eixos de desenvolvimento territorial”. (Portas: 2003: 57)

As suas freguesias são, então, as de Aldeia de São Francisco de Assis, Aldeia do Souto, Barco, Boidobra, Canhoso, Cantar Galo, Casegas, Conceição (freguesia urbana), Cortes do Meio, Coutada, Dominguiso, Erada, Ferro, Orjais, Ourondo, Paul, Peraboa, Peso, São Jorge da Beira, São Martinho (freguesia urbana), São Pedro (freguesia urbana), Santa Maria (freguesia urbana), Sarzedo, Sobral de São Miguel, Teixoso, Tortosendo, Unhais da Serra, Vale Formoso, Vales do Rio, Verdelhos e, por fim, Vila do Carvalho. Destas 31 freguesias, dez uniram-se numa só, no ano de 2013, o que foi o caso de Vila do Carvalho e de Cantar-Galo, que outrora já haviam sido uma só freguesia, pertencente a Aldeia do Carvalho.

A Covilhã é uma cidade do interior e tipicamente uma cidade de encosta cujo desenvolvimento se deve em primeira instância à sua histórica relação com a indústria dos lanifícios, o que lhe atribuiu ainda hoje a manifesta identidade de centro da indústria têxtil do país, com a alcunha de “manchester portuguesa”. A cidade apresenta um alto nível de consolidação da sua malha urbana e o núcleo antigo implanta-se na encosta nascente de formação montanhosa, tendo a cidade crescido de norte para sul. O Plano Diretor Municipal de 23 de outubro de 1999 (RCM nº124/99) foi o instrumento que definiu as linhas gerais da política de ordenamento físico e de gestão urbanística do território municipal da Covilhã.

E, o fator que mais caracterizou a cidade da Covilhã ao longo dos tempos foi a sua conotação como cidade industrial. Esta tradição começou na época medieval com a fixação de comunidades judaicas na cidade. A fixação da indústria nesta cidade explica-se, também, por estar na encosta da Serra da Estrela, pela tradição manufatureira de trabalhar a lã das ovelhas que pastavam na serra e pela proximidade com a água que funcionava como recurso hidráulico para a produção industrial e por estar localizada numa rota de trocas comerciais que potenciaram o seu crescimento. Assim sendo, o edificado fabril estabeleceu-se essencialmente junto às duas ribeiras que percorrem a cidade, nos vales ou a meia encosta.

A atividade dos Lanifícios nesta cidade deu-se, até ao século XVIII, a uma escala de oficina, de produção doméstica, mas que concentrava um grande nível de conhecimento deste ofício. Sendo que só a partir desta data é que há registo de construções que se possam considerar de escala industrial, com edificações assinaláveis, algumas delas desenhadas por arquitetos ou engenheiros.

Nela se destaca a Universidade da Beira Interior, atualmente instalada nos edifícios das antigas fábricas têxteis, que lhe confere novos traços identitários característicos, e que está associada a uma sociedade voltada para a chamada “Era da Informação ou do Conhecimento”, ou seja, da Sociedade Global que tipifica as sociedades ditas mais avançadas. Contudo, a própria emergência da Universidade prende-se a fundamentos tradicionalistas, não surpreendendo que a sua primeira licenciatura tivesse sido ancorada aos têxteis, nomeadamente mediante a criação do curso de Engenharia Têxtil que trilha, naturalmente, pelos passos percorridos pelo seu antecessor Instituto Politécnico e, mais tarde Instituto Universitário.

O turismo, numa relação mais sazonal, tem ocupado um papel de relevo na cidade, dada a sua proximidade à Serra da Estrela e que tem dado, nos últimos anos, um contributo relevante à construção identitária covilhanense. Dotada de uma morfologia bastante particular, a Covilhã traz consigo implicações determinantes quanto à deslocação daqueles que usufruem da cidade.

Apesar das suas fortes inclinações e da sua morfologia sinuosa e assimétrica, de desnivelamento constante, exige esforços suplementares a quem opte por deslocações pedonais. O que veio a ser colmatado com a construção de elevadores e funiculares, bem como a projeção, recente, de ciclovias, e a aquisição de bicicletas elétricas. (Rodrigues: 2009: 10)

A Covilhã foi considerada caso único em Portugal, em que através da monoprodução de lanifícios e com todas as contrariedades económicas, topográficas e de comunicação, conseguiu criar uma indústria com grande desenvolvimento com os seus próprios meios, deixando quase de parte as novidades trazidas pelas revoluções industriais. Foi, sobretudo, durante o período da segunda metade do século XIX até à segunda metade do século XX, que a indústria atingiu o seu máximo desenvolvimento, também numa altura em que o comboio chega à cidade, a 6 de setembro de 1891, e esta passou a desenvolver-se em direção à estação de caminhos-de-ferro para assim se tornar mais facilmente comunicável.

A crise no setor industrial têxtil decorreu, sobretudo, na década de 1970. A indústria, começou a revelar debilidades que geraram sucessivos encerramentos das unidades fabris. Este facto justifica-se pela evolução industrial que a Covilhã, e em geral todo o país, não souberam acompanhar. Mas, nesta cidade em especial, a topografia penalizou bastante o crescimento da indústria, sendo que os meios de comunicação nunca se conseguiram desenvolver o suficiente de modo a promovê-la.

Começaram assim a surgir as unidades industriais estrategicamente colocadas nas periferias das cidades. Com o desaparecimento da indústria da cidade, as consequências para esta foram grandes, tanto por ter visto o seu sistema económico entrar em decadência como pelo enorme património industrial que foi abandonado, fazendo com que a cidade fosse muito afetada a nível urbano.

Assim como a Universidade, também outras instituições foram ocupando alguns dos edifícios fabris devolutos ou abandonados. Também nos vales industriais, na ribeira da Goldra e da Carpinteira, destacam-se nos dias de hoje os imensos complexos industriais que são reflexos da história da cidade. Apesar disto, ainda são visíveis na cidade os sinais da decadência da economia industrial, já que principalmente junto à ribeira da Carpinteira, ainda existem fábricas abandonadas, algumas em ruínas, que não foram (ainda) reutilizadas ou algumas que estão neste momento a sofrer obras de requalificação.

De um modo geral, a cidade manteve e mantém no presente, a sua estrutura nos seus quatro núcleos – o interior da muralha, a envolvente e os vales industriais. A muralha é ainda observável em alguns pontos e apresenta prenúncios das suas portas. Os edifícios que mais caracterizam a área intramuros mantêm-se assim, tal como a cisterna medieval, algumas casas do século XVII, as igrejas no interior da muralha que sofreram alterações significativas, em alguns casos. Na área imediatamente exterior à muralha, mantêm-se os bairros medievais judaicos, áreas de interesse cívico, como a Praça do Município (Imagem 4), que tem ainda vestígios da porta nascente que se abria para esta, e também algumas igrejas datadas do século XVI e XIX.



Imagem 3: Fotografia da Praça do Município da Covilhã no presente - Fonte Google

Em relação ao crescimento populacional, vê-se que a população tem vindo a diminuir, apresentando uma população envelhecida, sendo que a UBI é considerada uma das instituições promotoras da dinâmica social e da atração de população jovem à cidade. O gráfico 4 mostra que a taxa de população idosa (+ 65 anos) tem vindo a aumentar exponencialmente.

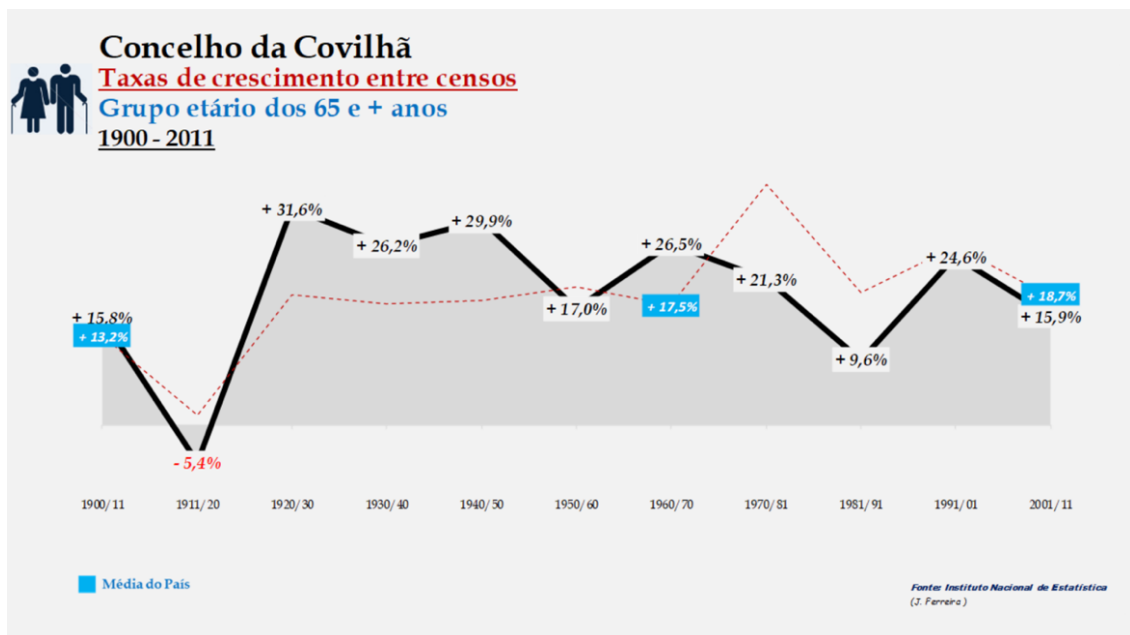


Gráfico 5: Taxa de crescimento da população com mais de 65 anos de idade- Fonte Google

3.2 Breve Referência Histórica da cidade: Covilhã, do passado ao presente

Como foi referido, a UBI tem sido um grande pólo dinamizador da cidade-neve (Imagem 5), quer por ter reabilitado fisicamente e arquitetonicamente os edifícios da cidade, outrora edifícios fabris, quer por dar uma dinâmica social a todo o concelho, atraindo população jovem e saber científico.



Imagem 4- Fotografia de parte da Universidade da Beira Interior enquadrada na cidade - Fonte Google

A intervenção no património industrial que é visível na cidade da Covilhã foi uma iniciativa que, independentemente de pretender ou não manter a sua imagem, foi essencial para o crescimento e desenvolvimento da cidade a partir da segunda metade do século XX. Uma vez finda a sua indústria, esta cidade perdeu o sistema económico que a movia e é obrigada a criar novos meios de desenvolvimento, sendo fundamental o papel da Universidade da Beira Interior. Esta instituição tornou-se no principal motivo de recuperação da cidade após a decadência da indústria, e um forte organismo que, aos dias de hoje, confere grande dinamismo à cidade.

No fundo, a Universidade veio substituir a indústria na cidade, instalando-se com as mesmas funções de motor económico e nos mesmos edifícios ocupados pela indústria. Foi, portanto, fundamental para a reabilitação da cidade o surgimento da universidade.

Na verdade, a revitalização da cidade, mais profunda

nas últimas décadas, deu-se em 1999, com o programa Polis. O Programa POLIS, foi implementado por todo o país e quando chega à Covilhã, teve como objetivos principais: “(...) reabilitar os vales das ribeiras (...) virar a cidade para esses vales criando novas frentes edificadas (...) favorecer e preservar o património industrial destinando-lhe novos usos (...) favorecer a mobilidade pedonal através de pontes e meios. Aliás, no que concerne à política urbana portuguesa, as cidades médias foram, desde 1944, o único tipo de aglomerado urbano a ser objeto de programas específicos, no âmbito da sua importância para a definição do sistema urbano nacional- programa PROSIURB” (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e de Apoio à Execução dos Planos Diretores Municipais, despacho do MEPAT, 6/94 de 26 de janeiro)- e, também, no quadro de intervenções pontuais, através de projetos urbanos de qualificação ambiental intensiva e multissetorial, incidindo, principalmente, em áreas da cidade “herdada”- programa POLIS (Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades. MAOT 2000). (Portas: 2003:57)

Deste modo, a Covilhã de hoje denuncia os processos e alterações de que foi alvo ao longo da sua história. O seu edificado representa as suas diferentes fases, desde a sua formação até aos dias de hoje e as intervenções feitas durante esta fase de implementação do Programa POLIS, deram azo a um novo planeamento urbano da cidade.

Poder-se-á afirmar que a imagem criada por esta cidade desde setecentos é de (cidade fábrica). Sendo a imagem da cidade, enquanto paisagem, construída pelas volumetrias, materiais e alçados do seu edificado, no fundo pelos agentes que concorrem para a sua relação com o espaço urbano, sendo que sua paisagem continua a ser fortemente marcada pelos vales das ribeiras dominados pelos conjuntos industriais e permanecem edifícios que têm uma forte conotação com a produção industrial e que permitem imediatamente associá-la à cidade.

Também a Câmara Municipal da Covilhã tem levado a efeito ações que vinculam isso mesmo. E conjunto de intervenções levadas a cabo na cidade da Covilhã, desde o fim da indústria, até ao Programa Polis, e pela Universidade da Beira Interior, mantiveram a sua imagem e a sua paisagem, inalteradas.

Logo, a cidade da Covilhã tem vindo a desenvolver-se, basicamente, enraizada à indústria e aos eixos das ribeiras ao longo das quais esta se desenvolveu. E é nestes eixos de água que é criada a imagem desta cidade. O amontoado de construções que surge hoje nas encostas das ribeiras e que por vezes esconde as suas fábricas, não deixa que se desenhe essa imagem no caso da ribeira da Carpinteira.

Na senda de Kevin Lynch, em relação à imagem da cidade, a Covilhã caracteriza-se por duas imagens fortes e vivas: a da encosta, na ribeira da Goldra, a partir de vários elementos que juntos vão compor essa imagem, visível na aproximação do centro da cidade para quem vem de nascente, o que a valoriza ainda mais, e a outra, muito marcante é a ponte em arco de volta inteira que representa uma porta da cidade, transportando-nos do passado para o presente. O setor do Turismo tem sido um grande dinamizador da cidade da Covilhã e das suas freguesias, quer a nível regional, quer a nível nacional. Unhais da Serra é uma freguesia localizada a uma latitude de 650 metros, situada na base da vertente

Sudoeste da Serra da Estrela, num vale de origem glaciária, que contém as termas de Unhais e um vasto complexo hoteleiro, que se tem desenvolvido bastante, turisticamente, na última década.

Muito se deve, também, à estratégia do Município da Covilhã, que desde 2013 tem apostado num marketing muito voltado para a Covilhã “cidade da lã e dos Têxteis”, “porta para a Serra da Estrela”, promovendo a lã, a pastorícia, a história e património industriais, em diversas áreas distintas.

3.3 Covilhã, turismo, atividade económica e distribuição da população pelo concelho

No que ao Turismo diz respeito, o concelho da Covilhã está dotado de um valioso património histórico e paisagístico, que veio a ser valorizado durante a pandemia de 2020, sendo que as suas condições naturais proporcionam ótimas experiências de lazer. A Covilhã e as suas freguesias têm, no contexto nacional, uma posição privilegiada junto às serras da Estrela, Malcata e Gardunha, sendo que a União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho se encontram na encosta da Serra da Estrela.

Aliás, a nível turístico, os agentes têm apostado, cada vez mais, em produtos para este setor, quer seja em oferta hoteleira, bem como produtos manufacturados, produtos artesanais e ofertas culturais, não esquecendo a gastronomia. A Covilhã tem alguns monumentos de grande interesse histórico e tem uma forte ligação com os Descobrimentos portugueses de 1500, sendo que alguns dos participantes eram oriundos da Covilhã. Além disso, a Covilhã foi um dos territórios de fixação dos Judeus, desde o século XII até à sua diluição, tendo deixado alguns vestígios visíveis nas ruas do centro da cidade e nos seus elementos arquitetónicos.

Nos últimos anos o centro histórico da cidade tem vindo a ser alvo de intervenções de *urban art*, trazendo artistas nacionais à Covilhã, para pintar alguns pontos da cidade. Esta tendência foi alargada a algumas freguesias das quais fazem parte Cantar-Galo e Vila do Carvalho.

No presente, o concelho da Covilhã mantém como principais atividades económicas e de empregabilidade a indústria têxtil, o turismo, a Universidade da Beira Interior e o Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira e a atividade agrícola.

A população distribui-se um pouco por todo o concelho, sendo que tem mais habitantes nas freguesias contíguas ao centro da cidade, como as que fazem parte do nosso objeto de análise.

Freguesias da Cidade	População 2011
Boidobra	3 246
Cantar-Galo e Vila do Carvalho	3 974
Covilhã e Canhoso	19 022
Teixoso e Sarzedo	4 490
Tortosendo	5 624
Total	36 356

Tabela 1: Distribuição da População nas freguesias mais próximas da cidade (dados INE)

3.4 Síntese

Neste capítulo conseguiu-se apurar que a Covilhã é uma cidade-média, do Interior de Portugal, e as suas 21 freguesias são, essencialmente, rurais, à exceção das freguesias que se encontram dentro do perímetro da cidade e do Canhoso.

A cidade da Covilhã tem vindo a perder população, nas últimas décadas, o que é característico das cidades desta dimensão, localizadas no Interior do país, bem como as suas freguesias.

Esta cidade tem na sua génese a Indústria laneira, que contribui para a sua identidade e “marca” de génese. Assim, a Covilhã foi-se desenvolvendo com o crescimento da indústria têxtil, que apesar de ter estagnado, na década de 1970, e terem, por isso, encerrado muitas fábricas, a arquitetura da cidade ficou muito marcada por este facto.

A cidade, no presente, tem como polo principal a UBI, que também está inserida em vários dos complexos fabris existentes, à exceção da Faculdade de Medicina, que foi construída de raiz. É a universidade que confere maior dinamismo à cidade e que a coloca numa das regiões com maior número de diplomados, sendo que na UBI existe, ainda, um curso de Design moda e têxtil, outrora, Engenharia Têxtil.

O facto da cidade, e algumas das suas freguesias, se encontrarem localizadas na encosta da Serra da Estrela, determinou o seu património natural e físico, pois, para além da agropecuária, foram, também, as ribeiras que fizeram com que se instalassem nela várias fábricas. As ribeiras são “elementos” importantes desta cidade e as “fábricas” tornaram-se “marcos” e “pontos de referência”. Todo o espaço público da cidade teve de ser pensado em função das fábricas devolutas e, mesmo alguns elementos estéticos tiveram em conta a identidade referida, como se pôde ver nas imagens 4 e

5, pois o pelourinho, remodelado no Programa POLIS, remete para a proximidade com a Serra da Estrela e a transumância, (imagem 4) e a imagem 5 onde se pode ver a UBI e a chaminé de uma antiga fábrica covilhanense.

É este património, esta identidade que atrai turistas a visitá-la e que se tornou na sua marca institucional “Covilhã a Tecer o Futuro”.

Capítulo 4: Despovoamento, Equipamentos e Instituições Sociais



Imagem 5 - Mapa Concelho da Covilhã, saliente Freguesia Cantar Galo e Vila do Carvalho - Fonte Google

...Aldeia do Carvalho. O lugar, de ruelas sinuosas, becos soturnos, casas a derruírem de velhice e pobreza, assemelhava-se, no seu aspeto físico, carregado de negrume, a quase todos os povoados beirões.

Ferreira de Castro, A Lã e a Neve

4.1 Locais de referência da freguesia

Edifícios e pontos de interesse marcantes da União de Freguesias Cantar Galo e Vila do Carvalho, apresentados em registo fotográfico da (imagem 6 à imagem 19) como se pode ver de seguida.



Imagem 6: Igreja matriz Imaculado Coração de Maria (Igreja nova) - Fonte Google



Imagem 7: Igreja Imaculada Conceição. (Igreja velha) - Fonte Google



Imagem 8: Capela de São Domingos de Vila do Carvalho



Imagem 9: Parque infantil da EB e JI de Vila do Carvalho



Imagem 10 e 11: Miradouro da Escola em Vila do Carvalho e miradouro do Cemitério de Vila do Carvalho



Imagem 12: Padaria e forno "Amílcar" (parte antiga da freguesia)



Imagem 13: Cruzeiro- marco importante de referência e da história de Vila do Carvalho



Imagem 14: Fonte do Ouron, construída em 1947 e remodelada em 2005

Sendo esta Fonte um ponto de referência e também parte integrante das infraestruturas públicas, responde a uma necessidade que harmoniza o espaço público, como são fontanários e bebedouros.



Imagem 15: “Banco dos reformados” junto à fonte do Ouron



Imagem 16: Mercado e Polidesportivo de Vila do Carvalho, sediado na antiga “Fábrica dos Fazendas”

Destacam-se como marcos naturais da freguesia a “Lapa das Cachopas”, situada a 800 m de altitude e a “Fraga Grande”, ponto de referência para a observação de estrelas e que são pontos que ficam na rota de alguns percursos pedestres, realizados pelas coletividades.

Das várias ribeiras existentes na freguesia, a ribeira da Lapa é constituída por vários poços, sendo que estes são locais referidos pelas pessoas que conhecem a freguesia, como sendo um dos principais lugares e “marcos”. A imagem 20 é a de um poço que faz parte da Ribeira da Lapa e localiza-se a cerca de 700 m de altitude.



Imagem 17: Lapa das Cachopa
- Fonte Google

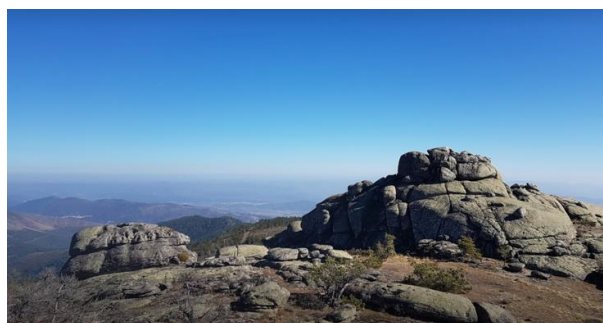


Imagem 18: Fraga Grande
- Fonte Google



Imagem 19: Ribeira da Lapa (“Poço amarelo”)

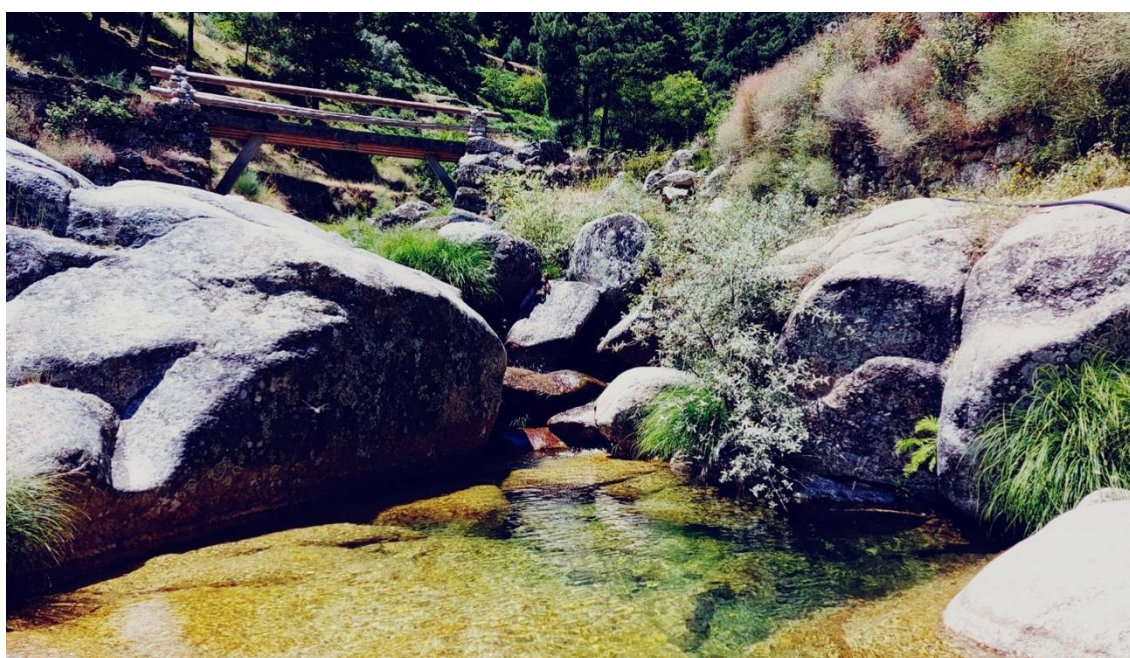


Imagem 20: Ribeira da Lapa (“Poço das cambalhotas”)

Antes da reforma administrativa que criou a união de freguesias, a freguesia de Cantar-Galo e a de Vila do Carvalho eram autónomas. Assim, a freguesia de Vila do Carvalho encontra-se localizada na parte norte do concelho da Covilhã na encosta da Serra da Estrela, (imagem 21), faz fronteira com as freguesias de Cortes do Meio (agora com menor atividade, ainda existe alguma pastorícia, sendo de salientar que existiu uma produção de queijo, considerável em tempos e que, recentemente, foi criada uma fábrica de queijos de pequena/média produção (Imagem seguinte). Os rebanhos da Aldeia do Carvalho foram, também eles, importantes para o desenvolvimento da Covilhã na era industrial (Rogero: 2017: 49).

A freguesia começou a ser edificada com uma arquitetura muito própria, utilizada como principal tipo de habitação, a casa característica da Região das Beiras, nomeadamente em termos de materiais de construção: paredes em pedra, com dois ou três pisos, em que o primeiro servia de abrigo para os animais e para aquecimento dos edifícios (designados por “loja”), o segundo para habitação, com divisões muito pequenas, onde normalmente cabia em cada quarto, só uma cama. O terceiro piso, servia para guardar alimentos. Algumas habitações estavam desprovidas de casa de banho, ou encontrando-se esta em anexo, bem como a cozinha, que era construída à parte. As coberturas eram de zinco ou colmo.

Nesta freguesia a construção das habitações concentrou-se no sítio da Portela, parte mais alta da aldeia, devido à criação de gado e às atividades agrícolas e de pastorícia, bem como em volta da Igreja e cemitério contíguo. As habitações no centro da vila eram geralmente de menores dimensões, e tinham mais do que um piso, em lotes mais estreitos do que as que eram construídas em terrenos mais amplos e mais periféricos da malha urbana. Este tipo de construção marcou a freguesia que, nos dias que correm, pouco alterou a sua fisionomia, em algumas partes.

A literatura revela que em 1873 foi fundada, junto à ribeira (imagem 19), a primeira unidade fabril têxtil, pertencente à firma Espiga, Barata & Companhia (Rogero: 2017: 61-62). Surgem a fábrica de cardagem, fiação e apisoamento e acabamentos de João Barros, a fábrica de Custódio & Silva, também junto à ribeira e a fábrica de João Nunes da Costa que acabariam por encerrar em meados do século 20. A Companhia Industrial de Lanifícios Ouron, mais tarde Brancons & Companhia e Mira Aldeia do Carvalho Lda, deu lugar à Elfila- Eletricidade e Fibras Lda, cujo edifício foi recuperado e nele instalado o Centro Cívico, que inclui a sede da junta e assembleia de freguesia, o mercado municipal, o posto médico e um pavilhão gimnodesportivo.

Nomes como a Custódio & Silva, que fazia cardação, fiação e tinturaria, a António Gonçalves, a José Vicente e a Lanofabril Lda, estão associados à história da atividade industrial dos têxteis da Vila do Carvalho, considerada o segundo complexo fabril mais ativo do concelho, após a Covilhã (Rogero: 2017: 63-65). Este movimento despoletou desde cedo a criação de alguns equipamentos como a escola primária (construída em 1869). Poucos registos escritos existem acerca da vida social da freguesia, mas as diversas coletividades, revelam memórias narradas pelos populares, de uma ativa vida social e associativa suportada por lojas, cafés de padarias. Entre 1980 e 2011 a população passou de 5 582

habitantes para 1 741, houve uma perda populacional muito grande, que se encontra nos 70%, (Tabela 2) que não segue a tendência da média do concelho da Covilhã, que ronda os 20% de perda.

Os edifícios comerciais foram encerrando e no presente foram identificadas 2 lojas de comércio de bens essenciais, 4 cafés, 1 farmácia e 1 cabeleireiro. As coletividades são ainda as instituições mais fortes da freguesia, mantendo algum do seu dinamismo social.

Em termos espaciais o aglomerado urbano estrutura-se em parte “velha”, onde se encontra o centro da vila, dos estabelecimentos comerciais e tabernas ou cafés, mas já com edifícios devolutos e abandonados e a parte “nova” onde se incluem as construções mais recentes, desde a década de 1980/90. Um diagnóstico do lugar evidencia que poucos são os edifícios com mais de 3 pisos, prevalecendo os imóveis de 2 pisos (Imagem seguinte).



Imagem 22: Edifício de habitação coletiva Vila do Carvalho.

O facto de existir essa zona mais degradada, da parte “velha” levou a recente Associação MYSTERIA a pensar num evento que percorresse estas ruas. Esta zona foi alvo, recentemente, de várias intervenções artísticas de embelezamento e requalificação de alguns espaços, sendo que um deles diz respeito a uma zona da ribeira da Lapa, onde foi colocada uma estátua alusiva ao evento MYSTERIA, sendo esta uma das zonas mais históricas da vila (Imagem seguinte).



Imagem 23: Estátua alusiva ao evento Mysteria junto a uma das antigas fábricas de têxteis - Vila do Carvalho.



Imagem 24: Evento "Mysteria" (Fonte: Google).



Imagem 25: Intervenção artística num edifício degradado numa das ruas centrais da parte “velha” de Vila do Carvalho.

Durante este evento, as ruas enchem-se de pessoas, na parte “velha” sendo ‘uma oportunidade para o desenvolvimento económico da freguesia, baseado nas histórias e lendas da aldeia, relatos antigos acerca das invasões dos mouros e outras histórias de bruxas e encantamento.

4.2.2 Evolução demográfica

A evolução demográfica da Vila do Carvalho poderá ser traçada desde os primeiros censos gerais da população, científicos e sistemáticos que datam em Portugal de 1864 (Tabela 2).

População da Freguesia de Vila do Carvalho														
1864	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
1059	1366	1964	2075	2446	1917	2672	3314	4043	4754	3751	5582	3723	2090	1741

Tabela 2: Evolução da população na freguesia de Vila do Carvalho, 1864-2011 (Fonte: INE - Instituto Nacional de Estatística).

Verifica-se, pela análise dos dados que:

- 1- De 1864, data dos primeiros censos, até 2011, houve um aumento de população de 64% de 1059 pessoas para 1741 residentes, num período de mais de 4 décadas;
- 2- De 1864 até 1911 o aumento populacional foi contínuo na freguesia, tendo registado sempre um crescimento no quantitativo de pessoas em relação aos censos anteriores;

KKKKKKKKKKKKKK

- 3- De 1911 para 1920 houve um decréscimo populacional, o primeiro verificado na freguesia desde que há censos, de 22%, ou seja, cerca de $\frac{1}{5}$ dos residentes. Correspondeu à 1.ª Guerra Mundial com o envio do contingente português que nela participou ativamente;
- 4- De 1920 até 1960 a freguesia de Vila do Carvalho regista o seu segundo aumento contínuo e prolongado da população, ao longo de um período de 4 décadas, crescendo de 1917 residentes para 4754, o que equivale a um aumento de cerca de 2,5 vezes;
- 5- Na década de 1960, não alheia a uma outra guerra, a Colonial e à sangria da emigração, a população volta a regredir de 4754 efetivos para apenas 3751;
- 6- Na década de 1970 a freguesia regista um novo período de crescimento em termos demográficos, atingindo o maior quantitativo populacional da sua história com 5582 habitantes. Após o que se segue um novo período de decréscimo que se prolonga até aos últimos censos, no que se poderá designar pelo período mais longo e contínuo desta tendência negativa em Vila do Carvalho, registando 1741 residentes, só comparável com o que registara em finais do século 19.

Em termos de estrutura etária (Gráfico seguinte) poder-se-á verificar que de acordo com os dados de 2011 para o conjunto da União de freguesias (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), a população mais idosa (65+ anos) representa um total de 946 indivíduos. Destes 470 estão na Vila do Carvalho e 476 em Cantar-Galo, o que equivale a dizer que são cerca de 50% em cada um dos casos. Por outro lado, a população mais idosa representa 24% do total, ou seja, 956 cidadãos face ao total de 3974 habitantes. Poder-se-á concluir que é uma União de freguesias não envelhecida pois mais de 1/4 dos seus efetivos tem idade inferior a 65 anos idade.

Quanto à população mais jovem, verifica-se pela análise dos dados que os indivíduos com idades até aos 20 anos, são um total de 577 pessoas para o conjunto da União de freguesias. Ou seja, praticamente metade da população mais idosa, pois em cada jovem, há precisamente 1,6 idosos nestas freguesias. Este facto constitui um enorme desafio às políticas públicas de revitalização social de modo a inverter as tendências negativas:

- a acentuada perda populacional;
- o acentuado envelhecimento populacional;

Por fim refira-se que tal tendência não é específica deste lugar. É até a regra na generalidade das regiões do Interior do país (Portugal um dos estados mais envelhecidos do mundo). Ora, a inversão desta realidade será difícil por não depender apenas de factores endógenos ou de esforços locais. Ao contrário, a melhoria das condições de vida desta população incluindo dos mais idosos, é algo que depende da vontade dos dirigentes e das forças sociais, políticas e económicas locais.

Indivíduos Residentes - 2011

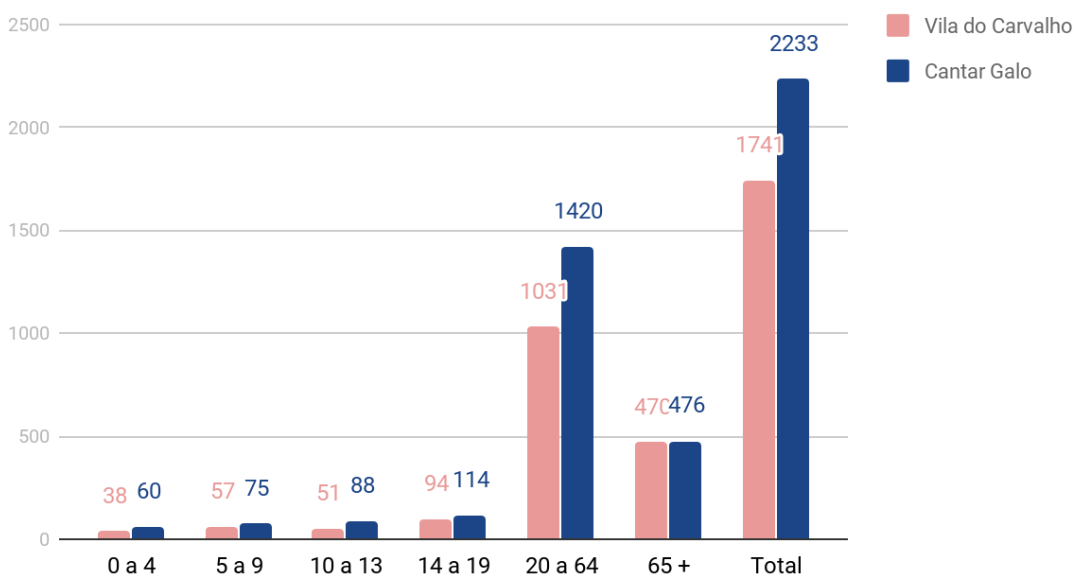


Gráfico 6: População residente por faixa etária segundo dados (Censos 2011) (União de Freguesias Vila do Carvalho e Cantar-Galo - Censos 2011)

4.2.3 Principais instituições e coletividades

A Vila do Carvalho é rica quanto às suas coletividades que, ao longo da sua história, têm vindo a desempenhar um papel determinante na revitalização social da comunidade. Entre elas, destaca-se a Filarmónica recreativa Carvalhense, o Carvalhense Futebol Clube e o Centro Social de Nossa Senhora da Conceição.

a) Filarmónica Recreativa Carvalhense

Em 1908 surge a Filarmónica Recreativa Carvalhense (imagem 26) criada por um grupo de populares, liderado pelo pároco António de Jesus Hipólito Parente, tendo sido o seu primeiro maestro. É a mais antiga coletividade da freguesia e teve como lema inspirador “Ao serviço da cultura de um povo”. Atualmente integra uma escola de formação de músicos e de animação de festividades e espetáculos diversos, viajando por todo o país e estrangeiro. O edifício onde se encontra instalada tem em funcionamento um bar/café, restaurante, uma sala de espetáculos e várias salas destinadas à formação musical (Imagem seguinte). Trata-se de um importante equipamento social e cultural ao serviço da comunidade e em especial dos mais jovens.

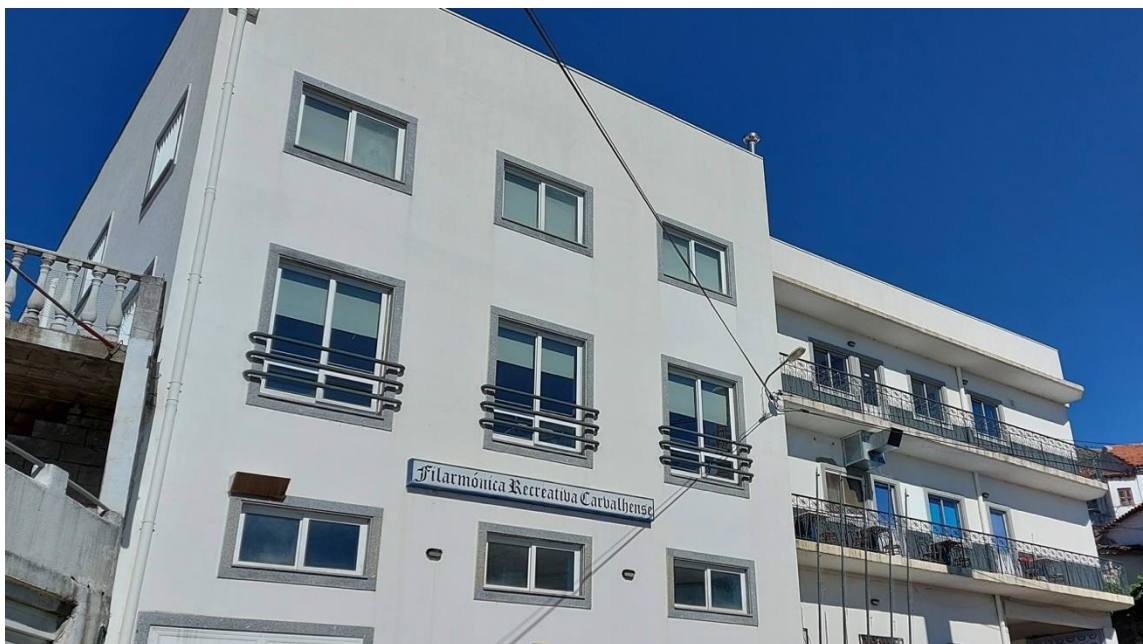


Imagem 26: Edifício da Filarmónica Recreativa Carvalhense

b) Carvalhense Futebol Clube



Imagem 27: Campo Futsal CFC (Fonte: Google)

O Carvalhense Futebol Clube surgiu em 10 de junho de 1953 sediado em casa arrendada na expectativa da construção da nova sede, em terreno junto à Igreja matriz e do campo de futebol de 5, sintético (imagem 27) pertencente ao clube. Esta coletividade tem sido bastante dinâmica na vida social da freguesia, promovendo diversas práticas de desporto e várias modalidades quer para os mais graúdos quer para os mais miúdos.

c) Centro Social de Nossa Senhora da Conceição

Fundado em 22 de setembro de 1980, o centro social de Nossa Senhora da Conceição é a maior instituição promotora de emprego na vila. O projeto inicial previa a construção de um infantário, dado o elevado número de crianças existentes nas décadas de 1980 e 1990. No entanto, o sucessivo decréscimo de natalidade fez com que os sócios fundadores da instituição repensassem o projeto e o reformulassem, adaptando-se às mudanças sociais. Assim, o edifício tem vindo a ser reformulado e, por isso, não se encontra degradado. Situa-se ao lado da igreja matriz, numa das zonas mais centrais da vila, com mais movimentação, marcando quer a rua dos Portais quer a Rua Professor Salcedas

Pais. O edifício faz quatro esquinas com os respetivos arruamentos e torna-se num elemento marcante da malha urbana e referência da identidade local para os residentes da freguesia, tal como referiam Gordon Cullen e Kevin Lynch.



Imagem 28 : Centro Social de Nossa Senhora da Conceição, Vila do Carvalho.

A outra coletividade com sede própria é C.C.D. Amigos de Vila de Mouros, que integra a Casa Abrigo, situada no parque natural da freguesia, a mais de 800 metros de altitude. Para além destas, existem outras, mas que não têm sede própria, estando instaladas em edifícios pertencentes à junta de freguesia, tais como o Grupo de Danças e cantares de Vila do Carvalho, ALA e as associações de cariz religioso.

Conclui-se assim que a Vila do Carvalho tem uma importante atividade social, cultural, desportiva e educativa marcada pela dinâmica das suas coletividades.

4.3- Freguesia de Cantar-Galo

4.3.1 Caracterização

No que respeita à freguesia de Cantar-Galo, a já referida reforma administrativa de 2013 resultou na junção, no ano seguinte, com a freguesia da Vila do Carvalho, da qual dista cerca de 3 Kms. A literatura a este propósito revela que “(...) há um aglomerado populacional partilhado entre estas duas freguesias (Lameirão), bem como ligação rodoviária adequada (...), uma certa homogeneidade na orografia, ocupação do território e atividades económicas”.²

Não se conhecem investigações científicas (nos domínios da história, sociologia, arquitetura, sociologia ou outros) sobre Cantar-Galo, pelo que a pesquisa bibliográfica foi complexa e exigente. A

² *Projeto de Reorganização Administrativa do Território, Município da Covilhã, 22 de outubro de 2012.*

freguesia de Cantar-Galo foi criada em 29 de Agosto de 1989, aquando da sua desagregação das freguesias de Aldeia do Carvalho e de Conceição, concelho da Covilhã. O seu território integra os Bairros de São Vicente, Lameirões, Pousadinha, Alagoeiros e parte de São Domingos. O seu topónimo deve-se a um ribeiro muito antigo aqui existente. As primeiras manifestações de desenvolvimento nesta freguesia, ocorreram nos pós 25 de Abril de 1974, tendo sido criadas as comissões de moradores e, após um trabalho conjunto com o povo e a disponibilidade da edilidade que cedia as máquinas, foram abertas as ruas da freguesia, que durante os anos seguintes, se mantiveram em terra batida. Seguiu-se a água canalizada e o saneamento básico, pequenos arranjos urbanísticos, a construção da Escola Básica Integrada de São Domingos, que recebe alunos de Vila do Carvalho, Cantar-Galo, Penedos Altos, Canhoso e Covilhã. Esta escola pertence ao agrupamento de escolas *A Lã e a Neve*, nomenclatura dada em homenagem ao escritor Ferreira de Castro, que muito escreveu sobre esta zona.



Imagem 29: EB São Domingos inaugurada em 1995, Cantar-Galo (Fonte: Google).

As pessoas que começaram a instalar-se nesta zona, eram sobretudo, trabalhadores das fábricas da Aldeia do Carvalho, Canhoso e Covilhã, que na sua maioria provinham da freguesia de Verdelhos, contígua a Aldeia do Carvalho. Vieram, aliás, famílias inteiras de Verdelhos, para se instalarem nesta encosta, para ficarem mais perto dos seus trabalhos, uma vez que vinham a pé, desde Verdelhos até à Covilhã, até à Aldeia do Carvalho ou ao Canhoso, percorrendo mais de 20 km pela serra, a pé ou de cavalo, segundo relato de algumas pessoas da freguesia.

No património desta jovem freguesia, destaca-se uma casa antiquíssima, designada por Casa do Brasão, situada no beco do mesmo nome. Reconstruída há pouco tempo, esta casa tem uma história de grande tradição, pois no passado foi uma pousada frequentada pela nobreza, que deu mesmo o nome ao lugar em que se encontra, Pousadinha.

Apesar de muito próximas e de, a nível cultural, não existirem muitas diferenças entre Vila do Carvalho e Cantar-Galo, na sua dinâmica económica, Cantar-Galo tem menos atividade agrícola, uma vez que se encontra numa área mais urbana. A nível dos estabelecimentos de comércio, são escassos, tendo-se diagnosticado a existência de pelo menos 2 lojas de conveniência e de 5 cafés abertos ao público. Para além destes estabelecimentos existem cabeleireiros (identificados pelo menos 5) e 2 oficinas de reparação de veículos automóveis. Existem algumas pequenas e médias empresas sediadas na freguesia, como é o caso de uma que se instalou num dos edifícios da antiga fábrica Lanofabrik, dando-lhe um novo uso.



Imagem 30: Complexo de fábricas pertencentes à antiga “Lanofabrik”, União de freguesias Cantar-Galo e Vila do Carvalho.

Nesta freguesia existe uma rua que se destaca, considerada a “rua principal” pela sua centralidade e diversidade funcional. É nela que se encontra sedeada a junta de freguesia, o Centro Cívico, pertencente à junta, com um pequeno parque de lazer e a maioria dos estabelecimentos comerciais. Esta é a via que faz a ligação entre a Covilhã, Cantar-Galo e a Vila do Carvalho (imagem seguinte).



Imagem 31: Via principal de ligação entre Covilhã- União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho.



Imagem 32: Centro Cívico e parque de lazer na Rua da Fonte (via principal de acesso entre Cantar-Galo e Vila do Carvalho)



Imagem 33: Edifício da Junta de Freguesia de Cantar-Galo, situado na Rua da Fonte.

Uma observação *in loco* da malha urbana revela a dificuldade de distinguir uma zona “nova” e uma “velha”, pois as construções datam quase todas da mesma altura, entre os anos 1980/90, contando com algumas construções recentes. Os edifícios são afetos a moradias (habitação unifamiliar), algumas geminadas e existem alguns imóveis com mais de 3 pisos (ver Capítulo seguinte). A sua heráldica corresponde a um Escudo de prata, ponte de um arco de azul, lavrada de ouro, firmada nos flancos, encimada por um Galo de negro, cristado, barbelado, sancado e animado de vermelho, realçado de ouro.

4.3.2- Evolução Demográfica

A evolução da população não teve grandes alterações, segundo os dados do INE, nomeadamente entre os anos de 1991 e de 2011, situando-se entre os 2755 e os 2233 residentes. Ainda assim, corresponde a um decréscimo, nestas duas décadas (tabela 3).

População da freguesia de Cantar Galo		
1991	2001	2011
2755	2492	2233

Tabela 3: Evolução da população na freguesia de Cantar-Galo desde 1991 a 2011 (Dados INE)

Em síntese poder-se-á referir uma diminuição da população, entre o ano de 1991 e 2011, de 19% (dos 2755 residentes para 2233 habitantes) em Cantar-Galo.

4.3.3 Principais instituições e coletividades

Também Cantar-Galo tem algum dinamismo cultural promovido por coletividades, tais como o Centro Cultural e Desportivo dos bairros de São Vicente de Paulo, fundado em 1954. Nele existe a prática de diversas modalidades desportivas. Regista-se também o Sport Clube da Pousadinha, sedado em edifício próprio, fundado em 1977, o Grupo Desportivo e Recreativo Unidos do Lameirão, com sede própria, inaugurada em 1989, o grupo de Bombos Toca a Bombar de Cantar-Galo, surgido em 2003 e o recentemente criado “Os Gaiteiros & Trovadores-Grupo” de bombos de Cantar-Galo, criados em 2017. Todos eles contribuem para a dinâmica e diversidade cultural desta união de freguesias, ocupando parte da sua população nas diversas faixas etárias.



Imagem 34: Sede do Sport Clube Estrela da Pousadinha - União de freguesias Cantar-Galo e Vila do Carvalho.



Imagem 35: Campo de futsal da Pousadinha.

Em relação ao seu património natural, verifica-se que é muito semelhante ao da Vila do Carvalho, estando esta freguesia dotada, generosamente, de uma vista deslumbrante sobre a Cova da Beira.

4.4 Síntese

Neste capítulo fez-se uma breve descrição da Covilhã-cidade/ sede de concelho e da União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho, que constituem o objeto de estudo desta dissertação. Pretendeu-se estudar um pouco da história da Covilhã-cidade e das suas freguesias que fazem parte desta análise. Assim, poder-se-á concluir que as freguesias em questão têm uma ligação muito forte com a história da sede de concelho e que a sua cultura, património e arquitetura estão muito marcadas pela evolução industrial têxtil. Verificou-se que estas freguesias encontram-se muito próximas da cidade e são freguesias que por se situarem na encosta da Serra da Estrela, se foram desenvolvendo economicamente com a criação de gado, a pastorícia e mais tarde pela instalação de fábricas e operários trabalhadores.

Tal como a Covilhã, Cantar-Galo e Vila do Carvalho têm as marcas das fábricas que outrora deram vida e trabalho a estas localidades, acabando, no presente, por servir para outros fins que não os iniciais. Sendo que alguns dos edifícios devolutos foram aproveitados para sediar instituições pertencentes ao poder local, ou coletividades e outras instituições incluindo de cariz social.

Neste capítulo foi um ponto metodológico de destaque a recolha, consulta e análise de dados estatísticos e demográficos. Ainda que tal análise não se pretenda profunda e exaustiva, efetuou-se alguma investigação de campo e pesquisas nos dados estatísticos disponibilizados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística) sendo que, como este não é, sobremaneira, um estudo sociológico.

Consequentemente, efetuou-se uma abordagem à dinâmica social, cultural e patrimonial da União de freguesias e da sede de concelho, a fim de se perceber e enquadrar a evolução do objeto de estudo ao longo do tempo, mais precisamente nas últimas décadas (1991 a 2011). Por fim concluiu-se que houve uma perda de população crescente no conjunto da União de Freguesia de Cantar-Galo e Vila do Carvalho.

Capítulo 5: Revitalização social através da requalificação urbana

5.1 Requalificação social e urbanística

Com este estudo pretende-se propor que através do planeamento e requalificação urbana dos espaços se possa melhorar a qualidade de vida dos habitantes de uma localidade e que isso se possa repercutir no desenvolvimento da mesma, e que possa levar, em última instância, ao aumento da população residente.

No entanto, sabe-se que a Requalificação Urbana só será possível por meio de ações que concertadas intervenham no tecido urbano, concebidas em termos de uma “reinvenção dos lugares” que promova junto dos seus cidadãos alterações na representação, sempre numa imagem para melhor, que desta produzem e concebem.

Assim, para ser passível de se concretizar, uma requalificação urbana tem de obter sentido face àqueles que a vivenciam. Se por um lado a requalificação urbana se opera, e a um primeiro nível, na malha física do tecido urbano, deve por outro lado operar no sentido de ganhos prático-simbólicos no seio dos atores sociais que a constituem.

Por conseguinte, a Requalificação Urbana vai no sentido de melhorar a qualidade de vida urbana, pois esta está a tornar-se, no século XXI, numa das questões nucleares do governo dos povos e das cidades. Nas cidades contemporâneas começa-se a interiorizar e a avaliar o progresso social em termos de qualidade de vida e não só do nível de vida.

Isto significa que seja onde for que se intervenha nas cidades, o objetivo fundamental é o de dotar os territórios da possibilidade de oferecerem, pela manipulação das seis dimensões elencadas, uma qualidade de vida vincadamente positiva aos que a vivenciam, facto que cada vez mais se enraíza na consciência e no imaginário dos habitantes de meios urbanos.

5.2 Diagnóstico das intervenções a realizar no Espaço Público

Antes de mais, importa-nos referir o que é, no nosso entender, o **Espaço Público**. Este será o espaço partilhado por todos e acrescentar-se-ia igualmente a ninguém. Os espaços públicos dependem de vontades políticas, de decisões e gestão governamental.

“ A qualidade do espaço público encontra a sua génese ao nível do planeamento do território, já que depende, diretamente, da interação de políticas municipais (e regionais) e de interesses privados. (...) pelo que o seu enquadramento pelo planeamento municipal, a competência técnica e, conseqüentemente, o projeto e o desenho urbanos que o produzem revelam-se cruciais para a obtenção da sua qualidade.” (Alves:2003: 7)

O arquiteto Fernando Alves refere que os espaços vão adquirindo significados ao longo do tempo, pelo que os antigos espaços públicos tinham diferentes funções das que têm no presente. Por exemplo as praças, largos e adros, campos rossios, entre outros. (Alves: 2003: 117)

Projetar um espaço a ser usufruído por qualquer, requer uma certa perícia e sensibilidade em perceber qual ou quais os significados que este pode vir a ter e qual a função/ funções que vai satisfazer.

Deste modo, acrescenta Alves, “enquanto se desenha um espaço monumental para impressionar e adquirir desse modo algum significado, o mesmo pode não permitir a real satisfação das necessidades das pessoas e, nesse caso, perde-se a profundidade do significado que esse poderia ter para os eventuais utilizadores. ” (Alves: 2003: 117) os utilizadores são, aliás, quem melhor poderá informar um projetista das suas necessidades.

O desenho do espaço será o primeiro passo para o êxito, mas ter-se-ão de contemplar, nele, as necessidades e direitos do indivíduo ou do grupo. Por exemplo, uma rua construída de novo que não seja adequada para utilizadores de mobilidade reduzida, ou para passear um carrinho de bebé, essa rua não satisfaz nem as necessidades dos transeuntes, nem os seus direitos.

O ideal, para isso, é que se envolvam, tanto quanto possível, a participar todos os interessados. Foi o que se tentou fazer ao promover uma palestra sobre a “Revitalização Social através da Requalificação Urbana Cantar-Galo e Vila do Carvalho”, no dia 29 de fevereiro de 2020, com a presença da Professora Ana Virtudes, orientadora deste trabalho e com moderação de João José Quelhas Gaspar. Tentou-se recolher contributos dos cidadãos da união de freguesias, de forma a tornar este estudo mais democrático, mais representativo das reais necessidades dos utilizadores, permitindo-nos ter alguma amostra da diversidade e expressividade cultural desta localidade. Uma coisa muito importante, também, é o facto das pessoas se identificarem, de algum modo, com os lugares que

habitam. Assim, considera-se que entender como se constrói o significado de um espaço é um princípio básico de orientação no desenho do espaço público e nas políticas de gestão do mesmo.

As principais conclusões que se puderam aferir foram:

- Algumas pessoas consideram que a freguesia está a “morrer”, pois a escola primária já não tem alunos e está quase a fechar, devido a este facto.
- Existem poucos serviços disponíveis e nem sequer há uma sala de espetáculos para receber artistas, como já houve, embora fosse na “fábrica” velha e nem sequer estar pintada.
- Os passeios são estreitos, quando existem e não é seguro andar a pé pelas vias das freguesias. Os carros estacionados ocupam a via principal que liga Cantar-Galo e Vila do Carvalho, o que dificulta as caminhadas noturnas e os carros movimentam-se nesta via com muita velocidade.
- Os populares gostariam de ter na União de freguesias uma biblioteca, museu ou centro interpretativo, como existe noutras freguesias do concelho;
- Não existem restaurantes ou pousadas nas freguesias (falta de serviços de hotelaria e restauração);
Não há emprego;
- É muito difícil construir, devido às restrições impostas pelos planos urbanos;

Principais “elementos” identificados:

- Ribeira da Lapa; Ribeira de Cantar-Galo;
- Fraga Grande, Lapa das Cachopas e Cabeça do mouro;
- Cruzeiro;
- “Igreja Velha” e Igreja “Nova em Vila do Carvalho”;
- Fonte do Ouron;
- Centro Social Nossa Senhora da Conceição;
- Capela de S. Domingos;
- Centro cívico de Cantar-Galo;
- Escola Básica de S. Domingos;

A forma de dar sentido a um lugar será o de fazer um desenho urbano que estabeleça a integração de diversos fatores e onde a Arquitetura tem um papel fundamental, pois ela conjugará não só a integração dos edifícios ou do conjunto edificado, mas terá em conta a topografia, climatologia, escala e natureza dos materiais utilizados, e, claro, os valores e significados arquitetónicos, cor, luz, sombra, ritmos, dissonâncias, cheios, vazios, largos e estreitos, vegetação, água, hábitos sociais, património, memórias, características antropométricas e antropológicas, passado, presente e futuro.

Os espaços públicos são lugares com capacidade de proporcionar diferentes experiências, memoráveis, significativas, num ambiente em que o conforto, segurança e prazer se cruzam e cruzam-se com a satisfação das necessidades dos utilizadores. Já Helen Roseneau afirma, na sua obra “A Cidade Ideal”, que para a existência da cidade ideal é necessário haver uma consciência das

necessidades da população, e só assim será possível alcançar uma conceção harmoniosa e unidade artística. (Helen Roseneau: 1988: 18)

A qualidade do espaço público depende da qualidade da arquitetura do edificado, da plasticidade das fachadas das ruas e da íntima articulação dos pisos ao espaço exterior imediato.

Ao nível da urbanística, serão os Planos de Pormenor os principais responsáveis por libertarem a composição do espaço urbano da divisão original do cadastro da propriedade, viabilizando a coerência do espaço urbano, a ordem arquitetónica dos espaços exteriores e dos volumes edificados e no estabelecimento de regras para a sua execução. (Alves: 2003: 121)

À luz dos preceitos de Lynch, aqui referenciados, nos capítulos anteriores fazem-se algumas propostas que criem valor e significados positivos para a qualificação dos espaços públicas na união de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho, mas tendo em conta que a integração urbana é um processo complexo, mas livre de modelos universais.

Considera-se que o desenho urbano da união de freguesias deva desenvolver as capacidades criativas e de síntese necessárias à conceção de soluções de arquitetura, urbanismo e de planeamento, com qualidade e que possa ir ao encontro do “querer” e do “sentir” da população que usufrui do espaço, tal como refere o arquiteto Fernando Alves, no seu estudo (Alves: 2003:133-135).

O traçado das vias de comunicação principais deveria ter passeios de um lado e do outro, com pelo menos 1,2 m de largura, nas estradas: Rua da Indústria, Rua 30 de Junho, Rua de S. Domingos, Rua do Cruzeiro, Av. da Filarmónica Recreativa Carvalhense, Rua dos Campeões.

No caso da Rua 30 de Junho, como é de intenso movimento de trânsito, sugere-se que numa parte da rua o trânsito fosse controlado por sinalética luminosa com semáforos por forma a poder responder à necessidade de arranjos urbanísticos como a colocação de passeios e fixação de lado de estacionamento, com isto promover-se-ia a organização da rua e a sua harmonização, estética, social e arquitetónica, pois esta foi, também, uma das dificuldades apontadas pelos populares.

Esta medida passa por facilitar a circulação entre esta via principal, melhorando esta acessibilidade, para peões e também condutores de veículos. No entanto, sabe-se que o tempo de viagem poderá aumentar para os condutores de veículos, que, ainda assim, não correm o risco de ser surpreendidos por entupimentos, nem veículos a transitar em sentido contrário sem possibilidades de passar um pelo outro por haver carros estacionados em ambos os lados como agora acontece. Esta medida, vai ao encontro da reflexão de Alves, acerca das formas de tratamento face à desarticulação das áreas urbanas: “a recuperação do tecido urbano, por forma a conferir-lhe uma imagem clara e referenciada a determinados espaços públicos a estudar, tais como largos, praças, ruas, alamedas, ordenamento viário, entre outros, passa, necessariamente, por uma primeira abordagem de ordenamento viário, entendida como a requalificação da rua, do seu traçado, e da sua hierarquização no tecido urbano que permitirá não só resolver problemas de tráfego, mas também reestruturar o território urbano ao longo

dos eixos urbanos, supostamente problemáticos, de forma legível e significativa, com espaços públicos e equipamentos adequados que reforçarão a imagem e o sentido urbano da área” (Alves: 2003: 137) e de uma outra que é a prescrição/restrrição (Alves: 2003: 153).

Já em relação às áreas pedonais, estas devem ter como principal objetivo criar o equilíbrio ecológico no espaço urbano e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Elas tornam-se ineficazes se a sua “geometria” for mal-enquadrada nos espaços.

Assim, propõe-se que seja feita a manutenção/ recuperação de passeios, que passa por medidas simples, tais como tornar essas áreas mais atrativas para as pessoas. Como? Basta reequipar essas zonas com mobiliário urbano ou decorá-las com motivos culturais.

Na freguesia de Vila do Carvalho, o evento bi-anual *Mysteria*, promoveu na freguesia, desde 2015 algumas pinturas alusivas ao tema, em murais, portões, portas de casas. Esse tema poderia ser alargado aos passeios, aos contentores do lixo, por exemplo.

A liberdade de utilização do espaço público deverá ser controlado, para que este tenha qualidade, as pessoas têm de sentir-se seguras neles, isso também foi referido por Lynch, em “A boa forma da cidade”, no capítulo 11 (Lynch: 2010:195-209), em que circunscreve o uso e controlo do espaço público a cinco dimensões: presença-utilização-ação-apropriação-modificação-, e que Alves adapta para direito de acesso- liberdade de ação- direito de fruição- transformação/alteração- direito de propriedade.

Alves condensou numa tabela estas cinco dimensões do espaço público urbano.

Ainda para a requalificação dos espaços públicos da União de freguesias, recorre-se à tabela de “satisfação das necessidades humanas” proposta por Alves e que tem em conta as Necessidades humanas, Direitos de uso, Significado e Gestão e Manutenção dos espaços.

Sendo estas para nós propostas claras, possíveis de implementar no nosso caso de estudo, assim como em qualquer Aldeia, Vila ou Cidade.

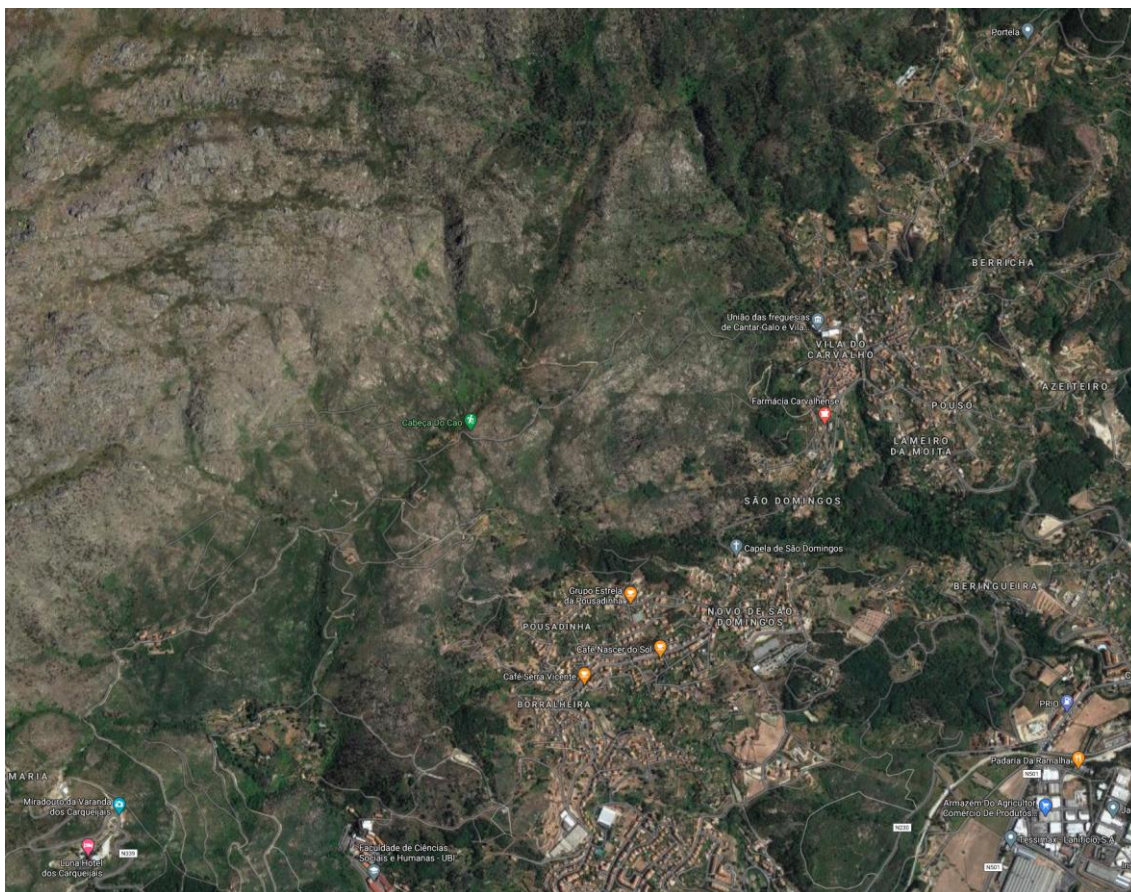


Imagem 36: Localização geográfica da Freguesia de Cantar Galo e Vila do Carvalho, 40°18'03.6"N 7°29'52.5"W (Fonte: Google Maps)

Apresentam-se, de seguida, os 17 principais fatores qualitativos numerados de 1 a 4 ou de 1 a 5 por cada uma das colunas A, B, C e D (dimensões humanas do espaço público urbano) aparecem relacionadas com o tema em estudo, em que os vários pontos considerados de relevância para apresentação neste estudo são assegurados pelas exigências apresentadas nos 17 quadros que se seguem, respectivamente, um por cada fator qualitativo.

(A) Satisfação das necessidades humanas:

- (1) Conforto
- (2) Relaxação
- (3) Envolvimento Ativo
- (4) Envolvimento Passivo
- (5) Descoberta

(B) Direito de uso:

- (1) Acesso
- (2) Liberdade de Ação
- (3) Fruição
- (4) Mudança/Transformação

(C) Significado:

- (1) Clareza de Leitura
- (2) Relevância
- (3) Ligações Individuais e em Grupo
- (4) Ligações Biológicas e Psicológicas

(D) Gestão/Manutenção

- (1) Programação
- (2) Meios Humanos e Tecnológicos
- (3) Materiais
- (4) Plantio, Irrigação e Drenagem

<i>CONFORTO (1)</i>
EXIGÊNCIAS:
a) MICROCLIMA <ul style="list-style-type: none">• Protecção aos ventos durante o dia e noite (especialmente nas áreas de recreio para crianças, lugares para sentar à sombra, anfiteatros, entre outros);• Conjugação luz solar directa com sombra, de acordo com o tipo de utilização e de utilizadores e com a ocorrência ao longo do dia.
b) DISPOSITIVOS DE CONVENIÊNCIA <ul style="list-style-type: none">• Distribuição adequada de fontes ou bicas de água;• Receptáculos para lixo mais próximos nas áreas para sentar (aprox. 10 em 10 metros).
c) PERCURSOS, GRADIENTES DE SUPERFÍCIE <ul style="list-style-type: none">• Rampas a vencerem desníveis, sempre que possível (cadeiras de rodas, carros de bebés);• Caminhos com largura suficiente para o cruzamento de pares de pessoas;• Caminhos para serviço de veículos de manutenção, limpeza e higiene pública;• Muretes com múltipla função (sentar, deitar, etc.);• Texturas variadas das superfícies conforme destino (patins, bicicletas, correr, etc.).
d) LOCAIS PARA SENTAR <ul style="list-style-type: none">• Lugares amplos para sentar junto às áreas de recreio;• Bancos confortáveis, com espaldar quando destinados para maior permanência;• Bancos frequentes ao longo dos caminhos e esplanadas ou recintos voltados para o sol e para vistas interessantes (rio, praia, arvoredo, entre outros);• Diferentes possibilidades de sentar – isolado ou em grupo, ao sol ou à sombra, etc.

Tabela 4: Conforto (1) (Alves: 2003: 271)

<p>e) ILUMINAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Iluminação especial para demarcar entradas, pontos de referência ou cruzamentos de caminhos ou vias; • Iluminação alta e rasteira mais incidente nas áreas de estar, sentar e caminhos; • Possibilidade de accionar a iluminação de campos de jogos, ou outros, pelos utilizadores; • Capacidade de iluminação acima da média (para festejos, manifestações, etc.).
<p>f) EQUIPAMENTOS E RESTANTE MOBILIÁRIO URBANO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abrigos para protecção das intempéries, estrategicamente colocados; • Pequenas edificações (armazenamento de equipamentos de recreio, guarda-sóis, cadeiras, controlo da iluminação, materiais de jardinagem, entre outros); • Primeiros socorros em áreas de grandes dimensões; • Cabinas telefónicas, painéis informativos, entre outros; • Restauração.

QUADRO N.º 6:
Exigências para o conforto do espaço público urbano.

<i>RELAXAÇÃO (2)</i>
EXIGÊNCIAS:
<p>a) AMBIÊNCIA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relação do espaço com os elementos naturais e seus significados (ligação ao rio, à praia, aos maciços arbóreos, aos sons do vento e da água, aos aromas, entre outros); • Oportunidade para o retiro, privacidade, intimidade, apoiada por mobiliário urbano, composição vegetal e iluminação adequados (envolvência de arbustos, cadeiras amovíveis, etc.); • Clareiras, espaços de desafogo, relvados ou pavimentados, sem interferência com os itinerários pedonais.
<p>b) RELAÇÃO COM O CONTEXTO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contraste de aberturas e fechos perspécticos; • Sentido de contenção e de infinito; • Sensação de separação do tráfego motorizado; • Contraste de valores plásticos – cores dos elementos vegetais, minerais e artificiais, texturas, comportamentos à luz, etc.

Tabela 5: Relaxação (2) (Alves: 2003: 272)

<p>c) SEGURANÇA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Boa visualização do exterior sobre os espaços de recreio para crianças, de estar, de sentar e de convívio de pequenos grupos; • Disponibilidade de meios humanos de segurança; • Presença de emissores S.O.S. distribuídos pela área.

QUADRO N.º 7:

Exigências para a relaxação no espaço público urbano.

<i>ENVOLVIMENTO ACTIVO (3)</i>
EXIGÊNCIAS:
<p>a) MOVIMENTAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Movimentação variada pela área (caminhar, correr, patinar, andar de bicicleta);
<p>b) FESTEIOS E CELEBRAÇÕES</p> <ul style="list-style-type: none"> • Áreas informais para concertos, teatro, <i>picnics</i>, dança, exposições, <i>performances</i>, entre outros.
<p>c) RECREIO PARA CRIANÇAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Áreas especiais para crianças – parques infantis, espaços para construção com diferentes materiais – areia, madeira, barro – recintos com água, pavimentados, relvados, entre outros.
<p>d) ESPAÇOS PARA ADOLESCENTES E ADULTOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Áreas especiais para adolescentes e adultos – espaços para jogos informais, campos polivalentes para jogos, quando necessário, espaços para convívio em grupo, jogos de mesa, entre outros.
<p>e) ESPAÇOS PARA COMUNICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaços sociais para as horas de refeição e para encontros, com possibilidade de vigilância sobre as áreas de recreio das crianças.

QUADRO N.º 8:

Exigências para o envolvimento activo dos utilizadores do espaço público urbano.

Tabela 6: Envolvimento Activo (3) (Alves: 2003: 273)

ENVOLVIMENTO PASSIVO (4)	
EXIGÊNCIAS:	
a)	CONTACTO COM A NATUREZA/CONTEMPLAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> • Contacto directo com a água, com as espécies vegetais (acessos e plataformas sobre a água, miradouros, superfícies balançadas, percursos entre a massa vegetal, entre outros).
b)	VER/OBSERVAR <ul style="list-style-type: none"> • Diferentes movimentos (caminhar, correr, etc.).
c)	ASSISTIR <ul style="list-style-type: none"> • Diferentes actividades habituais ou ocorrências menos comuns.

QUADRO N.º 9:

Exigências para o envolvimento passivo dos utilizadores do espaço público urbano.

DESCOBERTA (5)	
EXIGÊNCIAS:	
a)	CAMINHOS <ul style="list-style-type: none"> • Geometria e composição de percursos por forma a criarem efeitos de surpresa, de mistério e de dramatismo; • Diversidade de espaços associados à mudança sucessiva de perspectivas.
b)	DETALHES <ul style="list-style-type: none"> • Referências à história, costumes e ocorrências pontuais, nos elementos de composição do espaço (muros, paredes, gradeamentos, pavimentos, entre outros); • Mudança natural da imagem do lugar pela alteração sazonal na massa vegetal.

QUADRO N.º 10:

Exigências para o sentido de descoberta no espaço público urbano.

Tabela 7: Envolvimento Passivo (4) e descoberta (5) (Alves: 2003: 274)

DIREITOS DE USO (COLUNA B da figura n.º 53)
ACESSO (1)
EXIGÊNCIAS:
<p>a) ACESSO FÍSICO (EVITAR BARREIRAS)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ligação fácil das áreas onde se desenvolvem as actividades a acessos directos cómodos; • Entradas principais desafogadas e bem visíveis do exterior; • Percursos passíveis de receberem veículos de emergência; • Degraus com dimensões cómodas, quando necessários, acompanhados sempre por rampas para deficientes.*
<p>b) ACESSO VISUAL (EVITAR BARREIRAS)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abertura visual para a envolvente imediata (de preferência sem grades, muros altos ou arvoredos muito densos); • Fácil acesso visual sobre as áreas mais próximas das entradas e principais caminhos; • A contenção de alguns subespaços (retiro, privacidade, etc.) não pode arrastar consigo a total obstrução visual.
<p>c) ACESSO SIMBÓLICO (PERMITIR FÁCIL LEITURA DOS SÍMBOLOS)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Percepção fácil de lugares calmos e seguros para os idosos e crianças muito jovens, e afastados das actividades mais energéticas; • Ausência de grupos ou actividades dominantes nos principais acessos; • Sinalética estrategicamente localizada para fácil visualização de crianças e adultos.

QUADRO N.º 11:
Exigências para o acesso ao espaço público urbano.

* De salientar que o desenho de detalhe dos acessos das superfícies de circulação e dos próprios equipamentos devem contemplar as normas ergonómicas para deficientes motores que se deslocam em cadeiras de rodas.

Tabela 8: Acesso (1) (Alves: 2003: 275)

LIBERDADE DE ACÇÃO (2)	
EXIGÊNCIAS:	
a)	ÁREAS DE MAIOR ACTIVIDADE <ul style="list-style-type: none"> • Áreas com maior barulho e acção separadas das áreas mais passivas; • Áreas distintas de recreio para crianças de idades diferentes mas adjacentes para que os adultos exerçam melhor vigilância sobre elas; • Recintos de recreio evolutivos, para maior flexibilidade de uso.
b)	ESPAÇOS POLIVALENTES <ul style="list-style-type: none"> • Subespaços pavimentados e relvados, de diferentes dimensões, intimamente articulados e utilizáveis por diferentes grupos, simultaneamente (maximizar o seu uso no tempo); • Libertar este tipo de espaços de barreiras físicas, potencialmente agressivas ao choque no desenvolvimento das actividades.
c)	PROTECÇÃO ESPECIAL AOS GRUPOS ETÁRIOS MAIS INDEFESOS OU DEFICIENTES FÍSICOS <ul style="list-style-type: none"> • Gradeamentos/sebes nos recintos para as crianças mais jovens; • Segurança especial nos espaços mais procurados pelos idosos e deficientes motores (pavimentos suaves, não derrapantes, ausência de desníveis acentuados, mobiliário urbano ergonomicamente aferido a estes utilizadores, entre outros).

QUADRO N.º 12
Exigências para a liberdade de acção no espaço público urbano.

FRUIÇÃO (3)	
EXIGÊNCIAS:	
a)	SUBESPAÇOS DISPONÍVEIS PARA A APROPRIAÇÃO TEMPORÁRIA INDIVIDUAL OU EM GRUPO <ul style="list-style-type: none"> • Pequenas áreas para sentar, de estadia e de encontro, diferenciadas e interpenetrantes.
b)	PROGRAMAÇÃO DAS ACTIVIDADES <ul style="list-style-type: none"> • Promover e coordenar a utilização por diferentes grupos, ao longo do dia e/ou da noite, por forma a evitar o monopólio da apropriação por um grupo dominante.
NOTA: VIDE Quadro PROGRAMAÇÃO DA GESTÃO / MANUTENÇÃO – complementar deste ponto.	

QUADRO N.º 13:
Exigências para a fruição do espaço público urbano.

Tabela 9: Liberdade de Acção (2) e Fruição (3) (Alves: 2003: 276)

MUDANÇA/TRASFORMAÇÃO (4)	
EXIGÊNCIAS:	
a) A CURTO PRAZO	<ul style="list-style-type: none"> • Providenciar equipamento para usos, jogos ou ocorrências especiais (celebrações, festejos, pequenas feiras ou exposições, discursos, concertos, <i>workshops</i>, entre outros).
b) A LONGO PRAZO	<ul style="list-style-type: none"> • Espaços susceptíveis de receberem novos equipamentos para o desenvolvimento de actividades artísticas (pintura, escultura, construções artesanais, teatro), lúdicas (adição de equipamentos para crianças, de adereços, etc.) ou didácticas (jardinagem, floricultura, apicultura, etc.); • Superfícies e materiais substituíveis ou susceptíveis de novos tratamentos visuais (<i>grafittis</i>, pinturas murais, entre outros).

QUADRO N.º 14:
Exigências para a mudança no espaço público urbano.

SIGNIFICADO
(COLUNA C da figura n.º 53)

CLAREZA DE LEITURA (1)	
EXIGÊNCIAS:	
a)	REDE PEDONAL SIMPLES, BEM ARTICULADA, COM MAIOR EXPRESSÃO SOCIAL NOS PONTOS DE CONVERGÊNCIA DOS SEUS RAMOS
b)	FRONTEIRAS DISTINTAS E PERMEÁVEIS NA PERIFERIA E NO INTERIOR
c)	IDENTIDADE PERCEPTÍVEL DE CADA SUBESPAÇO

QUADRO N.º 15:
Exigências para a clareza de leitura do espaço público urbano.

Tabela 10: Mudança/Transformação (4) e Clareza de leitura (1) (Alves: 2003: 277)

RELEVÂNCIA (2)
EXIGÊNCIAS:
a) DESIGNAÇÃO APROPRIADA DOS SUBESPAÇOS
b) COMPATIBILIDADE ENTRE OS VALORES CULTURAIS DOS POTENCIAIS UTILIZADORES E AS CARACTERÍSTICAS DO ESPAÇO
c) CORRECTA INTEGRAÇÃO DO ESPAÇO NA ENVOLVENTE – CONGRUÊNCIA E CONTINUIDADE DE LEITURA DAS QUALIDADES FÍSICAS E VISUAIS

QUADRO N.º 16:
Exigências para a relevância do espaço público urbano.

LIGAÇÕES INDIVIDUAIS E EM GRUPO (3)
EXIGÊNCIAS:
a) POSSIBILIDADE DE DIFERENTES “ANCORAGENS” INDIVIDUAIS (CONJUGAÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO EM DIFERENTES GEOMETRIAS, DISPOSIÇÃO DAS PLANTAS E DOS RESTANTES ELEMENTOS DE COMPOSIÇÃO)
b) PRESENÇA DE ELEMENTOS SIMBÓLICOS, CULTURAIS E NARRATIVOS DE ACORDO COM O TIPO DE UTILIZADORES DO ESPAÇO – PERSONAGENS DE CONTOS INFANTIS REPRESENTADAS EM RECINTOS PARA CRIANÇAS, ETC.
c) SUBESPAÇOS DISPONÍVEIS PARA ACTIVIDADES QUOTIDIANAS E COMUNS (COMER, PASSEAR ANIMAIS DOMÉSTICOS, APANHAR SOL, ETC.)
d) LUGARES PROPÍCIOS AO ENCONTRO DE DIVERSOS GRUPOS (GRUPOS AMADORES DE DESPORTO, CLUBES, GRUPOS ÉTNICOS, GRUPOS ETÁRIOS, GRUPOS ARTÍSTICOS, ENTRE OUTROS)
e) FORMAS DE LIGAÇÃO A OUTROS DOMÍNIOS OU REALIDADES (PRESENÇA DE ELEMENTOS COM UM POTENCIAL DE LIGAÇÃO FÍSICO, SIMBÓLICO OU VIRTUAL A OUTROS DOMÍNIOS – PONTES, BARCOS, RELÓGIOS DE SOL, FUNICULARES, PAINÉIS DIGITAIS, EQUIPAMENTO LÚDICO INFORMÁTICO, ENTRE TANTOS OUTROS)

QUADRO N.º 17:
Exigências para as ligações individuais ou em grupo ao espaço público urbano.

Tabela 11: Relevância (2) e Ligações individuais e em grupo (3) (Alves: 2003: 278)

<i>LIGAÇÕES BIOLÓGICAS E PSICOLÓGICAS (4)</i>
EXIGÊNCIAS:
a) PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADULTOS EM PROCESSOS DE PLANTIO E MANUTENÇÃO DE JARDINS
b) PRESENÇA DE UM ELEMENTO FÍSICO SINGULAR (<i>LANDMARK</i>) REFERENCIANDO TODA A ÁREA
c) LUGARES QUE ESTIMULEM SENTIMENTOS DE PROTECÇÃO, DE ABRIGO E DE BEM-ESTAR

QUADRO N.º 18:
Exigências para as ligações biológicas e psicológicas ao espaço público urbano.

GESTÃO/MANUTENÇÃO
(COLUNA D da figura n.º 53)

<i>PROGRAMAÇÃO (1)</i>
EXIGÊNCIAS:
a) GARANTIR ESPAÇOS SUSCEPTÍVEIS DUMA PROGRAMAÇÃO DE USOS DIVERSOS DISTRIBUÍDOS POR TODA A ÁREA E DE ACORDO COM AS CARACTERÍSTICAS SAZONAIS
b) DEFINIR NORMAS DE UTILIZAÇÃO COM VISTA A: <ul style="list-style-type: none"> • Condicionar a utilização dos pisos moles por actividades mais energéticas para as quais não se encontram preparados, especialmente em épocas de chuvas; • Racionar o equipamento de utilização directa ou indirecta como condicionador da utilização abusiva, em especial das superfícies rígidas; • Contrabalançar o volume de entradas na área com os tipos de utilizadores e, consequentemente, de actividades previsíveis; • Criar horários de utilização congruentes com a disponibilidade de tempo livre dos utilizadores, ao longo do dia e noite quando necessário; • Definir períodos para os serviços de limpeza, irrigação e restante manutenção compatíveis com as diferentes intensidades de uso ao longo do dia e ano e com as características sazonais.

QUADRO N.º 19:
Exigências para a programação da gestão/manutenção do espaço público urbano.

Tabela 12: Ligações Biológicas e Psicológicas (4) e Programação (1) (Alves: 2003: 279)

MEIOS HUMANOS E TECNOLÓGICOS (2)
EXIGÊNCIAS:
<p>a) DISPONIBILIZAR OS MEIOS HUMANOS NECESSÁRIOS COM VISTA A: vigilância da área, limpeza e manutenção, programação das actividades ao longo do ano e serviços equipamentais de assistência aos utilizadores (instalações sanitárias, primeiros socorros, restauração, recepção, armazenamento de equipamentos, depósitos de lixos, entre outros).</p> <p>b) INTEGRAR INSTRUMENTOS TECNOLÓGICOS COMPATÍVEIS COM AS CARACTERÍSTICAS E COM A DIMENSÃO DO LOCAL, DE FÁCIL OPERATIVIDADE E DE CUSTOS CONTROLADOS</p>
<p><i>NOTA:</i> Naturalmente, a presença destes meios e sua quantificação varia proporcionalmente com a dimensão e com a capacidade de utilização da área de intervenção.</p>

QUADRO N.º 20:

Exigências dos meios humanos e tecnológicos no espaço público urbano.

MATERIAIS (3)
EXIGÊNCIAS:
<p>a) DURÁVEIS AO TEMPO, RESISTENTES ÀS FORMAS ADEQUADAS DE UTILIZAÇÃO E ERGONOMICAMENTE ESTUDADOS NÃO SÓ PARA O CONFORTO E SEGURANÇA DE UTILIZAÇÃO, MAS TAMBÉM PARA O AMORTECIMENTO AO CHOQUE NOS ESPAÇOS COM MAIOR DINÂMICA E DIVERSIDADE DE ACTIVIDADES</p>
<p>b) FACILMENTE SUBSTITUÍVEIS APÓS ESTRAGOS OU DESGASTE</p>
<p>c) FAMILIARES COM OUTROS EXEMPLARES PRÉ-EXISTENTES NA PRÓPRIA ÁREA E NA ENVOLVENTE</p>
<p>d) ADEQUADOS, TANTO QUANTO POSSÍVEL, A UMA MANUTENÇÃO MODERADA E QUASE NATURAL OU EXPONTÂNEA</p>

QUADRO N.º 21:

Exigências dos materiais que compõem o espaço público urbano.

Tabela 13: Meios humanos e tecnológicos (2) e Materiais (3) (Alves: 2003: 280)

PLANTIO, IRRIGAÇÃO E DRENAGEM (4)	
EXIGÊNCIAS:	
a)	SELECÇÃO DAS ESPÉCIES VEGETAIS DE ACORDO COM A NATUREZA DO SOLO, DO CLIMA E DA TOPOGRAFIA, POR FORMA A VERIFICAR-SE UMA BOA RETENÇÃO DE ÁGUA NOS ORGÃOS RADICULARES (EM ESPECIAL PARA OS CLIMAS MAIS QUENTES E SECOS), A FIXAÇÃO DE TERRA, A MAIOR LONGEVIDADE DAS ESPÉCIES, A PROTECÇÃO AOS VENTOS E INTEMPÉRIES E, CONSEQUENTEMENTE, UMA ECONOMIA DOS CUSTOS DE MANUTENÇÃO
b)	IRRIGAÇÃO EQUITATIVAMENTE DISTRIBUÍDA POR TODA A SUPERFÍCIE DE IMPLANTAÇÃO DAS ESPÉCIES VEGETAIS (ARGOLAS DE ÁRVORES, CANAIS DE IRRIGAÇÃO, ASPERSORES, ETC.) E COM DIFERENCIAIS DE CAUDAIS AJUSTÁVEIS ÀS CARACTERÍSTICAS DAS ESPÉCIES
c)	ÁGUA CORRENTE NOS BEBEDOUROS PARA ANIMAIS DOMÉSTICOS E NAS PIAS DE LAVAGEM
d)	IRRIGAÇÃO NOS RECINTOS E CAMPOS DE JOGOS A PARTIR DA SUA PERIFERIA
e)	GRELHAS METÁLICAS, EM MADEIRA OU PRÉ-FABRICADAS EM TODOS OS PONTOS SUSCEPTÍVEIS DE ENTUPIMENTO POR ACUMULAÇÃO DE DESPERDÍCIOS VEGETAIS E ONDE SE DESEJA A INFILTRAÇÃO NATURAL DA ÁGUA DAS CHUVAS (ARGOLAS DE ÁRVORES, INFLEXÕES NOS CANAIS DE CONDUÇÃO DA ÁGUA, SAÍDAS PARA ESCOAMENTO DE ÁGUA, ETC.)
f)	DECLIVES ADEQUADOS À DRENAGEM NATURAL DA ÁGUA DA CHUVA E DAS REGAS, EM ESPECIAL NAS GRANDES SUPERFÍCIES LISAS (CAMPOS DE JOGOS, RECINTOS, ESPLANADAS, CLAREIRAS, ENTRE OUTROS)
g)	APROVEITAMENTO DA REDE DE DRENAGEM PARA A IRRIGAÇÃO NATURAL DAS SUPERFÍCIES QUE NECESSITEM DE MAIOR ACUMULAÇÃO DE ÁGUA, NÃO SÓ PARA A REGA DE DETERMINADAS ESPÉCIES, COMO PARA A EXPLORAÇÃO DOS SENTIDOS POÉTICO E LÚDICO DO ESPAÇO (SOM DA ÁGUA NAS REPRESAS E CANAIS, SUPERFÍCIES PANTANOSAS, FONTES E LAGOS ARTIFICIAIS, ESPELHOS E RECEPTÁCULOS DE ÁGUA PARA O RECREIO DE CRIANÇAS, ETC.)

QUADRO N.º 22:

Exigências para o plantio, irrigação e drenagem do espaço público urbano.

Desenvolvido o anterior esquema metodológico para a construção do programa **qualitativo detalhado**, procedente da análise urbana

Tabela 14: Plantio, irrigação e drenagem (4) (Alves: 2003: 281)

5.3 Elementos urbanos

Proceder-se-á agora a uma análise mais aprofundada das Plantas da União de freguesias, ao mesmo tempo que se apresentam as propostas de resolução dos problemas que se identificaram, como sendo entraves à boa utilização do espaço público, à luz da nossa perspetiva e da de Alves.

Explicar todos os pormenores relativos ao espaço público e edificado que vão ser analisados neste ponto:

- **(5.3.1) Descrição de Edificações e Vias de Comunicação**
- **(5.3.2) Para um melhor aproveitamento dos recursos naturais**
- **(5.3.3) Espaços de cultura e lazer**
- **(5.3.4) Serviços de apoio**
- **(5.3.5) Monumentos e Edifícios de Culto**

5.3.1 Edificações e Vias de Comunicação

- **a)** Principal via de comunicação automóvel e pedestre.
- **b)** Representação dos Caminhos Pedestres
- **c)** Edifícios em Ruínas, dentro e em torno do núcleo urbano da União de freguesias
- **d)** Pormenor de ruínas dentro do núcleo Urbano de Vila do Carvalho
- **e)** Pormenor de ruínas dentro do núcleo Urbano de Cantar Galo
- **f)** “Barracas” da União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho
- **g)** Edificações existentes habitáveis
- **h)** Anexos e arrecadações existentes
- **i)** Armazéns
- **j)** Edifícios em Construção até Agosto de 2020
- **k)** Edifícios Industriais
- **l)** Estufas
- **m)** Garagens independentes das habitações
- **n)** Muros de apoio, suporte ou vedação
- **o)** Passeios



a) Planta 1: Principal via de comunicação automóvel e pedestre.

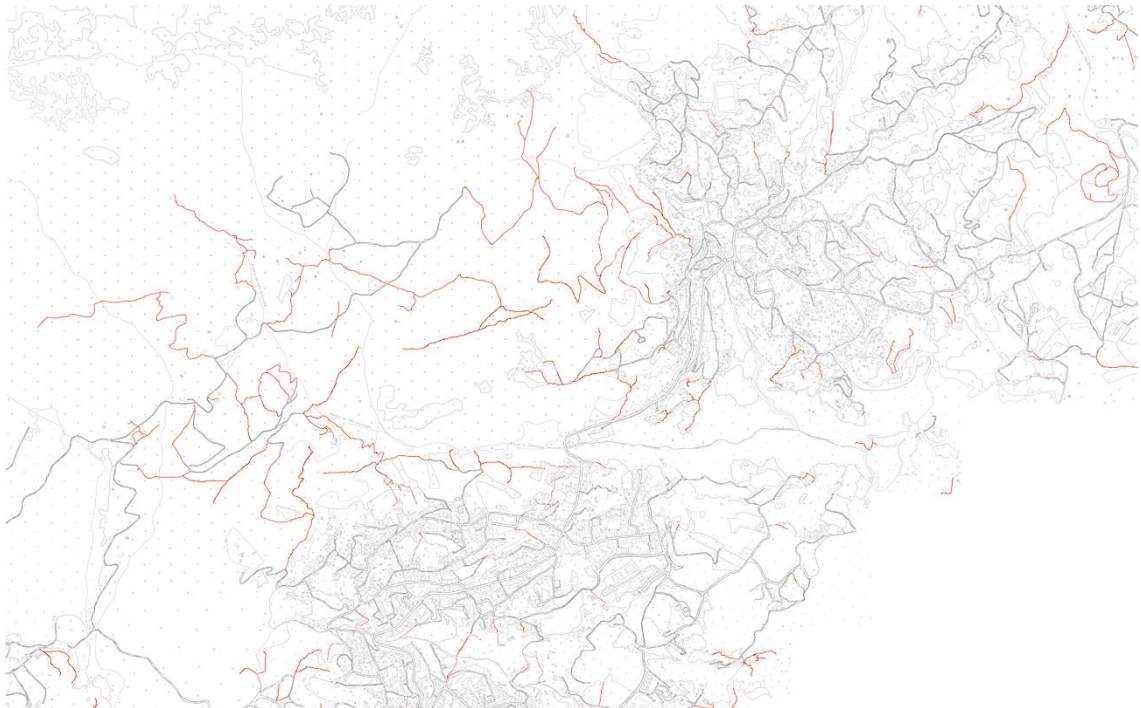


Imagem 37: Fotografia da rua principal que atravessa a Freguesia de Cantar Galo em direcção Vila do Carvalho-Covilhã.

A via principal da freguesia denominada por rua 30 de junho (Imagem 37), tem no seu percurso pontos de elevada degradação e desordenamento urbanístico. Devendo como proposta aplicarem-se exigências dos quadros, nº6, nº7, nº9, nº11, nº15, nº21, nº22 (ver ponto 5.2), respetivamente ao que toca às exigências para: “o conforto do espaço”, “a relaxação”, “o envolvimento passivo dos utilizadores”, “o acesso”, “a clareza de leitura”, “de materiais que o compõem”, “o plantio, irrigação e drenagem” (Alves: 2003: 271-281)

), todos estes descritos em relação ao espaço público urbano. Verifica-se que os veículos automóveis estacionam quer em cima do passeio, dificultando ou impedindo a circulação pedonal, quer na faixa de rodagem obstruindo ou dificultando o trânsito automóvel.

Dentro destes pontos, os que se consideram mais prementes são a organização de trânsito em toda a via, criação de zonas fixas de estacionamento e construção de passeios em ambos os lados, principalmente em todas as zonas habitacionais e de centro urbano, com pelo menos 1,2 metros de largura (preferencialmente), segundo a lei vigente *Decreto-Lei n.º 123/97 de 22 de Maio, CAPÍTULO I, ponto 1.6*. Comparando a Vila do Carvalho com Cantar Galo, conclui-se que Cantar Galo está menos organizado urbanisticamente no que toca à via principal.



b) Planta 2: Representação dos Caminhos Pedestres

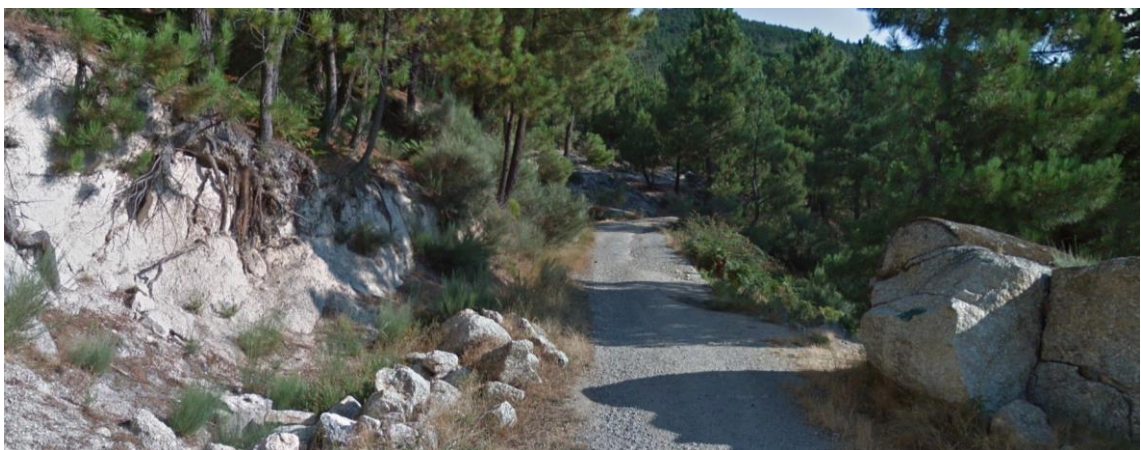


Imagem 38: Fotografia demonstrativa de um do caminho pedestre da Freguesia em direcção à fonte Pserra.

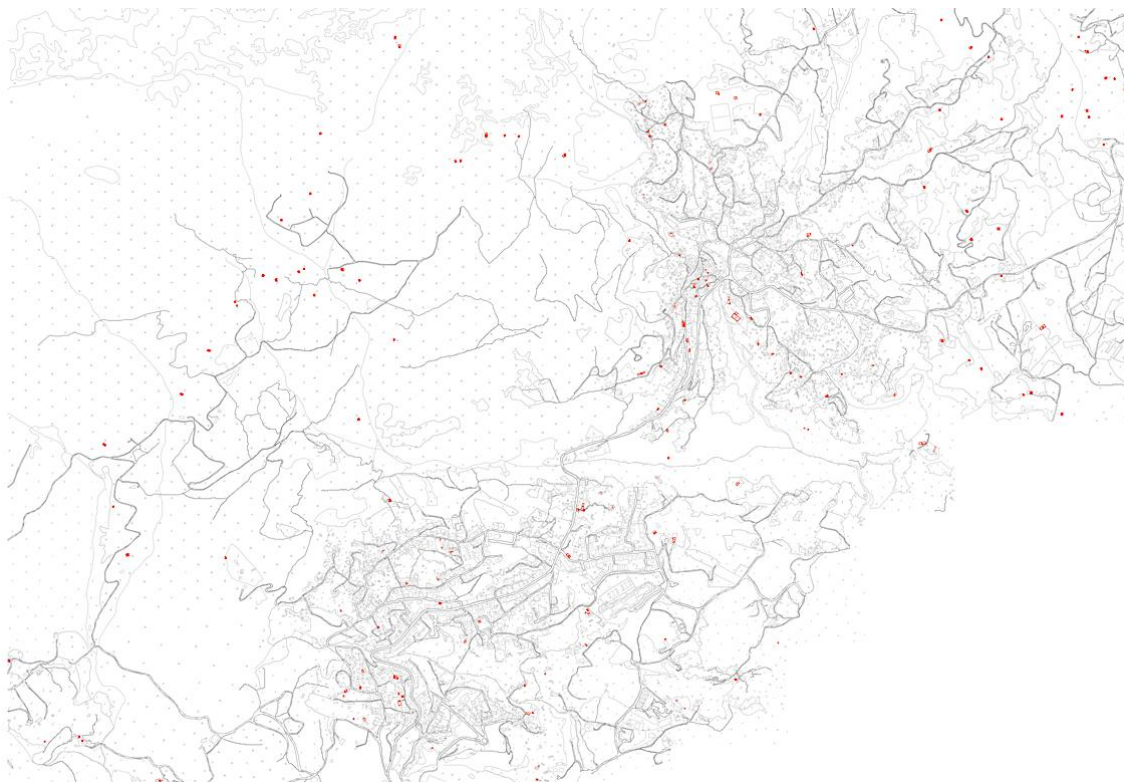
Os caminhos salientes a “vermelho” criam ligações pedestres riquíssimas pela sua envolvente enquadrada na natureza de serra, que em alguns dos casos facilita a mobilidade entre espaços e patamares, sendo a topografia do local sinuosa.

Outros existentes, mas não utilizáveis, serviriam para levar as pessoas a viver mais o espaço natural contíguo ao espaço urbano da freguesia.

A sua possibilidade de utilização traduz-se em criação de valor, logo pelo facto de tornar estes locais limpos e seguros, contra a possibilidade de incêndios e com isso minimizar outros fatores negativos. Por outro lado, acentuaria a valorização da população por lhe ser concedida a possibilidade de os utilizar, levando as pessoas a poderem usufruir deles como um bem. Sendo eles um ponto importante no conjunto de elementos positivos que levam os utilizadores a gostar de um lugar e, consequentemente, em querer habitá-lo.

A nossa proposta é de se aplicarem as exigências dos quadros, nº6, nº7, nº8, nº9, nº10, nº15, nº18, nº21, nº22, apresentadas respectivamente em: (Alves: 2003: 271-281) (ver ponto 5.2)

Como se analisa na planta, a Vila do Carvalho tem mais caminhos pedestres comunicantes com vias de acesso secundárias e principal, sendo que por outro lado Cantar Galo apresenta maior número de caminhos pedestres, mas com nível de acesso mais difícil. Considera-se que ambos os locais têm potencial, mas com várias situações de melhoria obrigatória para que passem a ser neste campo considerados pontos positivos em ambos.



c) Planta 3: Edifícios em Ruínas, dentro e em torno do núcleo urbano da União de Freguesias



Imagem 39: Fotografia de casa em ruína, junto à estrada na via principal da Freguesia, na Rua de S. Domingos-Cantar Galo



Imagem 40: Fotografia de casa em ruína, junto à estrada na via principal da Freguesia, na Rua do Cruzeiro-Vila do Carvalho

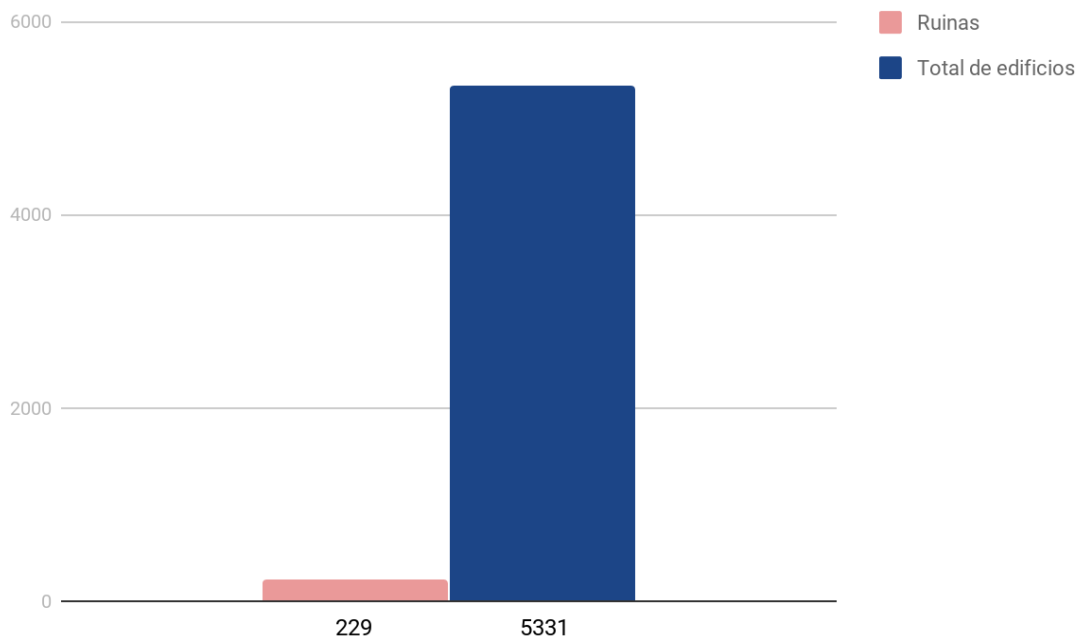


Gráfico 7: Comparação entre o número de ruínas e o total de edifícios (União de Freguesias Vila do Carvalho e Cantar-Galo - Censos 2011)

Como se pode verificar (Gráfico anterior) são 229 o número de edifícios em ruínas, equivalentes aos apresentados nas (imagens 39 e 40), assinalados na (Planta 3), correspondem a 4,3 % do total de edifícios da União de Freguesias da Vila do Carvalho e Cantar-Galo de acordo com os Censos de 2011. Assim, poder-se-á concluir que representam uma parcela muito reduzida face ao total, pelo que não têm grande impacto ao nível da imagem urbana desqualificada deste aglomerado urbano.

Têm um papel fundamental para a reabilitação deste centro histórico urbano, pois assumem um papel decisivo no aparecimento de novas habitações através da possível recuperação, passíveis de serem remodeladas e requalificadas ao abrigo da legislação vigente, criando assim um novo e requalificado centro histórico, dando-lhe novamente vida.

Sendo que, nas suas imediações existem, ou devem existir, serviços e características urbanísticas implementadas. Podendo estes, ser demolidos quando o seu valor patrimonial não for expressivo e com isso poderem dar lugar a novos espaços públicos e de lazer, tornando a União de Freguesias mais atrativa, na possibilidade de repovoamento.

A nossa proposta é a de se aplicarem as exigências dos quadros, nº6, nº7, nº8, nº11, nº12, nº14, nº15, nº16, nº18, nº21 e nº22, apresentadas respetivamente em: (Alves: 2003: 271-281)(ver ponto 5.2) Como se pode concluir através da análise desta planta a distribuição de fogos em ruínas é equiparado entre ambas as localidades, podendo ainda afirma-se que 229 ruínas num universo de 5331 edifícios é um valor residual, correspondendo a 4,3% destes. Sendo que o impacto visual é bem mais preocupante que o seu número, pois algumas destas situam-se junto à via principal, como se pode ver nas (imagens 39, 40, 41 e 42).



Planta 4: Pormenor de ruínas dentro do núcleo Urbano de Vila do Carvalho



Imagem 41: Fotografia de casa em ruína, dentro do núcleo urbano, na Rua do Espírito Santo-Vila do Carvalho



e) Planta 5: Pormenor de ruínas dentro do núcleo Urbano de Cantar Galo



Imagem 42: Fotografia de casa em ruína, junto à estrada na via principal da Freguesia, na Rua 30 de Junho-Cantar Galo

Com o já referido no ponto anterior, interessa referir ainda que dentro dos núcleos urbanos podem algumas destas ruínas (Plantas 4;5 e imagens 41 e 42) ser consideradas imprescindíveis para a criação de novos espaços públicos, de lazer, de estacionamento de enquadramento paisagístico com criação de pequenos parques.

Sendo estes novos espaços importantes para conseguir aumentar a amplitude de utilização e vivência das ruas e, desta forma, eliminar a possibilidade de aparecimento ou subsistência de (não lugares), sendo estes sinónimo de locais “sujos” e de utilizações impróprias, que promovem o desconforto social e a falta de segurança, que é o oposto do que se pretende e propõe neste estudo.



f) Planta 6: “Barracas” da União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho



Imagem 43: Fotografia de uma (barraca) junto à via principal, na Rua da Indústria-Cantar Galo



Imagem 44: Fotografia de casa em ruína, junto à estrada na via principal, na Av. Filarmónica-Vila do Carvalho



Imagem 45: Fotografia uma (barraca), junto à estrada na via principal, na Av. Filarmónica-Vila do Carvalho

São 121 as barracas representadas na Planta 6 e deveriam ser, sempre que possível e quando não são já usadas como anexo às habitações, devem ser ou convertidas em habitações, ou em espaços públicos ou de lazer, sendo imprescindível a sua regulamentação, através dos regulamentos municipais tais como o PDM ou mesmo ao abrigo do PUGC (Plano de Urbanização da Grande Covilhã).

A regulamentação e fiscalização é imprescindível a uma boa ordenação e planeamento urbanístico, mas não deve nem pode ser estranguladora.

Sendo necessária também por parte dos órgãos que tutelam este tema de ajustarem os seus *modus operandis*, por forma a ir de encontro à realidade atual e poderem com isso fazer parte do projeto global de interesse público, que passa pela requalificação das nossas aldeias, vilas e mesmo cidades, fundamentalmente do Interior.

Serem um elo de ligação e não de constante discórdia e estrangulamento burocrático, que leva as pessoas interessadas em fazer investimento a desistir facilmente, dada a complexidade e o tempo que demora por norma qualquer coisa que é colocada à apreciação de uma câmara, sendo quase sempre para quem investe incompreensível que, na maior parte das vezes, os departamentos de Urbanismo e Planeamento criem entraves consecutivos, em vez de ajudar a resolver determinados erros apresentados e sempre com o objetivo de, no final, o veredito poder ser célere e positivo. Este facto tem sido já alterado a pouco e pouco no Urbanismo da Covilhã, sendo atualmente os tempos de resposta muitíssimo mais céleres do que há cerca de 6 anos atrás, contudo ainda muito há a fazer. Considera-se que, tão importante como estudar os locais e os seu pontos fortes e fracos e com eles estruturar uma estratégia de requalificação urbanística, paisagística e de planeamento, por forma a conseguir reverter o paradigma da desertificação, é tão ou mais importante que o funcionamento de planeamento e urbanismo vigentes sejam atualizados.

Atualizados e modernizados, quase que me atrevo a afirmar, na forma conjunta de “pensar”, pois, a maior parte das vezes, o estrangulamento nem é da lei, ou dos planos, mas sim de entendimentos subjetivos, ou dos próprios pontos de vista e de interpretação.

Ninguém quer infringir a lei, nenhum técnico o quer, pois ao fazê-lo incorreria hoje em penas que podem chegar a penas de prisão, mas como não sabem como ler e apreciar as alterações constantes de Portarias e Decretos-lei, na legislação e enquadrá-las com os planos diretores municipais que estão obsoletos, pois na maioria deles vão agora para a primeira revisão quando já deveriam estar na décima revisão ou mais, acabam por criar interpretações exageradas com o primeiro objetivo: o de se salvaguardar e não o de cumprirem a sua função que é auxiliar e dar o seu parecer até que seja positivo.

O trabalho deve ser realizado em conjunto entre técnico fiscalizador e técnico do projeto e pelo dono de obra proponente. Desta forma, existe alguma responsabilidade por parte de alguns dos técnicos do Urbanismo e Planeamento das Câmaras Municipais, por alguma da inoperância existente na

resolução de problemas. Mas a responsabilidade maior cabe ao Governo e ao Parlamento, que são quem legisla.

Isto faz com que seja mais difícil para quem tem o papel de pensar as cidades em Portugal, os urbanistas e planeadores e os arquitetos, pois veem o seu trabalho dificultado, mesmo apresentando boas soluções para a requalificação e ordenamento do existente e para o planeamento e projeção do novo.

A reestruturação do PDM torna-se, pois, fundamental, e toda a regulamentação que regula o Urbanismo e o Planeamento. Repensar tudo e adaptar à nova realidade social e, ao mesmo tempo, adaptar todas as ferramentas já existentes e utilizáveis por forma a responderem de forma rápida e o mais direta possível.

Tudo o que está caduco e que não tem forma de ser reaproveitado seria excluído, pois um dos problemas é existirem várias alíneas que dizem praticamente as mesmas coisas, mas que levam a interpretações díspares. As regras deveriam ser todas ou a sua maioria concretas e deveria anular-se a antropia negativa na acção reguladora.

Estes pontos sendo estruturados, pensados de novo, estudados ao mesmo tempo, dariam resultados mais realistas e aplicáveis. Depois de redigido e criada a base já cada um dos pontos poderia ser mais ou menos explorado de forma independente.

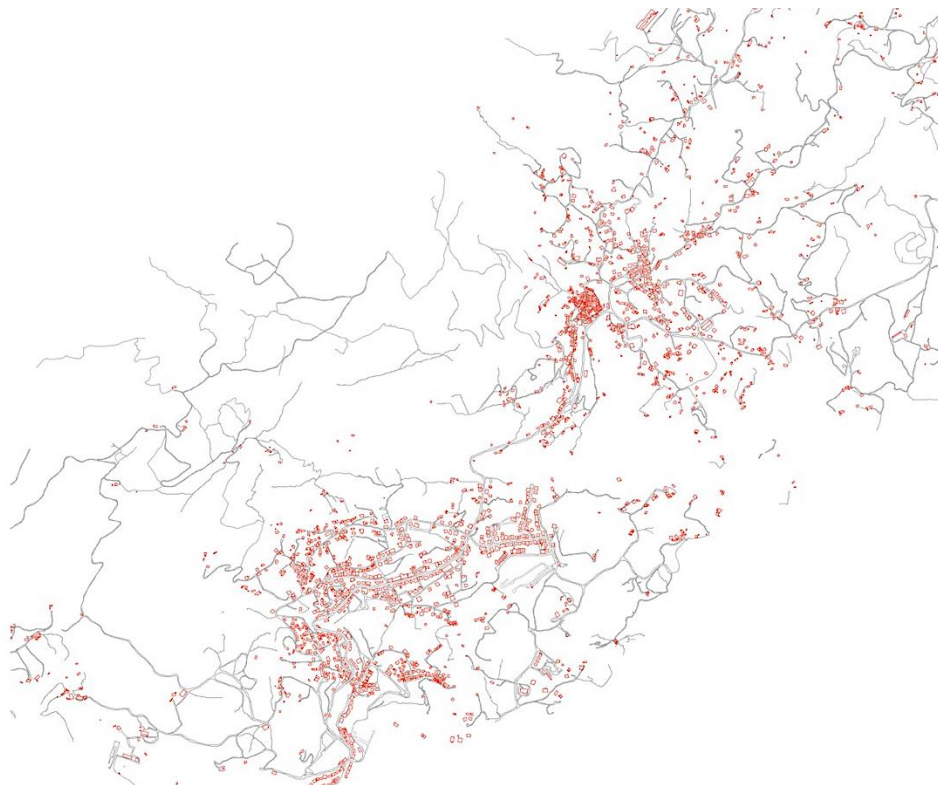
No nosso caso de estudo, a Freguesia de Cantar Galo e Vila do Carvalho, o PDM e toda a regulamentação e decisão política municipal foi em grande parte decisiva para a sua situação atual, de perda de população, que à data de 1991 em Cantar Galo já freguesia constituída e sozinha, tinha 2755 habitantes e em 2011 tinha 2233 habitantes, uma perda de 18,94% da sua população. Sendo que este cenário é muito mais acentuado na então Freguesia de Vila do Carvalho, sozinha, que em 1991 tinha já após o seu fracionamento territorial que deu origem à criação da nova Freguesia já citada, 3723 habitantes, tendo no ano de 2011 apenas 1741 habitantes, o que equivale a uma perda de 46,76% da sua população. Isto deveu-se fundamentalmente ao facto de se terem criado limitações na possibilidade de construção em ruas e zonas de grande interesse para os residentes e seus descendentes, tendo esta vontade sido transmitida pela população nas diversas ações promovidas por nós junto da população por forma a recolher contributos para este estudo, *locais onde gostariam de fazer as suas casas*, disseram, *e que com essas limitações criadas premeditadamente pelo município*, essas pessoas descendentes, os seus filhos e netos, *não puderam investir e ficar a viver na sua freguesia, viram-se forçados a procurar outros locais*, dentro do município e alguns fora do município, para se fixarem. Pois, ao mesmo tempo que acontece nesta localidade essa castração no seu desenvolvimento, são criadas novas zonas de desenvolvimento urbanístico em outras freguesias do concelho, nomeadamente um dos exemplos mais visível à data foi a criação de possibilidade de construção em zonas novas contíguas às freguesias do Canhoso, Boidobra e Teixoso, tendo aquelas freguesias, beneficiado diretamente da impossibilidade de construção nesta localidade, tendo sido

referido por vários progenitores que os seus filhos e netos viviam agora nessas freguesias, ficando para trás, a então freguesia de Vila do Carvalho.

Através da análise dos acontecimentos relatados no capítulo anterior, uma outra situação que levou à exponencial perda de população nesta freguesia foi a elevação de Aldeia de Carvalho a Vila do Carvalho: o seu território viu-se encurtado sendo criada uma nova freguesia com parte desta ao qual foi dado o nome de Cantar Galo, e ainda parte do território da freguesia de Aldeia do Carvalho, passou para a freguesia do Canhoso algum tempo antes, tudo isto com o reajustamento feito à delimitação da freguesia de Aldeia do Carvalho e à vontade política de criação de uma nova freguesia.

Com estas decisões, que foram parte importante da consequência de perda de população, percebe-se que há muito tempo que o Urbanismo e Planeamento não é pensado para potencializar os locais, caso contrário não viriam a ser unidas novamente, mais tarde.

Este é um facto em que foram as vontades e decisões do poder político o maior responsável pelo desenrolar dos acontecimentos. Toda a ação do Urbanismo e Planeamento deste e de todos os Municípios esteve e em alguns casos ainda estará demasiado ligada às vontades do poder político local, onde muitas vezes se tentou através dos bons ou maus resultados eleitorais favorecer ou penalizar os terras.



g) Planta 7: Edificações existentes habitáveis



Imagem 46: Fotografia de edificações habitáveis, junto à estrada na via principal, na Rua 30 de Junhos-Cantar Galo

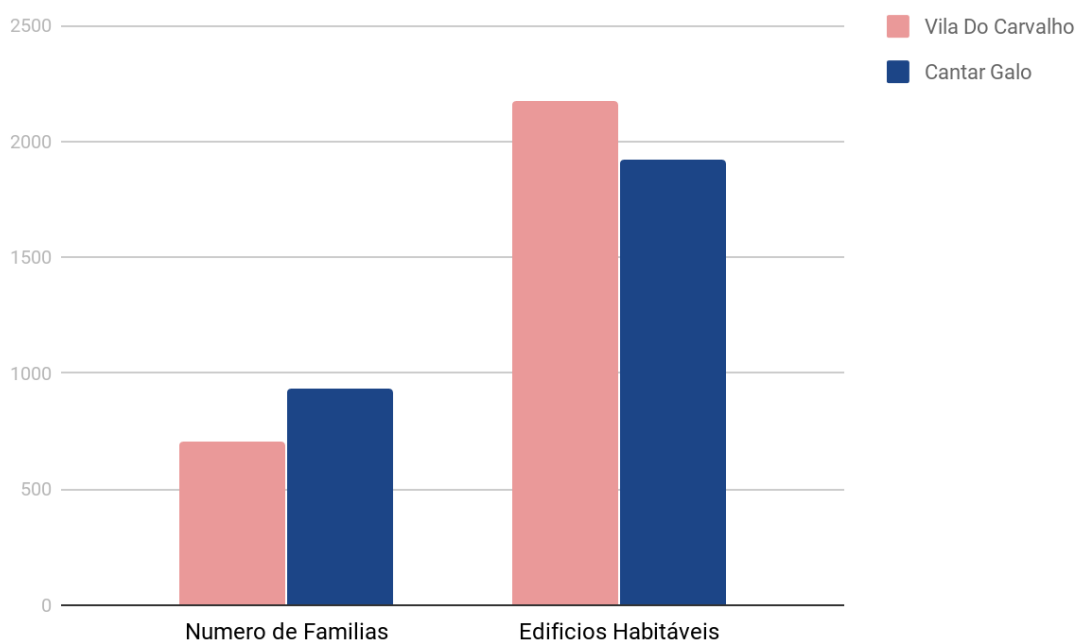


Gráfico 8: Comparação entre freguesias, número de famílias e edifícios habitáveis (União de Freguesias Vila do Carvalho e Cantar-Galo - Censos 2011)

Os edifícios existentes habitáveis, mas com aspeto degradado, localizados nos centros urbanos da união de freguesias devem ser alvo de um arranjo de fachadas, por forma a melhorar o aspeto visual e criar um ambiente mais ordenado e organizado.

Considera-se ainda que se deveriam aplicar propostas das apresentadas nas tabelas de exigências dos quadros, nº7, nº10, nº11, nº14, nº15, nº18, nº21, apresentadas, respetivamente em: (Alves: 2003: 271-274) (ver ponto 5.2).

Como se pode concluir (Gráfico anterior) o número de edifícios habitáveis é de 76,95% face ao total ou seja 4102 em 5331 de todos os edifícios da união de freguesias. Por outro lado, a Vila do Carvalho tem 53% dos edifícios habitáveis ou seja 2178, enquanto que Cantar-Galo tem os restantes 47% ou seja 1924 imóveis. Conclui-se ainda que para o número total de famílias residentes nesta União de freguesias, 936 residem em Cantar-Galo e 707 na Vila do Carvalho, ou seja 57% e 43% respetivamente. Verifica-se ainda que em termos gerais para a União de Freguesias, existe mais do triplo dos edifícios habitáveis quando comparado com o número de famílias. Contudo, em Cantar-Galo existem 2 fogos por família enquanto que em Vila do Carvalho este valor sobe para 3 fogos por família.



h) Planta 8: Anexos e arrecadações existentes



Imagem 47: Fotografia de um Anexo, junto à estrada na via principal, na Av. Filarmónica-Vila do Carvalho

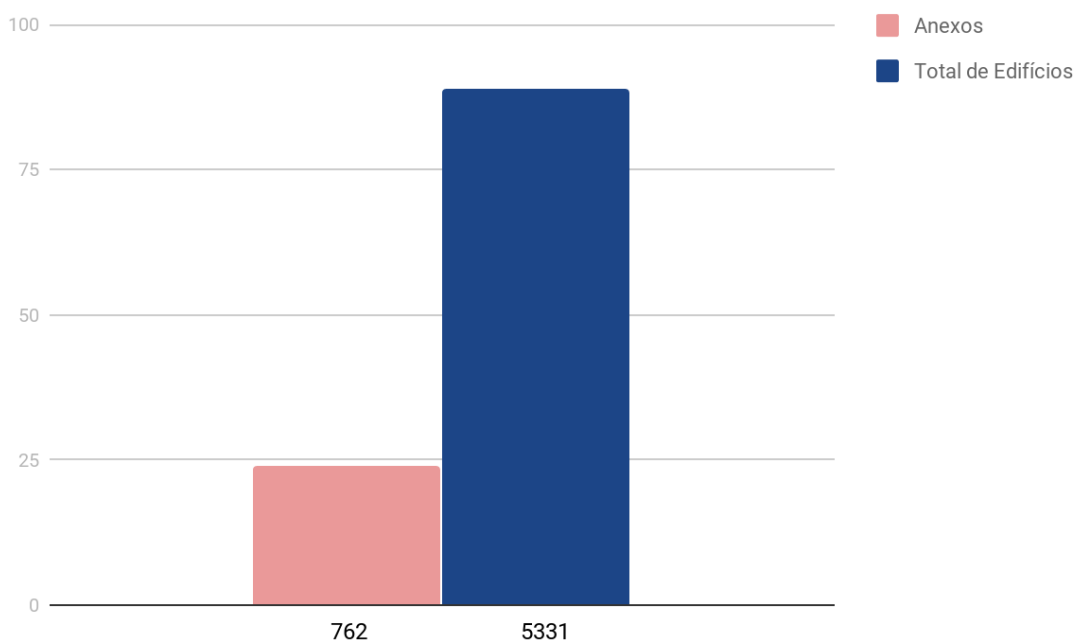


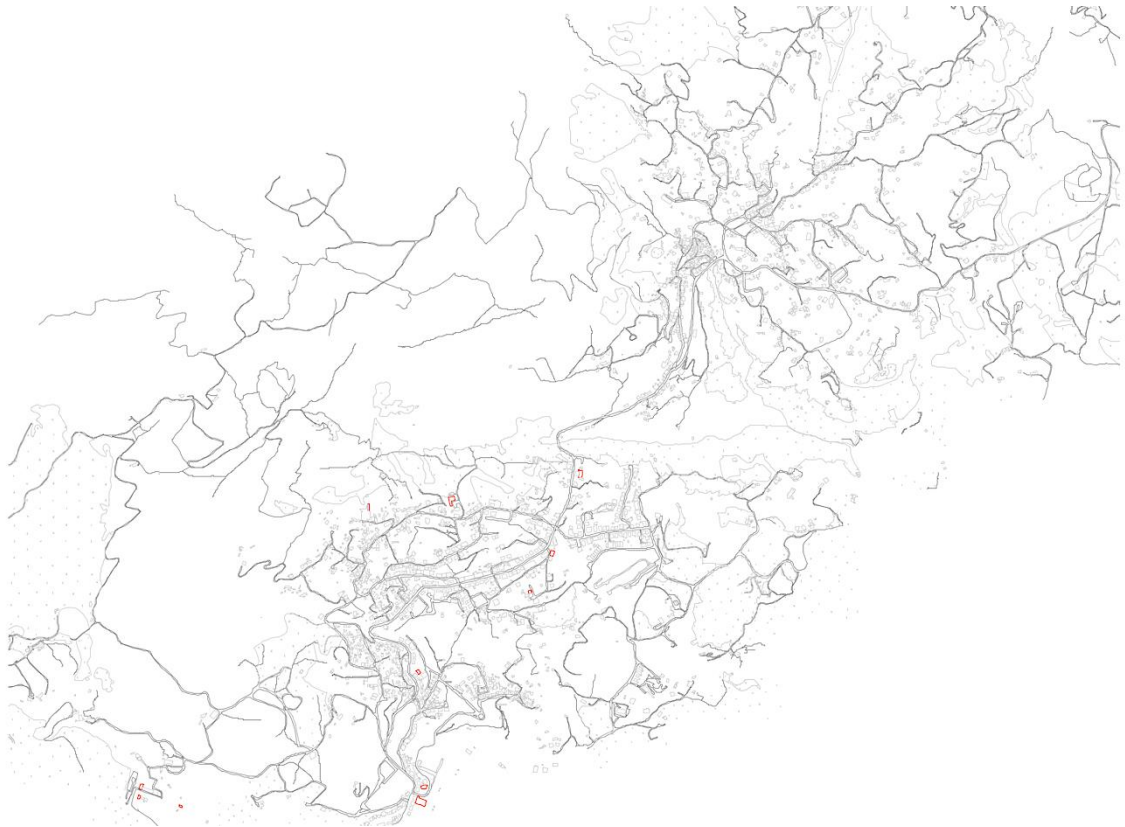
Gráfico 9: Comparação entre o número de anexos e o total de edifícios (União de Freguesias Vila do Carvalho e Cantar-Galo - Censos 2011)

Em relação aos “anexos” e “arrecadações” representadas na Planta 8, o número existente é de 762, pelo que aplicar-se-ia a mesma máxima que nas (barracas), sendo que, fundamentalmente, para que não haja continuação da proliferação de desordenamento urbano. Devem ser regularizadas, pois cumprindo alguns preceitos básicos, quer em termos arquitetónicos quer em termos urbanísticos

tornam-se enquadráveis. Consequentemente, não prejudiciais à criação de melhor ambiente visual e com isso social.

Como se conclui (Gráfico anterior) o número de anexos representam uma percentagem que se poderá considerar significativa no cômputo geral de todas as edificações. Representa cerca de 14% dos edifícios. Para uma melhor integração urbana propõe-se que estes anexos sejam alvo de obras de requalificação de modo a melhorar a sua integração estética. Consequentemente, servirão de forma mais eficaz em termos sociais, pois poderão ter um uso complementar à habitação, como garagem, arrumos, ou fruição descontraída do espaço exterior.

Sendo que um anexo neste caso é considerado um local onde o seu proprietário guarda pertences, ou serve para outros fins que não a habitação, normalmente situam-se perto das habitações e em alguns casos no terreno só está edificado um (Anexo) com o propósito de guardar as ferramentas necessárias aos serviços do seu proprietário para com aquele lugar. Conclui-se que existem mais de 60% dos edifícios considerados anexos, na freguesia de Cantar Galo, mais uma vez se acentua o nível de degradação aparente nesta Freguesia. Sendo que o número em relação ao total de edifícios da União de Freguesias é de 14,29% como se pode ver na (tabela 15 no ponto 5.4)



i)Planta 9: Armazéns



Imagem 48: Fotografia de um Armazém, localizado na Rua Centro Cívico-Vila do Carvalho

Em relação aos armazéns verifica-se que o seu número na União de freguesias é de 11 unidades, (Planta 9 e ex. imagem 48). Ora, dado serem edifícios de grande dimensão (da ordem dos 500 m², 600 m², ou até mesmo 900 m²) e muitos deles estarem devolutos, sempre que possível, deveria ser promovida a sua utilização com intermediação do município e da junta de freguesia, bem como pelos seus proprietários, para terem alguma utilidade e não passarem de “monos”.

Sugere-se como exemplo a efetuar nos armazéns a possibilidade de criação de:

- 1- áreas de estacionamento;
- 2- áreas de comércio,
- 3- atividades empresariais/ industriais;
- 4- espaços de cultura e de lazer, museológicos, entre outros como a própria mistura de alguns destes exemplos, quando executável.

No caso da União de freguesias em questão, a criação de um “museu da pastorícia e da transumância”, teria a sua pertinência pela história das freguesias, o que traria outras oportunidades económicas e geraria outros produtos adjacentes, tais como produtos endógenos, artesanais, outros negócios turísticos, etc.



j) Planta 10: Edifícios em construção até Agosto de 2020

Em construção (Planta 10), estão até à data, agosto de 2020, 2 edifícios a ser construídos e 5 a serem reconstruídos, sendo que, dada a elevada degradação e o número de casas em ruínas existentes na freguesia de Cantar Galo e Vila do Carvalho, isto representa apenas uma percentagem de 2,18% edifícios a serem reabilitados.



k) Planta 11: Edifícios Industriais



Imagem 49: Fotografia de um Edifício Industrial, junto à estrada na via principal, na Rua da Indústria-Cantar Galo

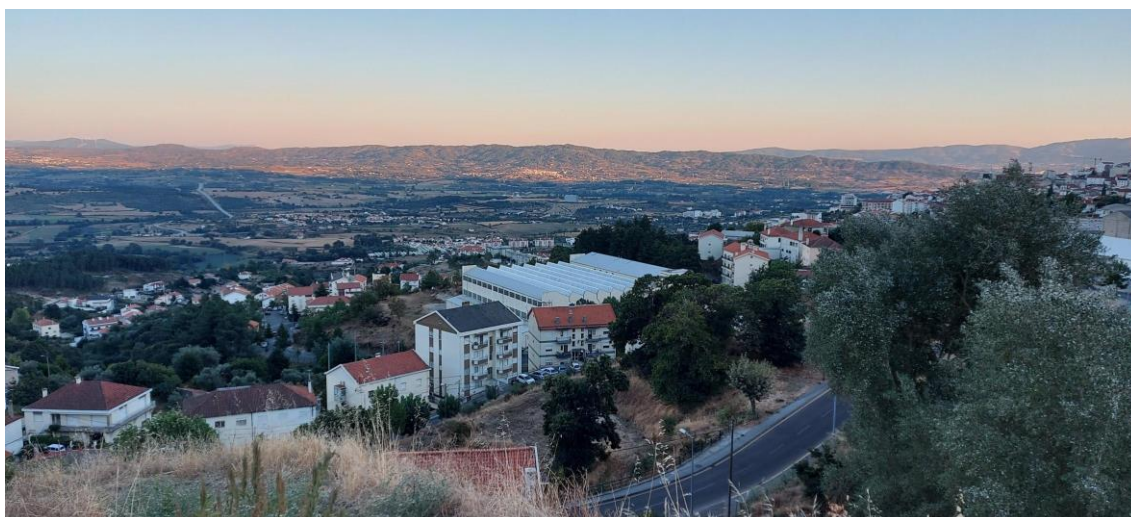


Imagem 50: Fotografia de um Edifício Industrial, junto à estrada na via principal, na Rua da Indústria-Cantar Galo

Quanto aos edifícios industriais, como representados pela planta 11 (ex. imagens 49 e 50), foram identificadas 12 unidades em toda a União de Freguesias. Considera-se que dependendo da sua utilização actual (alguns dedicam-se à indústria têxtil), deveriam cumprir, em primeiro lugar e sempre que possível, a sua função associada à indústria. Esta função justifica-se pelo facto de contribuir para a criação de empregos na freguesia e, conseqüentemente, contribuir para fixar a

população. Caso isso já não seja possível, poderia ser promovida a possibilidade de serem convertidos para outros usos, por exemplo em edifícios de habitação, hotelaria, entre outros, com possibilidades de valorização do espaço edificado.

Observa-se que existem na freguesia 12 edifícios fabris que estão ainda inutilizados, ocupando o lugar de um “mono”. A utilização de tais imóveis é considerada prioritária para a requalificação social do local.



1) Planta 12: Estufas



Imagem 51: Fotografia de uma estufa, junto à estrada na via principal, Estudante Municipal O Carvalho Canhoso-Vila do Carvalho

Verifica-se um pouco por toda a freguesia a existência de elementos vegetais, associados à floresta ou à prática agrícola que contribuem para que se possa concluir tratar-se de uma freguesia peri-urbana em relação à cidade da Covilhã. Ou seja, um aglomerado urbano da periferia da Covilhã que para além do cariz urbano integra, paralelamente, um cariz rural ao qual não é alheio o facto de se encontrar na transição da cidade para o meio rústico.

Assim, verifica-se a existência de 5 estufas (Planta 12 e ex. imagem 51) o que demonstra a possibilidade de potenciar mais investimento nesta área, quer pelas condições singulares do clima local quer pelo potencial de plantio de espécies lucrativas, muitas delas endémicas desta região, como por exemplo o famoso tubérculo, cherovia.

Existe ainda a possibilidade de serem aplicadas exigências dos quadros, nº9 quanto ao contacto da população com a natureza, nº18 quanto à participação da população no plantio agrícola, ou o nº22 relativo a questões como o regadio, apresentados entre a página 84 e 94. Ora, pela colaboração da população nestas tarefas seria possível contribuir para uma mais eficaz integração social em contacto com os elementos naturais. Consequentemente, contribuir-se-á para criar momentos de lazer e convívio.



m) Planta 13: Garagens independentes das habitações

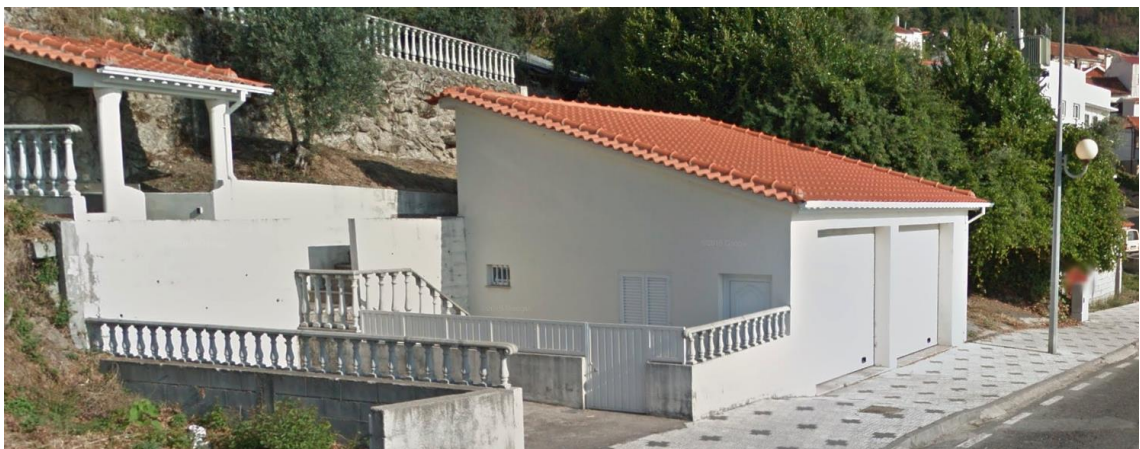
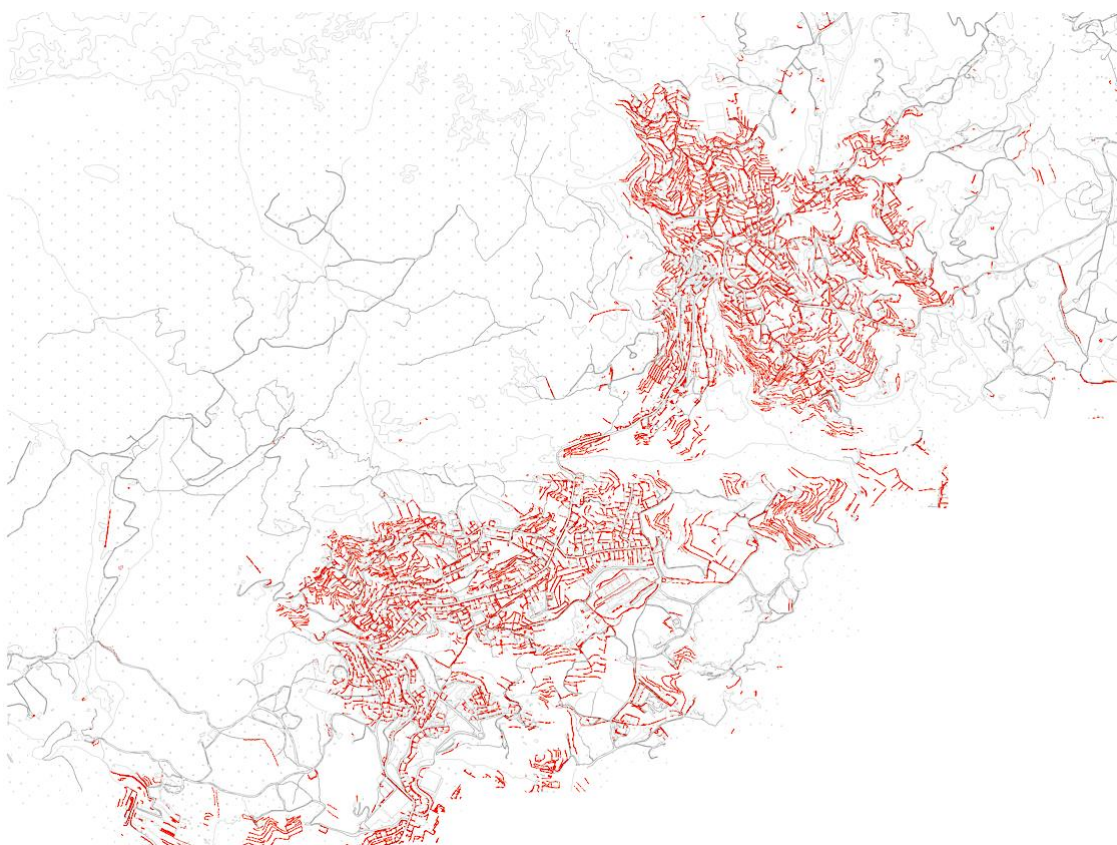


Imagem 52: Fotografia de um par de garagens, junto à estrada na via principal, Av. da Filarmónica Recreativa Carvalhense - Vila do Carvalho

Dada a morfologia urbana do local, de ruas estreitas e sinuosas e de casario compacto, verificou-se que eram escassos os locais disponíveis junto às habitações para a construção de garagens. Consequentemente, foram sendo procurados locais alternativos, frequentemente afastados da habitação. Assim, apresenta-se a planta com a ilustração da existência de 83 garagens independentes (Planta 13, ex. imagem 52), construídas desanexadas das edificações habitacionais, com o propósito dos habitantes terem locais para poderem guardar os seus veículos, uma vez que como as ruas são estreitas e as cérceas de construção são baixas, acaba por ser necessário construir edificação com o único fim de serem garagens.

Com este facto existem menos carros na via pública, ainda assim principalmente a via principal como já referimos, torna-se caótica por haver carros estacionados de ambos os lados, sem ordenação, sendo que, sem a existência de passeios os carros ocupam o lugar dos peões na estrada. Considera-se que este é um dos pontos mais críticos da requalificação urbana necessária nesta freguesia. E com o objetivo final de torná-la mais apetecível para quem já cá vive, como para interessados em mudar de localização e encontrem aqui o equilíbrio que precisam.



n) Planta 14: Muros de apoio, suporte ou vedação União de freguesias



Imagem 53: Fotografia de dois muros de suporte, inferior e posterior, junto à estrada na, Rua do Cruzeiro-Vila do Carvalho.

Os Muros de suporte, como podemos ver na (planta 14 e ex. de imagem 53) assumem um papel importante na imagem da freguesia, uma vez que existem em grande escala, construídos para suportar os declives acentuados, e para assim ser possível promover construção nesta zona.

Como proposta enquadrada na valorização do espaço, considera-se que seria uma boa proposta, serem pintados muros com pinturas alusivas à história deste local desta região, criando um roteiro que promovesse a visualização desses murais. Apesar de já terem sido pintados alguns murais alusivos ao evento *Mysteria*, poderiam completar-se com outros, em outro locais.

Podendo aplicar-se algumas das exigências apresentadas nos quadros, nº6, nº7, nº8, nº9, nº10, apresentadas respectivamente em: (Alves: 2003: 271-274) (ver ponto 5.2) entre as páginas 79 e 90.



o) Planta 15: Passeios



Imagem 54: Fotografia de passeio, junto à estrada na, Rua do Cruzeiro-Vila do Carvalho - fonte: google maps



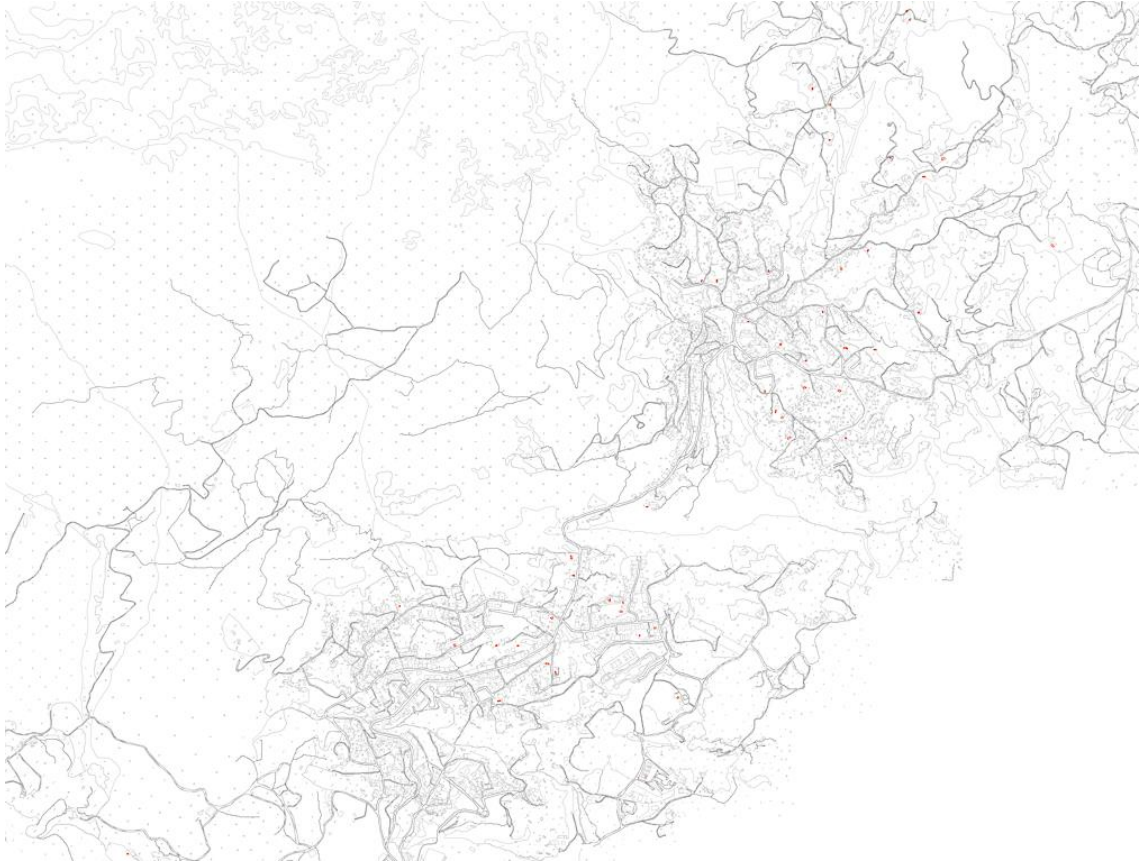
Imagem 55: Fotografia de ausência de passeio, junto à estrada na via principal, Rua 30 de Junho-Cantar Galo - fonte: google map.

Como é explícito na Planta 15 e pela observação do local (Imagem 54 e 55), aqui ilustrada, os passeios são quase inexistentes por toda a Freguesia, e os poucos que existem não cumprem nem em largura, nem na forma os requisitos exigidos. São frequentemente ocupados por árvores e mobiliário urbano, o que diminui o espaço livre de circulação, sem cumprir as necessidades de utilização em segurança. Por exemplo na rua do Cruzeiro (importante por estabelecer a ligação entre Cantar-Galo e Vila do Carvalho) e na rua da Filarmónica os passeios podem ser considerados confortáveis para a circulação pedonal, pois têm uma largura de cerca de 1 metro e 2,80 metros respetivamente. Na rua 30 de junho, que atravessa a zona mais densamente edificada da união de freguesias em Cantar-Galo, os passeios têm a largura entre 0,40 metros e 0,90 metros de apenas um dos lados, pois do lado oposto da via de circulação, não existem passeios (imagem 55).

Considera-se que deveria conjuntamente com a obra de remodelação da via principal, já proposta por nós, serem construídos também passeios em toda a via principal. Com a marcação de estacionamento fixo e até com a colocação de nova sinalética caso assim fosse necessário. Considera-se ainda que devem ser aplicadas as exigências dos quadros, n.º11, n.º15, apresentadas respetivamente em: (Alves: 2003: 275-277) (ver ponto 5.2) entre as páginas 79 e 90.

5.3.2 Piscinas, infraestruturas, edifícios administrativos e monumentos

- **a)** Piscinas legalizadas
- **b)** Postes de iluminação
- **b)** Postes de telecomunicações
- **c)** Postes de eletricidade e postos de transformação (PTs)
- **d)** Edifícios Administrativos, Juntas de Freguesia
- **e)** Estátuas Existentes
- **f)** Mercado da Freguesia e Gimnodesportivo



a) Planta 16: Piscinas legalizadas



Imagem 56: Fotografia Aérea de 5 das 51 piscinas legalizadas. - Fonte: Google Maps

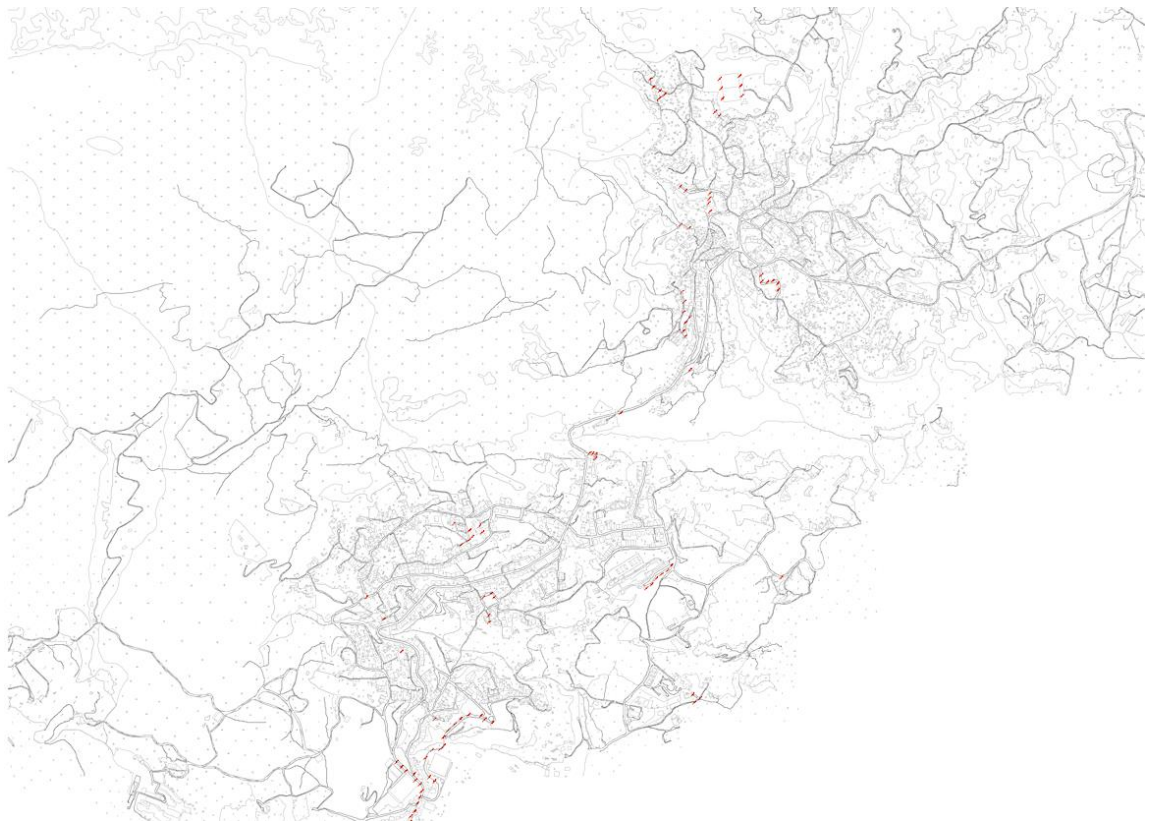
As piscinas existentes na freguesia são 51 como se pode ver na (Planta 16 e na imagem 56), constituindo estas, para quem as tem, um fator positivo, no sentido em que valorizam as casas e a sua vivência. Os proprietários podem, assim, desfrutar de um espaço próprio de lazer, conjugado com uma localização desprovida de poluição em que o ambiente e a proximidade com a natureza e as vistas da serra tornam esta uma grande mais valia.

Contudo, a construção de uma piscina nesta localidade não é fácil: em primeiro lugar porque as construções estão limitadas por causa do PDM e depois porque o IMI local acresce em muito os impostos pagos pela propriedade.

Considera-se que para que esta zona, de paisagens tão deslumbrantes, possa ser ainda mais aproveitada por quem cá vive como por quem para cá queira viver, poderia ser criada numa das inúmeras bacias hídricas da ribeira da freguesia situada na zona da Vila do Carvalho, um espaço dedicado à população residente e também para os que cá trabalham, por forma a poderem ter esse privilégio garantido com o facto de cá estarem.

Para tal, teriam de ser melhorados os acessos às demais bacias hídricas, para que os não residentes pudessem vir e desfrutar deste local tão rico em paisagens e, desta forma, poder ter experiências de turismo da natureza.

Este poderia tornar-se, também, num atrativo para residentes se fixarem nesta localidade.



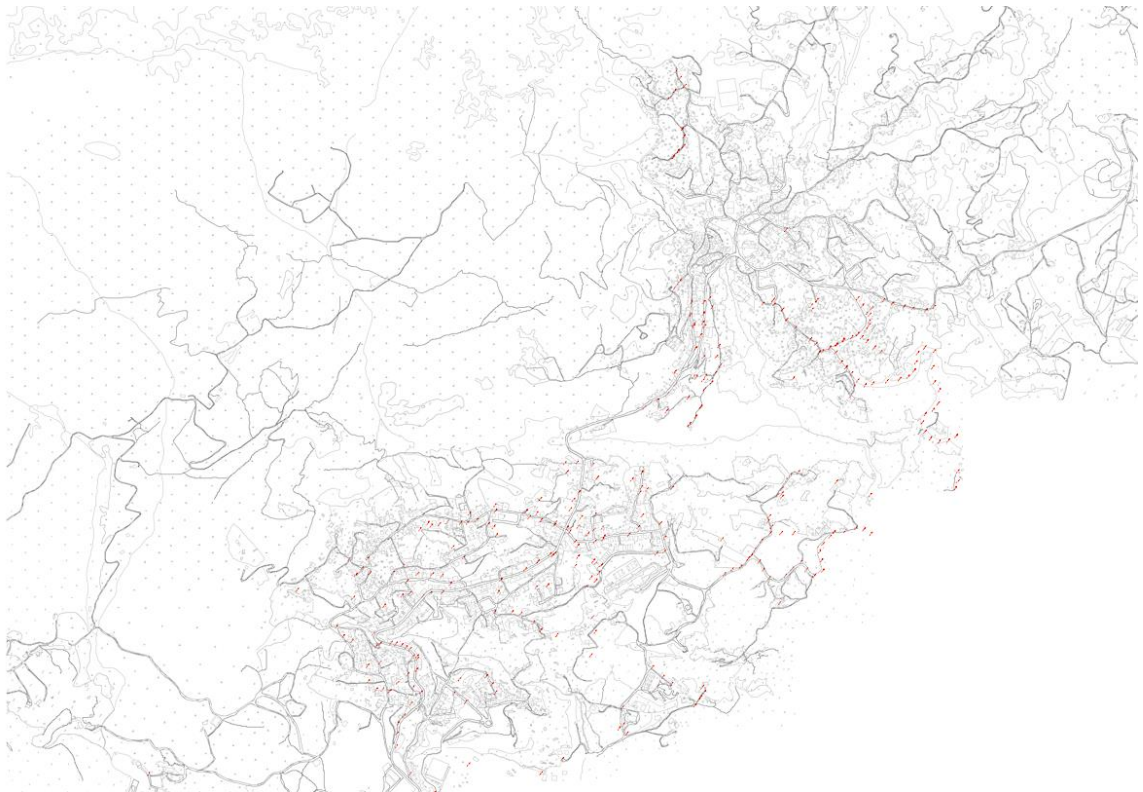
b) Planta 17: Postes de iluminação

Os postes de iluminação, como se pode verificar na (Planta 17), ainda não cobrem maior parte da zona urbana da freguesia sendo fundamental que estas zonas sejam estudadas no que toca à iluminação adequada do espaço.

Este é um ponto fundamental apontado pelos autores que temos vindo a falar, pois a “segurança” é uma das principais características que uma cidade deve ter.

Com a existência de passeios, ruas ordenadas e uma boa iluminação noturna, estes fatores juntos são muito impactantes, na imagem da União de freguesias.

Esta deveria ser uma das prioridades, que também foi apontada pelos populares que participaram na conferência por nós realizada.



c) Planta 18: Postes de telecomunicações

Em relação às telecomunicações, acesso a internet e banda larga, a União de freguesias tem uma boa acessibilidade como se pode ver a sua distribuição na (planta 18). No entanto, para o seu desenvolvimento sustentável, será necessário implementar, em breve, um sistema de rede pública wi-fi, em banda larga, como adotou o município da Covilhã, em locais públicos, ou a freguesia de Boidobra.

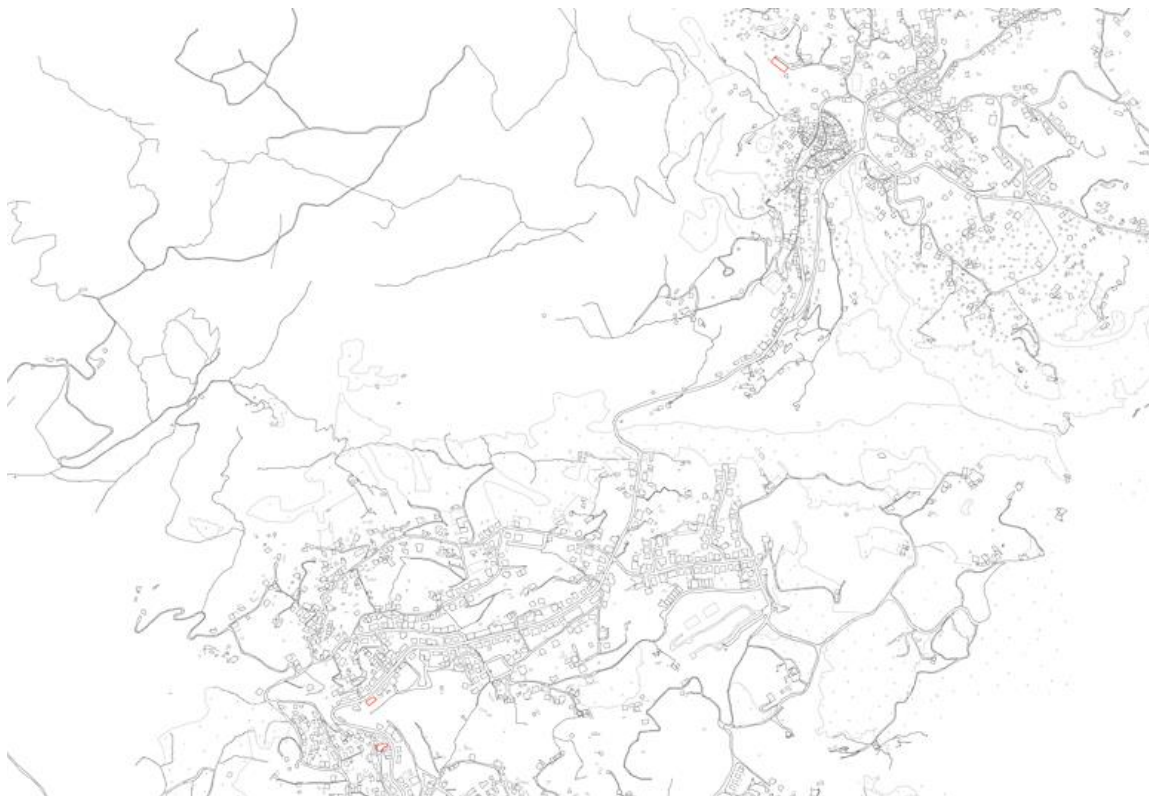
Aliás, como afirma o Arquiteto Gonçalo Furtado, numa entrevista que deu para a revista ARQ, “nos dias que correm, a arquitetura lida com múltiplos sistemas infraestruturais. A cidade surge vista como

um entremeado de fluxos e interações expandidas, e as redes eletrónicas poderão ajudar-nos a assegurar a sobrevivência da metrópole.”, sendo que a gestão das cidades é feita, mais do que nunca a nível “global” tal como afirma Manuel Castells, isto é, a nível local e global, pois vive-se na era da informação.



d) Planta 19: Postes de eletricidade e postos de transformação (PTs)

Em termos de ligação à eletricidade, a freguesia está toda coberta não havendo zonas de habitações fora da malha de eletrificação, ainda que existam as referidas zonas pouco iluminadas (planta 19). Este facto vem a facilitar a habitação dos vários locais da União de freguesias, promovendo a segurança noturna e a possibilidade de utilização das vias em horário noturno.



e) Planta 20: Edifícios Administrativos, Juntas de Freguesia



Imagem 57: Fotografia da sede da Junta de Freguesia situada na Vila do Carvalho no Largo do Centro Cívico-Vila do Carvalho



Imagem 58: Fotografia da sede da Junta de Freguesia situada na Vila do Carvalho na Rua 30 de Junho-Cantar Galo

No total são 3, o número de edifícios administrativos pertencentes ao poder local, como se pode ver na (planta 20 e ex. imagens 57 e 58). Na sua maioria aproveitados para sediar serviços da junta de freguesia, à exceção do edifício da antiga sede da junta de freguesia de Cantar Galo, que foi convertido em Ateliê para desenvolvimento artístico.

Propõe-se a máxima rentabilização dos edifícios administrativos, para que estes não se tornem em “monos”. Sendo que estes têm um papel importante na sua função, pelo elo de proximidade entre a população e o poder local, sendo, portanto, uma referência social para a comunidade.



f) Planta 21: Estátuas Existentes



Imagem 59: Fotografia de estátua situada junto à ribeira na Rua 30 de Junho-Cantar Galo



Imagem 60: Fotografia de estátua situada junto à ribeira na, Rua Professor Salcedas Pais-Vila do Carvalho

Estas 2 estátuas que podemos localizar na (planta 21 e ver nas imagens 59 e 60) foram criadas no âmbito da festa bianual, a Mysteria, que já foram referidas. Foram criadas com o intuito de poderem ser consideradas Landmarks da freguesia, pontos de referência e de visita turística. Através delas e das demais e já referidas pinturas urbanas alusivas a esta mesma temática e espalhadas por toda a União de Freguesia, criam assim um museu a céu aberto, uma galeria de arte sem porta nem cadeado. Potenciando assim a visibilidade da Freguesia e estando enquadradas no meio urbano. Estas referências são importantes para ajudar a criar valor para um local. Considera-se que, em obras públicas futuras, dever-se-ia dar mais ênfase à possibilidade de criar, construir edifícios, pontos de passagem e de descanso e lazer, que pela sua arquitetura e design possam ser considerados pontos de maior relevância. Trata-se de criar elementos marcantes que contribuam para reforçar a identidade do local no imaginário coletivo.



g) Planta 22: Mercado da Freguesia e Gimnodesportivo



Imagem 61: Fotografia do Mercado Municipal situado na Vila do Carvalho na Rua do Centro Cívico-Vila do Carvalho



Imagem 62: Fotografia do Gimnodesportivo situado, na Rua do Centro Cívico-Vila do Carvalho

Verifica-se que um dos principais equipamentos sociais da Vila do Carvalho poderia ser o Mercado. Contudo, este edifício não exerce as funções de elemento marcante como poderia exercer. Isto por que o mercado da freguesia como apresentado na planta 22 (ex. imagem 61 e 62) está subaproveitado, pois tem inúmeros espaços que não estão a ser utilizados. Uma observação *in loco* revela que apenas 5 espaços (3 de venda de queijo, 1 de venda de roupa e outro de venda de fruta) estão ocupados como locais de venda. Assim, o mercado poderia ter um papel muito mais importante na vivência do espaço urbano social. Até porque o mercado foi uma questão identificada pela população aquando da ida ao local. A fraca adesão ao mercado pela comunidade local constitui um problema, pois outrora este equipamento teve uma grande afluência.

Das várias visitas que foram feitas ao mercado semanal de Vila do Carvalho, pode-se concluir que existem várias bancas vazias, sendo que apenas 5 pessoas costumam vender no mercado.

Para resolver esta situação através da requalificação, seria necessário reorganizar o espaço da freguesia para se poder criar e potenciar um mercado forte, que podia não ser inicialmente todas as semanas, mas de quinze em quinze dias. Entende-se que esta proposta traria movimento e desenvolvimento económico para a localidade, criação de emprego e dinamização económica e social. O bom uso deste espaço público e a sua organização transformariam a forma como as pessoas o encaram e vivenciam.

Poderiam também criar-se sinaléticas especiais e mensagens criativas que atraíssem mais as pessoas a querer conhecer e utilizar esse espaço.

O Gimnodesportivo localiza-se na parte superior do Mercado, sendo os dois um único edifício, como se pode ver (imagem 62). Este polo de promoção desportiva encontra-se fechado e com uma utilização muito, muito esporádica. Este é um dos casos que em termos de requalificação, seria muito mais vantajoso ser convertido em algo com mais possibilidades de utilização como por exemplo um hostel, ou um turismo rural, aproveitando a proximidade com a conhecida, ribeira da aldeia.

5.3.3 Espaços de cultura e lazer

- a) Campos de futebol



a) Planta 23: Campos de futebol



Imagem 63: Fotografia de, Campo de Futebol situado, na Rua do Sítio da Quinta de Formiguinha-Vila do Carvalho



Imagem 64: Fotografia de, Campo de Futebol situado, na Rua Primeiro de Maio-Cantar Galo

São 5 os campos polidesportivos da União de Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho como (planta 23) demonstra o diagnóstico efetuado, 2 deles apresentados nas imagens 63 e 64, que têm sido utilizados para a prática de futebol, mas que poderiam servir para outras modalidades. Um desses campos, o maior, tem 1 hectare, mas não se encontra relvado, estando o seu piso em terra. Este poderia ser reabilitado e serem construídas bancadas facultando a prática de várias modalidades desportivas, pois tem a vantagem da sua vasta área e de estar localizado a cerca de 850 m de altitude. Este factor permite a adaptação dos atletas à altitude, o que poderá constituir uma vantagem do local. Outros dois têm relva sintética no seu piso e os restantes estão cimentados em betão armado.

Os campos de futebol, fruto da baixa natalidade e da população ser cada vez mais envelhecida, são pouco utilizados. Ora, de acordo com os Censos 2011 de um total de 1741 residentes na Vila do Carvalho, 26% tem mais de 65 anos, enquanto que em Cantar-Galo de um total de 2233 residentes, a população é um pouco menos envelhecida, pois são 21% os que registam 65 ou mais anos.

Por esse motivo, considera-se que nesta proposta de requalificação urbana os campos deveriam ser utilizados para outro fim que não o de apenas jogar futebol. Três dos cinco campos, deveriam ser convertidos em novas atividades, tais como pista de karts, pista para carros telecomandados a motor, ténis entre outros, que em todo o caso são os desportos com maior ascensão nos últimos anos e em que a idade dos participantes é mais ampla. Existe ainda a possibilidade de criar um parque de campismo no campo de futebol de 11 do Carvalhense Futebol Clube. Considera-se que os campos atualmente de futebol são ainda bons locais para realizar festejos, festas da aldeia, em casos como o desta freguesia onde não existir um largo ou uma praça para esse efeito.

Refira-se por último que a população ativa na Vila do Carvalho representa 60% da população total ou seja 1031 dos 1741 residentes. Enquanto que em Cantar-Galo este valor ligeiramente mais elevado é de 64% da população de um total de 2233 residentes.

5.3.4 Serviços de apoio

- a) IPSS ou Centro para Idosos
- b) Creche/Infantário/Pré-Escola
- c) Escolas



a) Planta 24: IPSS ou Centro para Idosos



Imagem 65: Fotografia de Centro Social Nossa Senhora da Conceição, situado na Rua Júlio Morgado Durão Gomes-Vila do Carvalho.

Existe apenas uma IPSS a servir a União de Freguesias, como demonstra a planta 24 (e imagem 65), mas já foram 2 os centros sociais de apoio a idosos. Como verificado no ponto 5.3.3 a população mais

idosos representa cerca de 13% e 17% respetivamente em Cantar-Galo e Vila do Carvalho. Assim, esta estrutura é muito importante, quer seja a nível social e de apoio às famílias, como para as valências que esta proporciona às freguesias contíguas.

O Centro Social Nossa Senhora da Conceição veio a reabilitar um antigo armazém que, como já referimos, estava projetado para ser um infantário. Esse armazém era um edifício bastante degradado, tal como afirmam os residentes da freguesia de Vila do Carvalho. Portanto, esse edifício deu lugar a um novo edifício, mais moderno e que, uma vez construído, embelezou o espaço, esteticamente.



b) Planta 25: Infantário/Pré-Escola



Imagem 66: Fotografia da Pré-escola, situado na, Rua Professor Salcedas Pais-Vila do Carvalho

Outra das valências, consideradas muito importantes pela população, são as Creches e Infantários. Cada vez mais, as famílias precisam de apoio para a educação das crianças. São sinónimos de bebês e crianças pequenas. Existem 2 infantários/pré-escola nesta União de Freguesias, como é possível ver na (planta 25, ex imagem 66) 1 localizado em Vila do Carvalho, outro em S. Domingos. Existindo condições excepcionais para que as crianças sejam colocadas aqui neste infantário e pré escola, havendo um ensino diferenciado e com acesso a atividades privilegiadas pelo local, fruto também da requalificação urbana, onde podem ser criadas zonas de utilização comum, de plantio, de anfiteatro ao ar livre em que os mais velhos podem contar aos mais novos as suas histórias, onde se podem criar iniciativas sociais e de partilha, são fatores que atraem as pessoas a fixarem-se nos sítios.

Com estes fatores todos trabalhados a capacidade de captação aumenta, porque é mais um conjunto de condições positivas no momento de alguém escolher viver num local. Consideramos ainda que devem ser aplicadas as exigências dos quadros, nº8, nº9, nº10, nº12, nº18, apresentadas respetivamente em: (Alves: 2003: 273-279) (ver ponto 5.2).

São 2 os parques infantis instalados na União de freguesias: 1 situado em Vila do Carvalho, anexo às escolas da freguesia e o outro situado na estrada principal que liga Cantar-Galo a Vila do Carvalho, no centro cívico, como se pode constatar de (planta 25)

Estes espaços encontram-se um pouco degradados, nomeadamente o parque infantil de Vila do Carvalho, em que os equipamentos estão gastos e não se mostram muito seguros. Deveriam ser substituídos por equipamentos ecológicos e mais modernos.



c) Planta 26: Escolas



Imagem 67: Fotografia da Escola Primária, situado na, Rua Professor Salcedas Pais-Vila do Carvalho.

Existem 3 escolas na União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho: uma escola primária em Vila do Carvalho; outra localizada em S. Domingos, mas já encerrada; e a Escola Básica de São Domingos (planta 26 e ex. imagem 67).

A Escola Básica de Vila do Carvalho está na eminência de encerrar, por ter inscritos apenas 3 alunos, à data presente. Este fato pode não ser benéfico para a freguesia de Vila do Carvalho, embora a escola mais próxima e que pertence à União de Freguesias, se situar a 2 km.

A encerrar esta escola, teria de pensar-se numa alternativa para o reaproveitamento do edifício e não ficar, este, abandonado.

A escola primária de São Domingos encerrada poderia ser aproveitada para se transformar num espaço público cultural, por exemplo um centro interpretativo ou museu.

5.3.5 Edifícios de Culto

- a) Capelas e igrejas
- b) Cemitério



a) Planta 27: Capelas e igrejas



Imagem 68: Fotografia da Igreja Nova, situado na, Rua Professor Salcedas Pais-Vila do Carvalho



Imagem 69: Fotografia da Capela de São Domingos, situado na Rua de São Domingos-Cantar Galo

As capelas e igrejas da Freguesia são 4 como se pode analisar na (planta 27) e para os que aqui habitam pontos de referência, pois esta população é muito ligada à religião.

Estes edifícios como se pode constatar na (imagem 68 e 69) vão sendo remodelados com o apoio das populações que dão os seus contributos monetários às comissões paroquiais, para o efeito.

Existe ainda na Vila do Carvalho, uma casa Paroquial, que em tempos serviu para viver o pároco que ,estava afeto a esta região. Contudo, com o tempo viu-se degradada, devendo na nossa opinião, por ser um ponto de referência histórica, pois ali havia um teatro, uma pequena sala de espetáculos com um palco e um pequeno anfiteatro, ser requalificada e ser-lhe dada a função original na parte de habitação e na parte do anfiteatro criar algo novo, como por exemplo uma biblioteca local, ou um museu das tradições e das associações desta Freguesia.



b) Planta 28: Cemitério



Imagem 70: Fotografia do miradouro junto ao Cemitério, situado na, Rua Maria Rosa Carvoeira-Cantar Galo

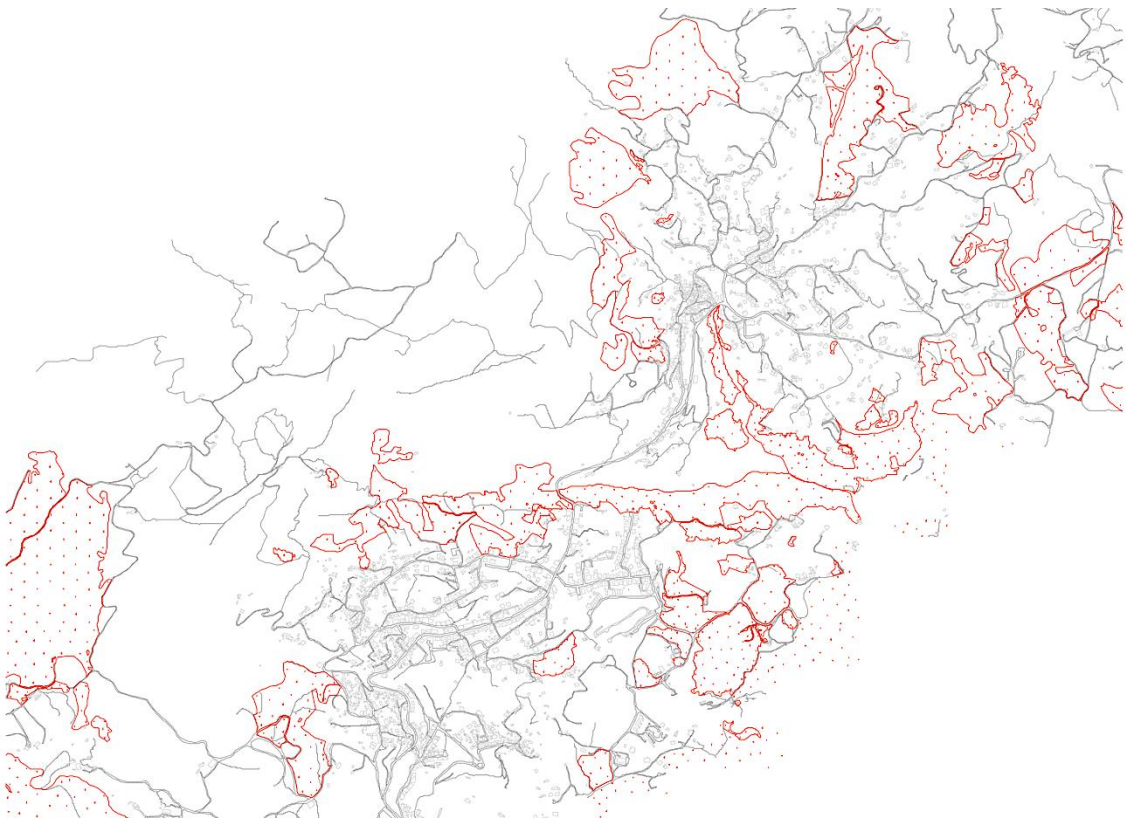
Existe 1 cemitério como se pode ver na (planta 28) que contempla as duas freguesias e, este, é um dos locais que deveria ser também requalificado, apesar de ter um miradouro muito bonito junto ao mesmo como se pode ver na (imagem 70), pois este é pequeno e não comportaria um aumento de população na freguesia neste momento, o que a médio/longo-prazo traria mais solicitação deste.

A nossa proposta é que se deveria ampliar o cemitério e para isso estudar o que pode e deve ser feito nesse sentido, pois existe terreno quer acima, quer abaixo do local em questão.

5.3.6 Espaços Verdes e naturais

Quanto aos espaços verdes e naturais foram analisados os seguintes aspetos:

- a) Áreas florestais contíguas ao espaço urbano
- b) Árvores de embelezamento urbano
- c) Mato em torno da malha Urbana da Freguesia
- d) Linhas de água, aduas existentes
- e) Regadio de hortas
- f) Ribeiras (Ribeira da Lapa; Ribeira do Pernal e Ribeira de Cantar-Galo)
- g) Olivais
- h) Zonas de pastos e culturas



a) Planta 29: Áreas florestais contíguas ao espaço urbano

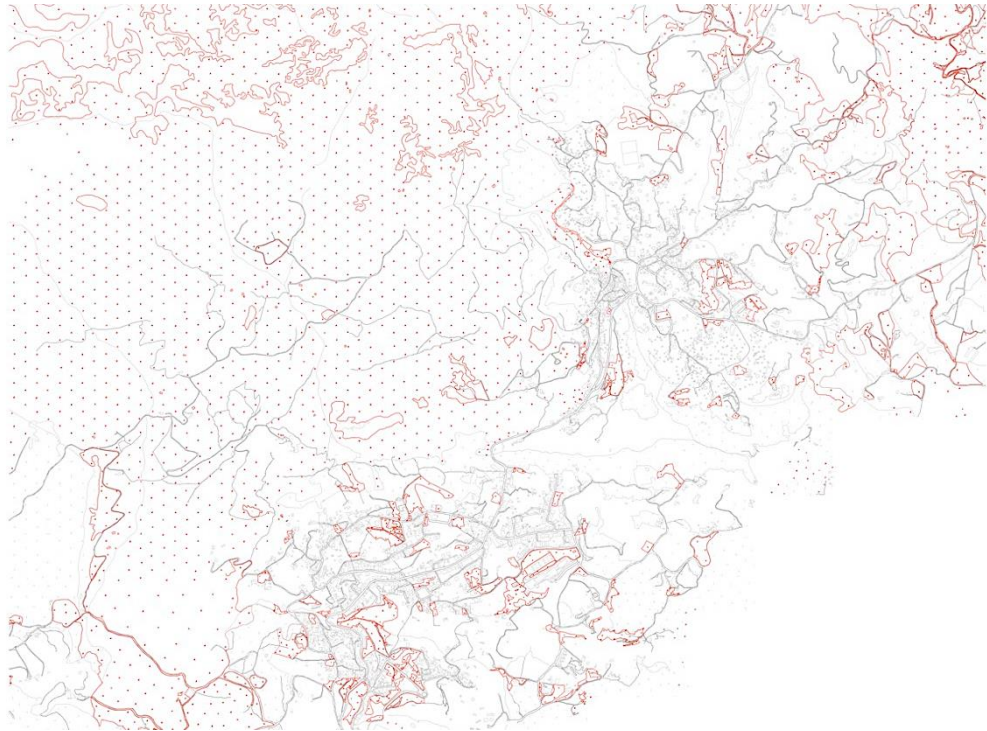
Estas áreas florestais apresentadas na (planta 29) têm uma relevância significativa no enquadramento estético desta freguesia. A proximidade com a natureza é flagrante. A necessidade no que toca à requalificação é que seja feita a sua limpeza o mais regular possível, para que esses espaços possam ser utilizados e ao mesmo tempo transmitirem confiança e segurança aos seus habitantes. Esta é também uma das ideias referidas por Lynch, por Cullen e Alves. Como se pode observar, através da análise da planta anterior, os espaços florestais ocupam uma área relevante de aproximadamente 415,39 hectares.



b) planta 30: Árvores de embelezamento urbano

Considera-se que na Freguesia a Vila do Carvalho está suficientemente dotada de árvores de embelezamento urbano como se pode ver na (planta 30), (zonas a vermelho do lado direito), já em relação a Cantar-Galo, esta freguesia encontra-se muito desprovida de arvoredo de embelezamento (assinalado a vermelho ao centro e mais abaixo na planta).

Deveria ser feito um estudo paisagístico para que fossem indicadas zonas que pudessem ser arborizadas pela junta de freguesia e município.



c) Planta 31: Mato em torno da malha Urbana da Freguesia

Todo o mato em excesso em torno da malha urbana deveria ser removido, pois é considerado de “zonas de alta perigosidade de incêndio”, o que a continuar a existir na quantidade que existe torna-se um ponto negativo e de transmissão de insegurança à população. Como se demonstra na (planta 31).

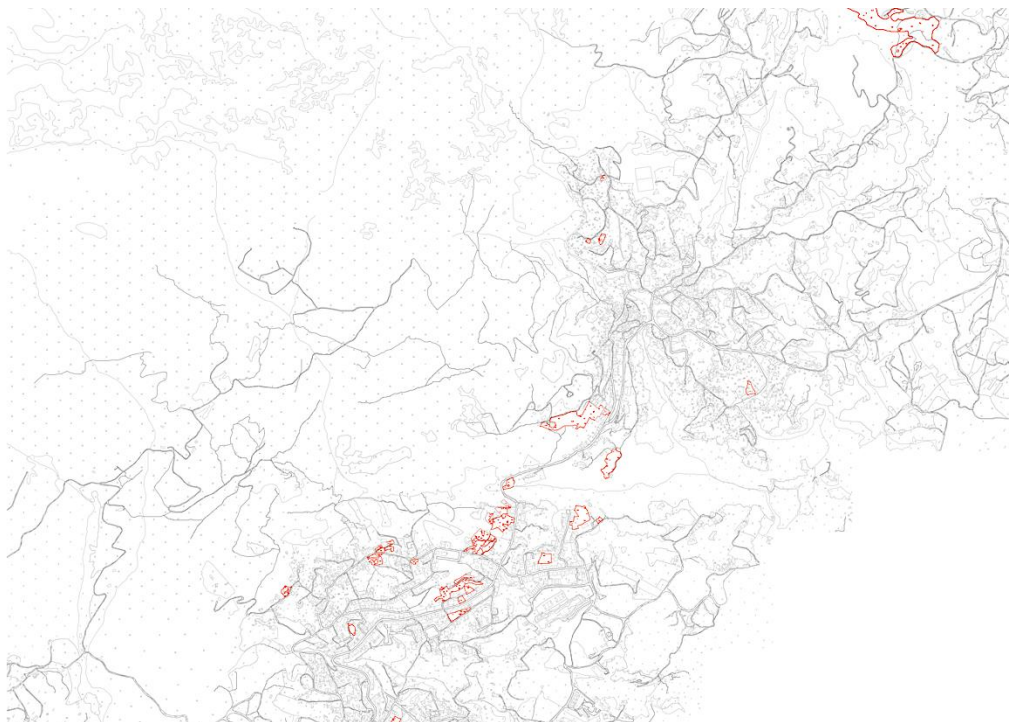


d) Planta 32: Linhas de água, (Aduas) existentes

As linhas de água que observamos na (planta 32), que fazem parte das ribeiras e de nascentes, são uma das forças motrizes da União de freguesias, no seu passado e para o presente. (No passado, constituíram, até, motivos de lutas.)

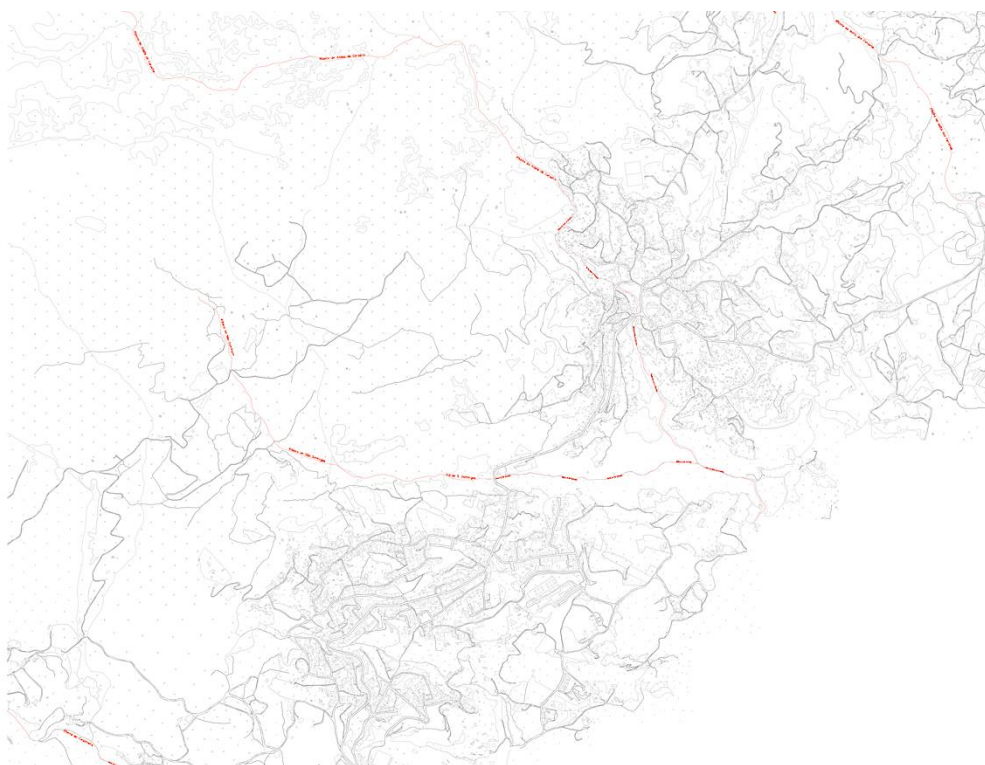
A água para regar tem um valor incalculável para estas pessoas que usufruem de águas e partilhas, para poderem regar os terrenos agrícolas cultivados.

Considera-se que, deveriam ser cartografadas e conhecidas, de forma mais pormenorizada, estas linhas de água, pois os que as conhecem cada vez são menos e será algo que se perderá no longo prazo. Considera-se ainda que, dentro do plano da requalificação deveriam ser renovadas e sinalizadas as suas condutas naturais e a tubagem, sendo até possível dessa forma promovê-las turisticamente, através das rotas das águas de nascentes.



e) planta 33: Regadio de hortas

Estas são as hortas identificadas dentro do núcleo urbano (planta 33), que usufruem do exposto no ponto anterior. Sendo de elevado valor social a existência destas hortas. Em termos urbanísticos, conciliadas com outros dos pontos fortes a trabalhar nestas propostas de requalificação, com esta existência o todo fica mais valorizado. Consideramos que deveriam ser criadas hortas sociais, com possibilidade de existir também espaço social para criar galinhas por exemplo, através da construção de capoeiros ao ar livre. Sendo este mais um ponto de grande interesse no momento de escolher onde viver, pois principalmente para pessoas que vêm do litoral, tudo isto é novidade e ganha um valor ainda mais acentuado. A diversidade de elementos e hábitos ligados à natureza e ao seu riquíssimo apelo humano por tudo isto, eleva o interior do Portugal a um nível de equilíbrio natural, em que se pode ter uma qualidade de vida muito acima da média de qualquer grande cidade, mais ainda do litoral do país.



f) planta 35: Ribeiras (conhecidas como)

Como já referimos, são 4 as ribeiras que atravessam a União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho, como se pode observar na (planta 35), com os seus caudais e que vão desaguar ao Rio Zêzere. Sendo estes pontos de referência e lazer da freguesia, conhecidos estes cursos como (Ribeira da Aldeia) e (Ribeira de Cantar Galo). As ribeiras assumem um papel fundamental como captadoras de pessoas para esta região, como visitantes, turistas!

Sendo que em primeiro lugar a sua requalificação e segundo a sua promoção seria de grande valor para a captação de população. São locais de inclusão únicos, onde se imerge na natureza e de forma quase primitiva, o que faz revitalizar os nossos genes primitivos e gostar tanto de contemplar estas maravilhas da natureza.



g) planta 36: Olivais

A existência de olivais (planta 36), vem reforçar a qualidade do local. Considera-se que o uso de oliveiras como árvores de embelezamento urbano seria uma excelente escolha assim como os carvalhos, sendo árvores que se dão bem a esta altitude e que criariam uma homogeneidade muito importante na ligação do espaço e para o seu equilíbrio visual.

Para além de que, os carvalhos deram o nome à freguesia de Vila do Carvalho.



h) planta 37: Zonas de pastos e culturas

Estas são zonas identificadas como sendo zonas possíveis de serem cultivadas e utilizadas ainda no apoio à criação de bom pasto para os rebanhos, como se pode ver na (planta 37). Acredita-se que a potencialização da imagem da freguesia faria com que aparecessem novamente pessoas com vontade de agarrar a pastorícia, pois cada vez há menos pastores. Acredita-se ainda que com a requalificação urbana é possível através destas zonas de cultivo e pasto, potenciar o aparecimento desses novos rebanhos e consequentemente de novos pastores, pastores profissionais, com contrato de trabalho e não a tomar conta das suas próprias ovelhas e cabras.

Uma zona com ligação à história da transumância, requalificadas, com bons percursos pedestres ligados a essas rotas, com bons acessos, com os espaços públicos organizados. Tudo isto conciliado com outros dos projectos e propostas já apresentados.

5.4 Síntese

A União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho encontra-se situada num local privilegiado, por natureza, tendo um vasto património natural, muito rico e que pode ser aproveitado, de diversas formas para exploração turística. Por outro lado, o património físico existente é passível de ser requalificado e o espaço público poderá ser melhorado, a fim de satisfazer as necessidades da população e a sua qualidade de vida. Neste sentido, o PDM deverá ser revisto, para que a nova construção possa ser viável, de modo a atrair pessoas a fixarem-se nesta localidade e, assim, usufruir dos equipamentos de cariz social presentes na freguesia.

Os terrenos e campos agrícolas e florestais inutilizados poderão ser explorados para a agricultura, aproveitando os regadios e desenvolvendo uma agricultura ecológica, aproveitando os recursos naturais. Propõe-se também a produção de produtos endógenos e saudáveis, que se tornem diferenciadores no mercado de alimentos, e que possam abastecer os mercados locais. Também as cadeias de restauração poderão beneficiar desta oferta, criando um circuito de escoamento local, desenvolvendo a economia, gerando emprego e fixando as pessoas nas freguesias e arredores. Consequentemente, contribuir-se-á para inverter a tendência de despovoamento.

O número de ruínas, representa 4,3% (tabela 15) do número total de edifícios da freguesia. Para além destes, as barracas e anexos, levam a crer que existem edifícios inutilizados, o que contribui para uma imagem negativa na União de freguesias, especialmente nas ruas onde se encontram, sendo que correspondem a 2,27% de barracas e 14,29% de anexos. Estes espaços necessitam, pois, de ser requalificados e reorganizados, fazendo-se uma triagem para que se possa perceber quais os casos em que poderá ser o poder local a resolver as situações, ou os privados. Alguns poderão ter de ser demolidos, reaproveitando os espaços deixados livres para outros fins, destinados à cultura, ao encontro e ao lazer.

A reorganização do trânsito, foi outros dos aspetos primordiais diagnosticados na análise deste capítulo. Por exemplo, numa das vias principais da União de freguesias, a rua 30 de junho, torna-se fundamental resolver este aspeto, requalificando a morfologia urbana, criando maior fluidez, quer para os peões quer para o trânsito automóvel. Uma estética arquitetónica dos edifícios mais qualificada, contribuiria para melhorar a qualidade de vida quotidiana. Por exemplo, como se pôde constatar, a intervenção urbana ao nível dos passeios, especialmente vias e caminhos mais utilizados, contribuiria de forma decisiva para a melhoria da mobilidade, nomeadamente entre a população mais idosa, incentivando-a a sair de casa, conviver e fruir o espaço público. Sendo que neste aspecto é em Cantar Galo, na via principal, que se encontra o caso mais urgente de resolução, pelo caos urbano de veículos automóveis estacionados à deriva, ocupando e obstruindo quer os passeios, quer as faixas de rodagem.

Conclui-se ainda que deverão ser criados elementos marcantes de embelezamento da malha urbana, contribuindo para a sua boa forma, numa imaginabilidade' positiva e para melhorar a paisagem urbana, *in situ*. Por fim, os espaços naturais, como a ribeira, deverão ser requalificados para que possam ser lugares acessíveis a todos e atrativos turisticamente.

Entre todos estes aspetos conclui-se que a União de Freguesia Cantar-Galo e Vila do Carvalho, não necessita (teoricamente) de novas habitações, porque existem 2,5 fogos por cada família. Contudo, há famílias que não têm casa própria como também há outras que têm mais que uma habitação. Assim, uma reavaliação do mercado imobiliário de modo a diversificar as tipologias habitacionais, disponibilizar os imóveis devolutos no mercado e arrendamento e garantir um segmento de oferta a custos controlados, poderiam ser medidas a tomar.

Verificou-se ainda que os edifícios sociais, equipamentos institucionais e religiosos, representam somados menos de 1% do total de edifícios da União de Freguesias, e que os imóveis em ruínas e barracas representam menos de 7% do total (ver tabela seguinte). Sendo que estes edifícios pouco qualificados do ponto de vista arquitectónico e estético têm ainda assim um impacto relativamente negativo na imagem da União de Freguesias, uma vez que representam uma pequena percentagem no conjunto da União de freguesias em estudo.

Tipo de Edifício	Nº de Edifícios	Percentagem
Ed. Habitáveis	4102	76,95 %
Ed. Anexos	762	14,29 %
Ed. Ruínas	229	4,30 %
Ed. Barracas	121	2,27 %
Ed. Garagens	83	1,56 %
Ed. Industriais	12	0,23 %
Ed. Armazéns	11	0,21 %
Ed. Administrativos	3	0,06 %
Ed. Escolares	3	0,06 %
Ed. Religiosos	3	0,06 %
Ed. em Construção	2	0,04 %
Total de Edifícios Habitáveis Vila do Carvalho	2178	53 %
Total de Edifícios Habitáveis Cantar Galo	1924	47 %
Total de edifícios	5331	100%
Número Total de Famílias	(707 Vila do Carvalho + 936 Cantar-Galo) = 1643	
Nº de Fogos Por Família - Vila do Carvalho	(2178 fogos/707 famílias) = 3 fogos/família	
Nº de Fogos Por Família - Cantar Galo	(1924 fogos/936 famílias) = 2 fogos/família	
Nº de Fogos por Família	(4102 fogos/1643 famílias) = 2,5 fogos/família	

Tabela 15: Síntese de dados do número de edifícios por uso e número de famílias (Censos 2011) - União de freguesias Cantar-Galo e Vila do Carvalho.

Capítulo 6: Conclusão

O desejo de atingir um meio físico perfeito e um modo de vida mais satisfatório é característico da civilização europeia ocidental, visto possuir força dinâmica e incorporar mudanças e experiências económicas e sociais; e pressupor a ênfase na liberdade e vontade de lutar pelo progresso.

Roseneau, 1998

Ao longo desta dissertação procurou-se compreender de que modo a União de Freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho poderia melhorar em termos urbanos pela requalificação social. O objetivo definido era que a localidade em estudo pudesse encontrar caminhos e sugestões para inverter a tendência de perda de população. E que, paralelamente, conseguisse estabilizar e aumentar o número de habitantes na união de freguesias. Procurou-se através do diagnóstico sobre as mais valias existentes e os seus piores aspectos, propor um conjunto de medidas, por forma a valorizar a imagem da freguesia. E que, conseqüentemente, se possa contribuir para fomentar um maior interesse em habitá-la, fixando famílias.

Como se demonstrou no Capítulo 2, no ponto 2.5 para que seja definida uma “imagem” de um lugar, é necessário que alguns elementos morfológicos que constituem os espaços urbanos, se encontrem bem definidos, claros e simples em termos de leitura, ao nível da percepção por parte de quem vive ou passa por este lugar. Ora, como revelou a revisão da literatura, a percepção que se tem de uma cidade é tão, ou mais bem definida, quanto mais marcantes e distintos forem os seus elementos, que vão formar a imaginabilidade de um local, descrita por Gordon Cullen. Quer dizer a facilidade de leitura do espaço urbano, com a qual o cidadão se identifica e compreende de acordo com o seu sistema de valores, experiência e vivências. Por conseguinte, os lugares marcam pela positiva, ou pela negativa a comunidade residente e os visitantes, atendendo aos elementos definidos por Lynch, a que acresce a composição da paisagem urbana, pelos contrastes nela existente, as texturas, cores ou as formas. Constatou-se ainda que a importância que tem a imagem de uma cidade no dia-a-dia dos cidadãos é um assunto para refletir no contexto do planeamento urbano, sendo que, por vezes, torna-se difícil corrigir aquilo que foi feito e mal pensado (planeado) e decidido no passado.

Relativamente ao estudo de caso, como se verificou no Capítulo 3, no ponto 3.4, conseguiu-se apurar que a Covilhã é considerada uma cidade-média do Interior de Portugal e que as 21 freguesias do concelho são, essencialmente, rurais, à exceção das que se encontram dentro do perímetro urbano da sede do município. Ora, a União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho poderá ser considerada neste contexto, como uma freguesia periurbana, com características da cidade e do espaço rural, localizando-se na transição entre ambos.

A cidade da Covilhã tem vindo a perder população, nas últimas décadas, o que é característico das cidades desta dimensão, localizadas no interior do país, bem como as suas freguesias. Esta cidade tem na sua génese a indústria laneira, que contribuiu para a sua identidade e marca identitária. Assim, a Covilhã foi-se desenvolvendo com o crescimento da indústria têxtil, que apesar de ter estagnado, na década de 1970, com o encerramento de muitas fábricas, a arquitetura da cidade ficou marcada por este tipo de edifício industrial.

A primeira conclusão a destacar deste trabalho de investigação é que qualquer análise de uma zona periférica de uma cidade, como é a União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho não poderá ser despegada de uma referência, ainda que breve à cidade à qual está ligada. É o caso da cidade da Covilhã. Como se pôde verificar no Capítulo 5, ponto 5.3.6, a rota da transumância, associada a zonas

de pastos e culturas agrícolas poderá ter grande importância na dinamização do turismo em Cantar-Galo e Vila do Carvalho.

Como se pôde analisar no Capítulo 4, ponto 4.4, as freguesias em questão têm uma ligação muito forte com a história da sede de concelho. Pelo que, a sua cultura, património e arquitetura estão muito marcadas pela evolução industrial têxtil, uma vez que estas freguesias encontram-se muito próximas da cidade e são freguesias que por se situarem na encosta da Serra da Estrela, se foram desenvolvendo economicamente com a criação de gado, a pastorícia e mais tarde pela instalação de fábricas e operários trabalhadores.

Tal como a Covilhã, também Cantar-Galo e Vila do Carvalho têm as marcas urbanas dos edifícios das fábricas que outrora deram vida e trabalho a estas localidades e às suas populações. Como se pôde verificar, atualmente servem também para outros fins que não os iniciais, sendo que alguns dos edifícios devolutos foram aproveitados para sediar instituições pertencentes ao poder local, ou coletividades e instituições. Na União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho, refira-se o caso dos edifícios de cariz social da Junta de Freguesia, Mercado, Gimnodesportivo e Posto Médico, outrora fábricas de lanifícios. Ora, concluiu-se que esta marca identitária da cidade da Covilhã (onde as fábricas deram lugar à Universidade, entre outras funções), também está presente na malha urbana de Cantar-Galo e Vila do Carvalho. Este subúrbio, acompanha, portanto, a tendência da cidade a que pertence, como se verificou no ponto 4.2.1.

Foi efetuada uma investigação de campo e pesquisas nos dados estatísticos disponibilizados pelo INE, ainda que este não seja, sobremaneira, um estudo sociológico. Contudo, considerou não desprezível a abordagem à dinâmica social, cultural e patrimonial da União de freguesias e da sede de concelho. Como foi possível perceber, no Capítulo 4, ponto 4.3.2 decorreu uma perda de população no conjunto da União de Freguesia de Cantar-Galo e Vila do Carvalho. Entre 1991 e 2011 a população registou um decréscimo de 19% (dos 2755 residentes para 2233 habitantes) em Cantar-Galo. A Vila do Carvalho registou uma tendência idêntica, mas de forma mais acentuada, com um decréscimo de 53% (com 3723 residentes em 1991 e apenas 1741 habitantes em 2011).

Como se constatou no Capítulo 2 o papel da Arquitetura quanto ao espaço público deve ser cada vez mais expressivo, explorando a relação entre o espaço coletivo que pertence a todos e que se relaciona com a paisagem territorial, urbana e suburbana. E só assim, a arquitetura dos espaços íntimos e privados poderá tirar proveito dos demais elementos urbanos que a rodeia. Ora, é diferente nas habitações, onde o morador ao ir à janela e deparar-se com uma vista interessante, ou algo que lhe chame o interesse de visitar a rua e penetrar nela, sentir-se-á mais integrado socialmente, identificando-se com o local. É precisamente este tipo de percepções que se pretende reforçar na área de estudo, com uma vista privilegiada sobre a encosta e a vantagem de se tratar de uma zona periurbana. Cantar-Galo e Vila do Carvalho, são um subúrbio urbano, na transição da cidade para o espaço rústico, pelo que registam as vantagens da cidade, como a vasta oferta de equipamentos sociais, culturais e de índole cívica, com as do campo como os espaços florestais, agrícolas ou a baixa

densidade urbana. Assim, a implementação das estratégias sugeridas, para renovar e dinamizar este património será uma mais valia para a requalificação urbana.

Como se verificou, a cidade e o espaço urbano são um lugar de intercâmbio, onde coexistem as relações sociais, trocas comerciais, intercâmbio de ideias e de bens. Assim, cabe aos projetistas e responsáveis pelo espaço público urbano criar ambientes bons, com qualidade, onde possa existir uma proximidade nas relações comunitárias e que sejam ambientes seguros, nos mais diversos aspetos. Quer seja pela sua utilização, precavendo eventuais acidentes, ou má utilização dos espaços, quer seja pela insegurança por falta de vigilância. Veja-se o caso da falta ou desadequação dos passeios, nomeadamente em ruas centrais, como a rua 30 de junho, que liga Cantar-Galo a São Domingos. Tratando-se de um acesso essencial, nomeadamente para a ligação à Escola Básica de São Domingos, como se verificou no Capítulo 5, ponto 5.3.1, não está dotada de passeios em muitos dos seus troços e os que existem têm larguras inferiores a 1 metro. Ora, numa população envelhecida, com fraca mobilidade, este aspeto é ainda mais grave, pelo que a intervenção urbana neste domínio é considerada urgente e prioritária, como medida de revitalização social.

Os espaços públicos devem expressar a democratização da sociedade, neles todos os cidadãos se devem sentir como iguais, tendo as mesmas oportunidades. Devem ser espaços que melhoram a qualidade de vida das pessoas, onde elas se possam sentir bem e que melhorem, até, a sua autoestima, uma vez que dentro do espaço público urbano todos se devem sentir como “iguais”.

Como trabalhos futuros a desenvolver sintetizam-se os seguintes aspetos:

- 1- A requalificação dos espaços de lazer;
- 2- Reorganização das ruas, com requalificação de passeios, lugares de estacionamento e mobiliário urbano;
- 3- A criação e colocação de sinalética que identifique os locais de interesse, publicidade institucional, de modo a promover o comércio e os produtos locais;
- 4- A mobilidade urbana deverá incluir transportes públicos adequados, bem como outras alternativas de deslocação, tais como ciclovias e boas estradas;
- 5- A preservação do meio ambiente é crucial, para um território sustentável a médio/longo-prazo que deverá ser movido a energia “não poluente”;
- 6- Dadas as características da freguesia em análise, os cidadãos devem ser incentivados a trocar o automóvel pela bicicleta (ou manter ambos de forma complementar, especialmente os mais jovens), usufruindo mais da natureza do local, sendo que as áreas verdes devem ser aumentadas e preservadas;
- 7- Uma povoação para ser sustentável deverá cumprir determinadas funções, oferecer água de qualidade e ter recursos suficientes que não se esgotem, renováveis;
- 8- A freguesia poderá criar sistemas de reaproveitamento da água da chuva, bem como adotar sistema de reaproveitamento de resíduos sólidos e reciclagem;
- 9- Garantir a oferta de cultura e de lazer, uma vez que já tem um bom sistema educativo implementado, com a escola básica EB de São Domingos, sendo que uma das carências

apontadas pelos populares é de que não existe uma “sala de espetáculos” ou centro de cultura.

Conclui-se ainda que na hora de pensar o espaço público é preciso ter em conta não apenas a opinião dos planeadores do setor público, mas também dos atores sociais: a população residente, os comerciantes, potenciais investidores, fazendo uma análise do mercado e estando em constante diálogo com as instituições, tais como a Universidade da Beira Interior. Já que a manutenção do espaço público é um custo acrescido, seria bom que se encontrassem outras soluções para o financiamento, que não apenas as institucionais, como sejam as juntas de freguesia. Existem muitas cidades que encontraram fórmulas de responsabilização da manutenção de certo espaço público com empresas privadas e comunidades de vizinhança, entre outros. Pois esta é uma das maiores dificuldades para a revitalização dos espaços públicos urbanos.

Nas conclusões, infere-se que é incontornável o facto de que, tal como Lynch afirma (como se referiu no Capítulo 2) a imagem de um bom ambiente urbano dá, a quem a possui, um sentido importante de segurança emocional. Pode estabelecer-se uma relação harmoniosa entre o cidadão e o mundo exterior, ou seja, o espaço urbano. Esta ideia é o inverso do medo que resulta da desorientação, significa que o doce sentido do lar é mais forte quando este é não só familiar como também distintivo, relativo ao espaço urbano em geral. Assim, melhorar a qualidade do espaço público significa reforçar os objetivos ambientais e incorporar as estratégias futuras de planeamento e de ordenamento do território.

Como se constatou em relação à União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho, cada localidade está dotada de um património único, não só físico, como cultural e social, por isso é fundamental incluir os utilizadores num debate público acerca do território e do que se quer para ele. A cidade ou o espaço público deve oferecer a todos o acesso equitativo a padrões de vida desejáveis, sendo esta uma forma de desenvolvimento sustentável. Não se pode deixar aqui de referir, o papel que a gestão e integração de políticas urbanísticas tem no desenvolvimento sustentável dos lugares, onde muitas vezes é a incapacidade monetária que acaba por falar mais alto e inviabilizar determinadas boas ideias.

Como se pode concluir com o Capítulo 5, ponto 5.5, a União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho encontra-se situada num local privilegiado, por natureza, tendo um vasto património natural, muito rico e que pode ser aproveitado de diversas formas para exploração turística. Por outro lado, o património físico existente é passível de ser requalificado e o espaço público pode ser melhorado, a fim de satisfazer as necessidades da população e a sua qualidade de vida.

O PDM da Covilhã datado de 1999, como se verificou no Capítulo 3, deverá ser revisto, para que a construção possa ser viável na área de estudo e para atrair pessoas a fixarem-se nesta localidade. E, assim, usufruir destes elementos presentes nas freguesias. Os terrenos e campos inutilizados, especialmente na transição para o meio rústico, poderão ser explorados para a agricultura,

aproveitando os regadios, a fim de se desenvolver uma agricultura ecológica, aproveitando os recursos naturais e para a produção de produtos endógenos e até mais saudáveis. Isto quer pelos modos de produção, que se tornem diferenciadores e que possam abastecer os mercados locais, ou até mesmo as cadeias de restauração. Consequentemente, é possível criar um circuito de escoamento local, desenvolvendo a economia, gerando emprego e fixando as pessoas nas freguesias e arredores, pois o despovoamento e envelhecimento da população são o problema mais abrangente do Interior.

Um outro aspeto verificado é que o número de edifícios em ruínas representa 4,3% do total de imóveis da freguesia. Para além destes, as barracas e os anexos, levam a crer que existem edifícios inutilizados, o que contribui para uma “imagem negativa” na União de freguesias, sendo que corresponde a 2,27% de barracas e 14,29% de anexos. Estes espaços necessitam, pois, de ser requalificados e reorganizados, fazendo-se uma triagem para que se possa perceber quais os casos em que é o poder local a resolver e outros que sejam pertença de privados. A proposta poderá passar por demolir os edifícios que já não são utilizados e reaproveitar outros para criar espaços de cultura e de lazer.

Como se observou no diagnóstico efetuado no ponto 5.2, os automóveis estacionados indevidamente quer nos passeios quer na faixa de rodagem, obstruem quer a circulação pedonal, quer o trânsito automóvel. Consequentemente, as propostas apresentadas no ponto 5.3, passam pela reorganização do trânsito, incluindo numa das vias principais da União de freguesias, a rua 30 de junho. Pelo que, torna-se fundamental para a requalificação do espaço urbano, criar a fluidez do funcionamento das vias, arruamentos (passeios e faixas de rodagem), em prol da boa estética e melhoria da qualidade quotidiana. Principalmente dos passeios nas vias e caminhos mais utilizados. Tal proposta passará pela redefinição do desenho urbano dos arruamentos, que os dote de passeios, sempre que possível, e que organiza as faixas para automóveis, os percursos para peões e ainda a criação de ciclovias em alguns troços em que tal seja compatível quer com a morfologia urbana, quer com a topografia. Sendo que neste aspecto é em Cantar-Galo na via principal (rua 30 de junho) que se encontra o caso mais premente de resolução pelo nível de desordenamento e caos urbano atual.

Por fim, os espaços naturais, como a ribeira, deverão ser requalificados para que possam ser lugares acessíveis a todos e atrativos turisticamente.

Em suma, poder-se-ão sintetizar **cinco dimensões** de Requalificação Urbana que são essenciais para revitalizar na União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho:

1- Ambiental - diz respeito aos espaços naturais existentes nas freguesias em estudo, tais como a ribeira e espaço envolvente, os parques, espaços verdes, como na zona do cruzeiro (referido no Capítulo 4 e no ponto 5.2), espaços já arborizados e passíveis de serem arborizados e a área florestal, como o circuito de manutenção que se encontra no parque natural da Serra da Estrela.

2- Património Edificado – edifícios públicos e privados que possam vir a ser requalificados, tais como as fábricas existentes, atualmente devolutas e as casas abandonadas, nomeadamente com intervenções ao nível das fachadas, de modo a harmonizar a imagem urbana (ponto 5.3.1).

3- Outras Infraestruturas- Tais como fontanários, passeios, equipamentos urbanos, elementos do mobiliário urbano como sejam os bancos de descanso e de jardim, candeeiros de iluminação pública, caixotes de lixo, papelarias, paragens de autocarro ou bebedouros, entre outros (como verificado no ponto 4.1).

4- Atividades sociais de cariz lúdico – diz respeito a espaços de lazer e convívio, a hortas comunitárias, a atividades como as descritas no ponto 5.3.1 relativas ao plantio de árvores de espécies florestais e à criação de zonas naturais, potenciando a surpresa na sua vivência e utilização pela comunidade, incluindo por cidadãos de diversas faixas etárias.

5- Simbólica- diz respeito aos espaços de cultura, como museus (como revelou o diagnóstico apresentado no ponto 5.2), centros interpretativos ou observatórios quer se proponham para o tecido edificado (no interior dos edifícios) nomeadamente dos imóveis industriais devolutos (como sugerido no ponto 5.3.1), quer para a estrutura urbana ao ar livre.

Entre todos estes aspectos conclui-se ainda (como verificado no ponto 5.3.1) um dado considerado primordial para qualquer intervenção de requalificação urbana na União de Freguesias em estudo. Trata-se da evidência de que, como demonstrou a análise de resultados dos números dos Censos de 2011, a União de Freguesia Cantar-Galo e Vila do Carvalho, não necessita teoricamente de novas habitações, porque existem fogos suficientes para cobrir as necessidades das famílias residentes. É de relembrar que existem 3 fogos correspondentes a edifícios habitáveis por cada família em Vila do Carvalho e 2 em Cantar-Galo. Contudo, um conhecimento empírico do local, evidencia que há famílias que não têm casa própria como também há outras que têm mais que uma habitação. Consequentemente, urge adaptar o mercado de habitação a novas necessidades de habitabilidade, maior diversidade de tipologia dos fogos e ainda habitação a custos controlados para não deixar de fora as famílias mais carenciadas e insolventes da comunidade. Este aspeto, mereceria ser desenvolvido e aprofundado em trabalhos futuros, de modo a proceder a um diagnóstico rigoroso das tipologias habitacionais existentes, factor este que extravasa os objetivos definidos nesta dissertação. Verificou-se ainda que os proprietários de mais de um imóvel de habitação não disponibilizam no mercado de arrendamento estes fogos, permanecendo devolutos e fora do alcance das famílias que pretendem fixar-se nestas freguesias. Este aspeto não é também ele desprovido de interesse científico, pelo que se sugere que possa vir a ser estudado em detalhe em trabalhos futuros, pois não integra os objetivos inicialmente traçados nesta dissertação.

Verificou-se ainda que os edifícios sociais, equipamentos institucionais e religiosos, representam somados menos de 1% do total de edifícios da União de Freguesias, pelo que a revitalização social desta comunidade, carece do reforço destas atividades, por exemplo pelo aproveitamento dos edifícios industriais, mas também pelos já referidos espaços naturais, verdes, de lazer e convívio, em contacto com a natureza.

Por último, é de referir que como demonstrado no ponto 5.3.1, de um total de 5331 edifícios para o conjunto da União de freguesias em estudo, 76,95% são considerados habitáveis (Censos 2011). Neste sentido, seria importante em trabalhos futuros, proceder a um estudo do estado de conservação destes imóveis descritos como habitáveis, uma vez que nem todos poderão estar em condições de habitabilidade. Sugere-se um levantamento *in loco* deste aspeto de modo a identificar os imóveis de acordo com os seguintes graus relativos ao estado de conservação: muito mau, mau, satisfatório, bom e muito bom. Só deste modo será possível garantir que os imóveis habitáveis estão realmente em condições para serem habitados.

Veja-se ainda o caso dos edifícios em ruínas (4,2% dos imóveis) e das barracas (2,27% do total de edifícios) que representam menos de 7% do total, um valor que poderá ser considerado baixo. Contudo, como revelado, alguns deles encontram-se localizados na via principal da União de freguesias, numa zona central. Consequentemente, terão um impacto mais negativo ao nível da imagem urbana, transmitindo ao cidadão uma perceção de uma malha urbana desqualificada, do que os que se localizam em zonas secundárias, mais afastadas do olhar da maioria dos residentes. Em qualquer caso, estes edifícios pouco qualificados do ponto de vista arquitectónico e estético têm ainda assim um impacto negativo na imagem da União de Freguesias, como se pôde verificar no ponto 5.3.1.

Em síntese espera-se que os resultados alcançados ao longo desta dissertação possam vir a contribuir para futuras intervenções, nomeadamente pelas entidades da autarquia (município e freguesia), bem como pela iniciativa privada no sentido de revalorizar a esfera social através da esfera urbana. A revisão do PDM ou a elaboração de planos de pormenor para a União de freguesias de Cantar-Galo e Vila do Carvalho, constituem vias privilegiadas para pôr em prática a concretização das sugestões desta dissertação, que mais do que apresentar projetos em concreto, pretendeu indicar caminhos a seguir.

Referências Bibliográficas

- (1) Alves, Fernando M. Brandão (2003). *Avaliação da Qualidade do Espaço Urbano. Proposta Metodológica*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas: Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- (2) Câmara Municipal da Covilhã (2009). *História da Covilhã, datas, figuras e factos, VOL I, Covilhã Cidade*. CMC.
- (3) Cullen, Gordon (2018). *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70.
- (4) Lynch, Kevin (2010). *A Boa Forma da Cidade*. Lisboa: Edições 70.
- (5) Lynch, Kevin (2017). *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70.
- (6) (Moreira, Maria, Rodrigues, T. e Henriques, F.(2009) *O sistema urbano português. Dinâmicas contemporâneas e diversidade regional: evolução demográfica e bem-estar social*. in Revista de demografia histórica XXVII, segunda época, pp. 83-114.
- (7) Portal do Instituto Nacional de Estatística - As Pessoas : 2018. Lisboa : INE, 2020.
Disponível na www: <url:https://www.ine.pt/xurl/pub/411649576>. ISSN 1646-2580.
ISBN 978-989-25-0519-0 (acedido em setembro de 2020)
- (8) Portas, Nuno, et Al. (2003). *Políticas urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- (9) Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização do território nacional, in <https://pnpot.dgterritorio.pt/>(acedido em agosto de 2020)
- (10) Ramalho, António Leite (2004). *Urbanismo - Retratos Urbanos*. Caleidoscópico.
- (11) Revista arqa 74 (2009). *Espaços públicos*. Outubro.
- (12) Rogeiro, José Salcedas (2017). *Aldeia/Vila do Carvalho, das origens medievais ao ano de 2010- uma evocação*. UFCGVC.
- (13) Roseneau, Helen (1988). *A Cidade Ideal. Evolução arquitetónica na europa*. Lisboa: Editorial Presença.
- (14) Rodrigues, José Miguel (2009). *Covilhã: evolução urbana da cidade*. in “Monumentos: cidades, património, reabilitação”. Julho 2009, nº29. p. 10.
- (15) Rossi, Aldo,(2001). *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmos.
- (16) Sarmiento, João (2003). *Variações sobre o Urbanismo Pós-moderno*, in Revista da Faculdade de Letras- Geografia I série, Vol. IX, Porto, pp. 255-265).
- (17) Vitruvius (2006). *Tratado de Arquitectura*. Lisboa: Press.
- (18) Zumthor, Peter (2009). *Pensar a Arquitectura*. Barcelona: Editorial Gustavo Gil.

